

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto De Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

Políticas Públicas em museus:

Dilemas no planejamento institucional dos museus do Rio Grande do Sul.

Augusto Duarte Garcia

Pelotas, 2023

Augusto Duarte Garcia

Políticas Públicas em museus:

Dilemas no planejamento institucional dos museus do Rio Grande do Sul.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Maurício Viana De Souza

Coorientador: Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro

Pelotas, 2023

Augusto Duarte Garcia

Políticas Públicas em museus: Dilemas no planejamento institucional dos museus do
Rio Grande do Sul

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de
Pelotas.

Data da defesa: 27/02/2023

Banca examinadora:

Prof. Dr. Daniel Maurício Viana (Orientador)
Doutor em Sociologia pela Universidade federal do Rio Grande do Sul

Profª. Drª. Márcia Regina Bertotto
Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Profª. Drª. Renata Ovenhausen Albernaz
Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

**Dedico este trabalho a minha esposa, minha filha,
meu irmão e meus pais.**

Agradecimentos

Às equipes e dirigentes das instituições pesquisadas, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, Museu Histórico Farroupilha, Museu da Cidade do Rio Grande e Museu Municipal Parque da Baronesa por abrirem suas portas, sempre solícitos, permitindo que minha pesquisa fosse possível.

Aos meus orientadores e professores Daniel Maurício Viana e Diego Lemos Ribeiro, sempre pacientes, solícitos, com observações e questionamentos que contribuíram não só para o crescimento de minha pesquisa, mas também de minha visão e noção de responsabilidade como um profissional do setor de museus.

À banca de qualificação, com as professoras Márcia Regina Bertotto e Renata Ovenhausen Albernaz, por suas orientações e sugestões, extremamente valiosas.

Ao Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel.

Ao meu irmão, Marcio Duarte Garcia e meu pai, Mario Conceição Duarte Garcia.

A minha mãe, Jacila Neli Duarte Garcia, que sempre incentivou meus estudos e que infelizmente, desta vez não estará comigo na conclusão desta etapa de minha vida.

E a minha esposa, mãe de minha linda filha, colega de profissão, minha melhor amiga, Joana Soster Lizott. A pessoa que mais admiro no mundo e que me deu a honra de dividir sua vida comigo. A maior fã de meu café, te amo!

Esses fremen não sabem o que foi perdido em suas vidas. Eles acreditam que mantêm a essência dos velhos modos. Esta é uma falha de todos os museus. Algo desvanece; se esgota pelas exposições e some. Aqueles que administram o museu e aqueles que vêm para curvar-se e olhar dentro dos expositores... poucos sentem isso que está faltando. Fazia funcionar o motor da vida em épocas anteriores. Quando a vida se esvai, isso se esvai. - Leto II

(Frank Herbert, Imperador Deus de Duna)

Resumo

GARCIA, Augusto Duarte. **Políticas públicas em museus:** Dilemas no planejamento institucional dos museus do Rio Grande do Sul. Orientador: Daniel Maurício Viana de Souza. 2023. 174 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Esta pesquisa dedicou-se a discutir o impacto da legislação do setor museológico em museus do Rio Grande do Sul, relacionando o funcionamento e os instrumentos de gestão de algumas instituições museológicas da 7ª Região Museológica do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) com a legislação nacional de museus. Aborda a formação das políticas setoriais, marcadas por disputas e debates no campo dos museus e do patrimônio, que influenciaram o debate acadêmico acerca dos museus no Brasil e que afetaram de algum modo a construção das bases da Política Nacional de Museus (PNM) e seus derivados, como o Estatuto de Museus (Lei Federal nº 11.904/2009). Discute os principais aspectos da gestão de museus e suas ferramentas legais como o Ato de Criação, o Regimento Interno, os Planos Museológico e Anuais, a Política de Aquisição e Descarte, a Associação de Amigos, entre outros. Analisa o conhecimento e aplicação desses instrumentos e políticas através do estudo de caso de quatro instituições museológicas abrangendo as esferas pública e privada em Pelotas, Piratini e Rio Grande, cidades marcadas pelo envolvimento com a construção das políticas setoriais. Entre os resultados, aponta-se as dificuldades de planejamento, especialmente o financeiro, e na composição das equipes.

Palavras-Chaves: Gestão Museus. Política Nacional de Museus. Estatuto de Museus. 7ª Região Museológica-SEM/RS.

Abstract

GARCIA, Augusto Duarte. **Public Policies in Museums**: Dilemmas in the institutional planning of museums in Rio Grande do Sul. Advisor: Daniel Maurício Viana de Souza. 2023. 174 f. Dissertation (Master in Social Memory and Cultural Heritage) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

This research was developed to discuss the impact of the legislation of the museological sector in museums in Rio Grande do Sul, relating the operation and management instruments of some museological institutions of the 7th Museological Region of the State Museum System of Rio Grande do Sul (SEM/RS) with the national museum legislation. It addresses the formation of sectoral policies, marked by disputes and debates in the field of museums and heritage, which influenced the academic debate about museums in Brazil and which somehow affected the construction of the bases of the National Museum Policy (PNM) and its derivatives, such as the Statute of Museums (Federal Law nº 11.904/2009). Discusses the main aspects of museum management and its legal tools, such as the Creation Act, the Internal Regulations, the Museological and Annual plans, the Acquisition and Disposal Policy, the Association of Friends, among others. It analyses the knowledge and application of these instruments and policies through the case study of four museological institutions covering the public and private spheres in Pelotas, Piratini and Rio Grande, cities marked by their involvement with the construction of sectoral policies. Among the results, it is pointed out the planning difficulties, especially the financial one, and in the composition of the teams.

Keywords: Museum Management. National Museum Policy. Museum Statute. 7th Museological Region-SEM/RS.

Lista de Figuras

Figura 1	Fotografia do Solar da Baronesa, prédio que abriga o MMPB	67
Figura 2	Vila Stella, também conhecido como Casa Azul	68
Figura 3	Organograma Proposto no Programa de Gestão de Pessoas do Plano Museológico do MMPB	79
Figura 4	Prédio da Alfândega (Receita Federal), entrada do Museu da Cidade do Rio Grande, coleção histórica	81
Figura 5	Capela São Francisco - Sede do Museu da Cidade do Rio Grande, Coleção de Arte-Sacra	82
Figura 6	Prédio Eliseu Maciel, Sede do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo ..	87
Figura 7	Quartel Farroupilha, Sede do Museu Histórico Farroupilha	99

Lista de abreviaturas e siglas

2RM	2ª Região Museológica do Rio Grande do Sul/SEM/RS
7RM	7ª Região Museológica do Rio Grande do Sul/SEM/RS
8º FEM/RS	8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
AAMHF	Associação dos Amigos do Museu Histórico Farroupilha
ABM	Associação Brasileira de Museologia
AMBAR	Associação dos Amigos do Museu da Baronesa
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEM/RS	Coordenação Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
CNDA	Conselho Nacional de Direito Autoral
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
COFEM	Conselho Federal de Museologia
COREM 3R	Conselho Regional de Museologia 3ª Região
CSM/RS	Colegiado Setorial de Museus do Rio Grande do Sul
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
EBA	Escola de Belas Artes de Pelotas
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul
FCRG	Fundação Cidade do Rio Grande
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
FUNDAPEL	Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Pelotas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ILA	Instituto de Letras e Artes/UFPel
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MALG	Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo
MALPI	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel
MARGS	Museu de Arte do Rio Grande do Sul
MASP	Museu de Arte Moderna de São Paulo
MCRG	Museu Cidade do Rio Grande
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MHBPP	Museu da Bibliotheca Pública de Pelotas

MHF	Museu Histórico Farroupilha
MHN	Museu Histórico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MJC	Museu Júlio de Castilhos
MMPB	Museu Municipal Parque da Baronesa
PAC	Plano de Ação Cultural
PMRG	Prefeitura Municipal de Rio Grande
PNM	Política Nacional de Museus
PPCI	Plano de Prevenção Contra Incêndios
PT	Partido dos Trabalhadores
SAMALG	Sociedade de Amigos do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretária Municipal de Cultura de Pelotas
SEDAC/RS	Secretária de Estado da Cultura/RS
SEM/RS	Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
SEM/SP	Sistema Estadual de Museus de São Paulo
SISEM/SP	Sistema Estadual de Museus de São Paulo
SNM	Sistema Nacional de Museus
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal de Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1 Introdução	13
2 Um histórico da construção de setor de museus no Brasil e no Rio Grande do Sul	24
2.1 A construção do setor de museus no Brasil	26
2.1.1 As concepções de museu de Mário de Andrade	27
2.1.2 O Curso de Museus e a influência de Gustavo Barroso	29
2.1.3 A desvalorização e a interiorização dos museus no Brasil pós Estado Novo	30
2.1.4 Aloísio Magalhães, a Ditadura Militar e a reabertura do Brasil	32
2.1.5 As políticas neoliberais dos anos 1990 e mais uma desestruturação do setor da cultura e dos museus	35
2.2 Elaboração da Política Nacional e do marco legal dos museus no Brasil.	37
2.3 A organização do Setor Museológico do Rio Grande do Sul	39
2.3.1 A criação do Sistema Estadual de Museus do RS: do CEM ao SEM	40
2.3.2 A trajetória do SEM: uma história de descontinuidades	41
2.3.3 A capacitação e formação de profissionais de museus no RS	43
3 O Estatuto de Museus na ótica da gestão museológica: uma análise...	45
3.1 A gestão em museus e seu vínculo com a legislação	45
3.2 O Estatuto de Museus como instrumento de gestão	49
3.2.1 Documentação institucional	50
3.2.2 Política de Acervo	52
3.2.3 Planejamento Institucional	55
3.2.4 Financiamento dos museus e as Associações de Amigos	59
3.2.5 Profissionalização	62
4 Análise das estruturas administrativas de museus da 7ª Região Museológica do Rio Grande do Sul	66
4.1 Museu Municipal Parque da Baronesa	67
4.1.1 Histórico	69
4.1.2 Documentação Institucional	70
4.1.3 Planejamento e Financiamento Institucional	73
4.1.4 Política de Acervos	75

4.1.5 Profissionalização	77
4.2 Museu da Cidade do Rio Grande	80
4.2.1 Histórico	80
4.2.2 Documentação Institucional e profissionalização	83
4.2.3 Gestão do acervo	85
4.2.4 Planejamento e Financiamento Institucional	86
4.3 Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo	87
4.3.1 Histórico	88
4.3.2 Documentação e Planejamento Institucional	89
4.3.3 Comunicação e Atividades Expográficas	93
4.3.4 Profissionalização	96
4.3.5 Financiamento Institucional	96
4.3.6 Política de Acervo	98
4.4 Museu Histórico Farroupilha	99
4.4.1 Histórico	100
4.4.2 Documentação Institucional, Planejamento e Profissionalização	102
4.4.3 Financiamento Institucional	105
4.4.4 Política de Acervo	106
4.5 Análise comparativa dos museus observados	107
4.5.1 Documentação Institucional	108
4.5.2 Política de Acervo	109
4.5.3 Planejamento Institucional	111
4.5.4 Financiamento dos museus e as Associações de Amigos	112
4.5.5 Profissionalização	113
4.6 Insurgência Pedagógica.....	114
5 Considerações Finais	117
Referências	121
Glossário	134
Anexo	137
Anexo	176

1. Introdução

Compreendemos que é urgente a implementação de uma política de preservação do patrimônio cultural que valorize a cultura nacional e promova a percepção das diversas identidades culturais existentes no país. Consideramos que os bens e manifestações culturais são suportes fundamentais da memória social e que, portanto, as políticas públicas de preservação devem ser pensadas a partir da ótica da inclusão social, da construção da cidadania, da garantia do acesso aos bens culturais, do conhecimento da própria trajetória histórica, do reconhecimento da diversidade cultural e das múltiplas identidades sociais que formam a nacionalidade brasileira.
(CARTA DE RIO GRANDE, 2014, p.169)

Este trecho, faz parte da Carta de Rio Grande¹, que, como destaca José do Nascimento Junior², é a “gênese da Política Nacional de Museus” (2019, p.36). Junto com a carta “Imaginação Museal a Serviço da Cultura”, documento produzido pelo Conselho Federal de Museologia (COFEM), foi utilizada pelos profissionais de museus na busca pela qualificação do setor. Ambos influenciaram as ações adotadas pelo Governo Federal a partir de 2003, para a formação da Política Nacional de Museus (PNM) (MINISTÉRIO DA CULTURA/IPHAN/DEMU, 2006). Iniciava-se assim um processo de identificação, fomento e modernização das instituições museológicas brasileiras.

Os movimentos que possibilitaram o surgimento de ações como essa estão vinculados a um processo de décadas, que objetivaram a formação de conceitos e discussões realizadas durante o século XX. Remetem a um período anterior ao surgimento dos primeiros museus brasileiros, mas que de fato, iniciam entre as décadas de 1920 e 1930, em âmbito nacional, junto aos debates sobre a proteção dos monumentos nacionais.

Alguns dos principais marcos ocorreram entre as décadas de 1930 e 1980, como a criação do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional (MHN), em 1932; do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937; a participação de profissionais brasileiros na formação do Comitê Internacional de Museus (ICOM)

¹ Documento produzido durante o 8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, que ocorreu em 2002, na cidade de Rio Grande.

² Ex-diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) e primeiro Presidente do Instituto Brasileiros de Museus (IBRAM), órgãos vinculados ao antigo Ministério da Cultura (Minc).

no contexto pós Segunda Guerra Mundial; a formação dos primeiros Sistemas Estaduais de Museus nos anos 1980 e a regulamentação da profissão de museólogo³, entre outros acontecimentos.

Quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo federal em 2003, começou a estabelecer uma política em nível nacional de forma participativa. Para gerenciar as ações, foram criados órgãos neste período como o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no primeiro ano de governo e o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), em 2004, ambos ligados ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), dentro da estrutura do Ministério da Cultura (MinC).

Do trabalho realizado por estes dois órgãos surgiu, em 2009, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que representou a separação e equiparação do DEMU ao IPHAN, como uma instituição ligada diretamente ao Ministério da Cultura. Além disso, a promulgação do marco legal do setor, a lei federal nº 11.904/2009, denominada de Estatuto dos Museus, estabeleceu legalmente o conceito e as obrigações dos museus brasileiros (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007).

A nova lei definiu, entre outras coisas, alguns instrumentos de gestão, que, além de organizar a administração dos museus, abriram espaço para a participação da população, como o Plano Museológico (art. 44 e 45), Regimento Interno (art. 18), Plano Anual⁴ (art. 14), Associação de Amigos (art. 9), entre outros. Através destes, os museus são impulsionados a elaborar e implementar modelos de gestão que privilegiem o planejamento em curto e médio prazo (CÂNDIDO, 2014b).

Essas mudanças estavam ligadas a um crescimento dos setores da cultura, incluindo o museológico, fomentado pela atuação do Governo Federal. A proposta era desenvolver a Cultura do Brasil, valorizando a diversidade e o diálogo com a sociedade e com os fazedores de cultura (RUBIM, 2008).

Tendo em vista toda essa construção, a discussão desta dissertação está centrada na análise dos efeitos que o marco legal gerou nas instituições, no que alude ao planejamento. Se propõe responder como a estrutura administrativa e de gestão influenciam a implementação ou não das exigências legais que estão estabelecidas no Estatuto de Museus, através do estudo de caso de quatro museus do sul do Rio

³ Definição no Glossário.

⁴ Definição no Glossário.

Grande do Sul, local de atuação profissional do pesquisador. As instituições museológicas são as seguintes, o Museu Municipal Parque da Baronesa (MMPB) e o Museu de Artes Leopoldo Gotuzzo (MALG) ambos na cidade de Pelotas, o Museu Cidade do Rio Grande, localizado na cidade de Rio Grande e o Museu Histórico Farroupilha da cidade de Piratini. Pretende, assim, analisar a inserção das leis no dia a dia das instituições analisadas, diagnosticando as principais barreiras para a sua aplicação. Considerando assim a variedade de modelos de gestão e de estruturas administrativas, nas quais fatores como o vínculo institucional, quadro funcional, missão, planejamento, relevância para o público, valores entre outros fatores afetam a organização dos museus de formas distintas.

Para alcançar o objetivo de responder esse questionamento, buscou-se compreender a formação das políticas públicas para os museus através da historização deste processo de formação do setor museológico nacional, entre as décadas de 1930 até a primeira década do século XXI. Também, buscou-se discutir o modelo de gestão e os instrumentos estabelecidos pela legislação nacional de museus, composta pela lei federal nº 11.904/2009 - o Estatuto de Museus, e o decreto federal 8.124/2013. E por fim, analisar as estruturas administrativas e de gestão das instituições museológicas das cidades de Pelotas, Rio Grande e Piratini, todas localizadas no litoral sul do Rio Grande do Sul.

Parte de uma análise preliminar, baseada em experiências pessoais de atuação em três diferentes museus no Estado, bem como na participação ativa em órgãos de apoio do setor como o Colegiado Setorial de Museus do Rio Grande do Sul (CSM/RS) e as reuniões das 2ª e 7ª regiões museológicas (2RM - 7RM) do Sistema Estadual de Museu do Rio Grande do Sul (SEM/RS). Trouxeram a percepção de que, mesmo com o estabelecimento do Estatuto de Museus e os avanços no setor através dos órgãos gestores e a promoção de eventos e editais de financiamento, há ainda um estado de precarização das instituições museológicas, resultado da falta de financiamento e de profissionais qualificados nos quadros funcionais.

Soma-se a isso uma movimentação política, principalmente do Governo Federal nas gestões 2017-2022, sinalizando o desmonte das políticas públicas do setor da cultura e de museus, como: a proposta de extinção do IBRAM (AGÊNCIA SENADO, 2018), o descaso manifestado nas falas do candidato eleito à presidência em 2018 sobre o incêndio do Museu Nacional (CALGARO, 2018), a extinção do Ministério da Cultura (FOLHAPRESS, 2019), e a proposta de extinção da Fundação

Rui Barbosa (PERASSOLO, 2020) – sendo que tanto a proposta de extinção do IBRAM, como da Fundação Casa Rui Barbosa, não se concretizaram em razão da repercussão que causaram - são casos exemplares, entre outros, desse movimento de desmonte do setor.

Além dos fatores políticos, outra possibilidade que pode afetar negativamente o cumprimento da legislação é o possível desconhecimento de dirigentes e trabalhadores dos museus sobre as leis e as estruturas governamentais e sociais de apoio. Outro fator é a estrutura de órgãos como o SEM/RS (BERTOTTO, 2007; FRAGA, 2004a), que atualmente tem seu quadro de servidores esvaziado e com poucos recursos, o que impede uma atuação mais próxima das instituições museológicas. Soma-se a isso a falta de planejamento, destacado por autores como Manuelina Duarte Cândido (2013), colocando que a discussão sobre planejamento e gestão de museus ainda é algo recente no país.

Então, para entender como foi desenvolvida a atual legislação, buscou-se compreender as demandas e os debates do setor de museus, os atores envolvidos e como foram construídos os conceitos que balizam as políticas. Deste modo, há a necessidade de uma historização sobre os parâmetros crítico-reflexivos do período que cobre o início do século XX, quando surgem as primeiras iniciativas de construção de uma política para os museus com o surgimento do SPHAN e do Curso de Museus, nos anos 30, até o presente, com a criação da PNM e da legislação no século XXI.

Logo após, procurou-se analisar os mecanismos criados e/ou estabelecidos pela lei, e qual a sua relação com a gestão dos museus. Também se debateu o conceito de museu existente no primeiro artigo da lei, observando quais as influências na construção deste, passando pela ideia de processo museológico e de institucionalização de museus e gestão museológica.

A escolha por instituições dessas cidades está ligada à atuação profissional do pesquisador, além da diversidade de instituições e de organizações, existentes, como museus universitários, municipais, privados, arte sacra, históricos, ciências naturais, entre outros. Isso possibilita um olhar amplo, o que ajuda a compreender melhor quais são as demandas e dificuldades que afligem o setor e quais as soluções encontradas, ou possíveis, para os museus da região. Além do que, Pelotas e Rio Grande são as

idades polo da região⁵ e onde estão cerca de metade das instituições museológicas da zona sul do Estado. Assim, optou-se por museus que permitissem cobrir a maior variedade possível de tipologia administrativa, temática e a disponibilidade para pesquisa.

Para seleção dos museus foram utilizados como base o Guia Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (2013), documento produzido pelo SEM/RS e a plataforma *Museusbr*⁶ do IBRAM. Também foram levados em conta, museus recém-criados, em situação de implementação ou que nunca foram registrados por pelos órgãos competentes. Sendo escolhidos museus de distintos vínculos administrativos (público/privado) e de diferentes esferas do poder público.

Como já comentado, o interesse pelo tema da pesquisa surgiu pelas experiências pessoais na atuação profissional como museólogo há mais de dez anos. Ter vivenciado diferentes museus, e observado experiências em instituições públicas e privadas, possibilitou interagir com os anseios e aflições compartilhados pelos trabalhadores da área. As conversas mais comuns eram sempre relacionadas a recursos financeiros escassos, carência de profissionais, organização e planejamento. Contudo, todos esses problemas observados já são abrangidos nas leis, políticas e planos setoriais, nos quais são indicados passos e estratégias para superá-los. Ainda assim, as instituições possuem muita dificuldade em cumprir parâmetros básicos da legislação. Deste cenário faz-se os questionamentos sobre suas causas e de como as instituições museológicas buscam cumprir a legislação.

Desta forma, o levantamento das dificuldades vivenciadas por aqueles que trabalham nessas instituições deve contribuir para um maior entendimento do cenário museológico local, abandonando uma visão exclusivamente empírica e estabelecendo dados que possam problematizar a situação da gestão desses museus. De uma maneira mais ampla, o apontamento das dificuldades e das soluções encontradas deve possibilitar o estabelecimento de estratégias que possam reverter a atual situação precária que se encontram as instituições museológicas neste momento - com dificuldades financeiras, e principalmente, falta de planejamento.

⁵ Na estrutura de gestão do SEM/RS o estado é dividido em sete regiões museológicas. A Sétima, onde se localizam os municípios dos museus pesquisados, incluindo eles, engloba 28 municípios, sendo que 16 deles possuem um ou mais museus. A região é composta por cidades do litoral sul do estado, da Costa Doce, que inclui cidades próximas da Laguna dos Patos e da Lagoa Mirim e das localidades próximas. A cidade mais perto de Porto Alegre é Sentinela do Sul e a mais afastada é a do Chuí.

⁶ A plataforma pode ser acessada pelo link: <http://museus.cultura.gov.br/>.

Portanto, é importante discutir a gestão de museus junto da legislação, considerada como uma das principais prerrogativas das políticas setoriais a organização e o planejamento das instituições. Para Manuelina Duarte Cândido (2013), não só no Brasil se propôs o uso da lei para normatizar o funcionamento das instituições, introduzindo práticas de gestão e planejamento. Outros países ligados ao mundo ibero-americano estabeleceram leis com esse mesmo objetivo, determinando padrões mínimos para o setor, tendo todas elas em comum o fato de que “não se pode mais considerar museu uma instituição criada indiscriminadamente, sem planejamento e inserção de diretrizes museológicas” (CÂNDIDO, 2013, p. 119-120).

Do ponto de vista acadêmico, foram encontrados estudos quanto ao Estatuto e às políticas de Museus. Contudo, geralmente analisam a legislação apenas no aspecto teórico, raramente baseado nos resultados de um conjunto de instituições. Quanto ao contexto das instituições gaúchas, esse tipo de análise é mais raro. Ao mesmo tempo, existem fontes de apoio, que abordam análises de reestruturação de instituições, atuação de outros sistemas estaduais de museus e formação de órgãos como o SEM/RS e o IBRAM, que ajudaram a embasar o trabalho.

Para o andamento da pesquisa, foi fundamental trabalhar com alguns conceitos, entre eles o de Museu. Uma dessas definições é do ICOM, atualizada recentemente, na conferência realizada na cidade de Praga, República Checa, em agosto de 2022, definiu museu como:

(...) uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento⁷.

O atual conceito, traz como novidade uma preocupação maior com a diversidade, sustentabilidade e educação. Temas pouco explorados no conceito de 2007⁸. Mas alguns autores do setor museológico trabalham com definições ainda mais amplas, como Mário Chagas, que coloca museu como um local para:

⁷ Disponível no site do ICOM/BR: <https://www.icom.org.br/?p=2756> Acesso em: 11 nov. 2022

⁸ Que define museu como: (...)uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite (DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François, 2014, p.64).

Selecionar, reunir, guardar e expor coisas num determinado espaço, projetando-as de um tempo a outro com o objetivo de evocar lembranças, exemplificar e inspirar comportamentos, realizar estudos e desenvolver determinadas narrativas parecem constituir as ações que, num primeiro momento estariam nas raízes dessas práticas sociais chamadas, comercialmente, de museus (2009, p.22).

Ou seja, valoriza-se as práticas sociais relacionadas à memória e aos museus, como a construção de narrativas e de vínculos, em detrimento de outras questões como institucionalidade e permanência. Desta forma, o museu pode ser algo duradouro ou efêmero, físico ou imaginativo. Mas sempre trabalhará a relação espaço, patrimônio e sociedade.

Esse conceito está próximo do pensamento da Museologia Social⁹, que propõe uma museologia que preserve e comunique os valores culturais das comunidades, de modo que esteja prestando um serviço à sociedade. Nesse sentido, as práticas museológicas devem passar pela apropriação e sentido de pertencimento coletivo da comunidade local ao patrimônio, de forma que permitam a utilização ou a reutilização pelos membros da comunidade (PRIMO, 2006).

Já segundo o artigo 1º do Estatuto de Museus:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

No parágrafo único do artigo, está incluído o termo “processos museológicos¹⁰”. Mesmo que o conceito estabelecido na lei esteja mais próximo da definição do ICOM de 2007, do que a de 2022 ou a de Mário Chagas, já traz elementos conceituais destas definições, influenciado por uma museologia mais social. Um reflexo do cenário existente no período de formação da PNM, no início dos anos 2000, favorável à mudança e influenciado numa política do estado alinhada a uma concepção de fortalecimento dos museus do país. Nos objetivos gerais estabelecidos na PNM, em 2003, são definidos como metas a inclusão social e cidadania. Nos princípios norteadores, por sua vez, propõe-se a democratização das instituições, o respeito às organizações comunitárias, à diversidade cultural, aos patrimônios dos povos

⁹ Definição no Glossário.

¹⁰ Definição no Glossário.

originários e afrodescendentes entre outras (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003).

Outro marco deste trabalho foi o desenvolvimento do setor, a construção da Política de Museus e, por consequência, o Estatuto. Desta forma, a pesquisa se deteve em trabalhos que discorrem sobre os primeiros movimentos que surgiram dentro do setor museológico, principalmente no século XX e no início do XXI. Entre eles, a criação do MHN (1922), e o Curso de Museus (1932), por Gustavo Barroso, além das movimentações encabeçadas por Mário de Andrade em meio ao surgimento do SPHAN, que ocorreram na mesma época (FONSECA, 2017; SANTOS, 2004)¹¹.

Tudo isso possibilitou que o setor de museus chegasse nos anos 80 do século XX mais consolidado e propício ao surgimento de alguns órgãos de apoio, como o Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SEM/SP)¹², em 1983, e o Sistema Nacional de Museus (SNM) de 1984, modelos para o SEM/RS, que surgiu em 1991 através de emenda na Constituição Sul-rio-grandense (FRAGA, 2004a). Essas movimentações agregaram vários profissionais do setor de museus e fomentaram o debate e a mobilização.

Nessa construção é possível ver alguns dos aspectos que Antônio Albino Canelas Rubim destaca como importantes no desenvolvimento das políticas culturais, que devem interagir “com fluxos provenientes das dimensões nacionais, globais, regionais e locais” (2009, p.109), mas também se articular com vários agentes culturais, sociedade civil, empresas, e grupos sociais e culturais. A fim de discutir essa construção, que levou cerca de um século, foram usados alguns autores como Thais Gomes Fraga, Myrian Sepúlveda dos Santos, Nilson Alves de Moraes, Átila Bezerra Tolentino, Márcia Regina Berttoto, além dos relatórios produzidos pelo DEMU e IBRAM, entre outros.

Já para analisar a própria Política de Museus, a criação do IBRAM, e o Estatuto de Museus, foram usados, além dos já citados relatórios do DEMU e IBRAM, autores como Cícero Almeida e Ricardo Oriá, Judith Primo, entre outros que auxiliam numa

¹¹ Outros acontecimentos são importantes na construção do setor e das políticas de museus no Brasil. Entre eles, destacamos o 1º Congresso Nacional de Museus, realizado em Ouro Preto em 1956, e o Seminário Regional da Unesco sobre Educação dos Museus no Rio de Janeiro em 1958. Também cabe mencionar a criação da Associação Brasileira de Museologia em 1963, as mesas redondas de Santiago do Chile (1972), Quebec (1984) e Caracas (1994), e a regulamentação da Profissão de Museólogo em 1984 (MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN; DEMU, 2006) (MINISTÉRIO DA CULTURA; IBRAM, 2010b).

¹² Atualmente a sigla do sistema de Museus de São Paulo é SISEM/SP.

discussão mais ampla acerca das políticas do setor. A criação do IBRAM e do Estatuto de Museus podem ser compreendidas como marcos fundamentais nas atuais políticas museológicas, criando uma expectativa dentro do setor, como deixa claro esse trecho do relatório de Gestão do DEMU de 2006:

A Política Nacional de Museus, esse projeto (ou sonho coletivo) está associado ao plano de criação do Instituto Brasileiro de Museus, incluído na agenda do governo federal. A criação do Instituto será o marco de uma política pública que vem sendo trabalhada desde o início da atual gestão do Ministério da Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. DEMU, 2006, p.20)

E a colocação de Ricardo Oriá:

(...) uma das maiores conquistas do setor museológico do país foi a instituição de um marco regulatório, até então inexistente, representado pela criação de uma autarquia federal responsável pelo setor - o Ibram - e, mais ainda, pelo Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009) e por outras normas correlatas, que dão configuração ao Sistema Brasileiro de Museus (2013, p.49).

Assim, o Estatuto de Museus, como marco regulatório das Instituições Museológicas em vigor há uma década, é usado na pesquisa como um referencial para a análise dos museus, sendo usado também o seu decreto de regulamentação 8.124/2013, e o Plano Nacional Setorial de Museus (2010 – 2020).

Outras referências são alguns dos manuais criados pelo IBRAM para auxiliar no planejamento das instituições, destacando a publicação “Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos”, que auxilia na discussão que liga políticas de museu, a gestão e o Plano Museológico¹³ especificamente. O conteúdo desta publicação traça um caminho para as instituições, esmiuçando cada ponto exigido para os planos e métodos de diagnóstico e planejamento. Outro manual usado foi o dos “Roteiros Museológicos”, de autoria de Stuart Davis sobre o Plano Diretor.

Ao caracterizar as exigências legais como instrumentos de gestão e planejamento dos museus, foi abordada a gestão museológica. A principal referência nesse sentido, é o trabalho de Manuelina Duarte Cândido, “Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento”, que traz os resultados de seu estudo acerca da gestão de museus, principalmente no que diz respeito ao planejamento e à avaliação. A autora traz dados e questionamentos que conversam com a pesquisa aqui proposta:

¹³ Definição no Glossário.

Hoje em dia, no Brasil, falar de planejamento institucional para museus, é falar do plano museológico. (...) [que] envolve uma série de programas que, por sua vez, são inseridos em um ambiente de avaliação contínuos (CÂNDIDO, 2014a, p. 4).

Considerando o que é colocado por Frey (2000), sobre os estudos das políticas públicas, de que para compreender os fatores favoráveis e os que podem bloquear alguns programas, é necessário investigar o processo interno, “político-administrativo”, tem-se a necessidade de revisão do contexto de criação da legislação. Deste modo, na pesquisa de campo se vale de uma metodologia qualitativa que observa o que influencia e/ou dificulta a implementação de ações vinculadas aos marcos da legislação. Pois a pergunta norteadora deste trabalho inicia não com “quais”, mas sim com “porque” as instituições conseguem ou não se adequar a legislação vigente.

Foram observadas as exigências legais estabelecidas, revisando a Lei Federal nº 11.905/2009 e o Decreto Federal nº 8.124/2013, que estabelece o marco regulatório, tendo como apoio a Política Nacional de Museus de 2003; o Plano Nacional Setorial de Museus de 2010; as cartas de Santiago do Chile (1972), Quebec (1984) e Caracas (1994), produzidas pelo ICOM; e a Carta de Rio Grande, produzida pelo SEM/RS; além de artigos e outros textos sobre o tema. Já para compreender como os modelos de gestão influenciam o cumprimento da lei, foram realizadas entrevistas com os profissionais e gestores, visando o entendimento destes sobre a lei. Os questionamentos abordaram: o nível de conhecimento da legislação e da PNM; conhecimento dos órgãos de apoio, como IBRAM, SEM/RS; o quadro-profissional da instituição; como é o financiamento do Museu; se a instituição planeja suas ações e como faz esse planejamento; quais são as dificuldades encontradas na administração da instituição e quais são as soluções encontradas.

Além disso, foi realizada a pesquisa documental nas Instituições, visando compreender a estrutura institucional e os instrumentos de gestão do museu. Ou seja, se a instituição tem sua criação documentada e regulamentada, regras de funcionamento e de gestão do acervo¹⁴, documentação e planejamento, e se tem ou planeja ter algum órgão de apoio a ações e ao financiamento. Foram solicitados documentos considerados instrumentos administrativos dos museus, como: Ato de

¹⁴ Definição no Glossário.

Criação; Regimento Interno; Plano Museológico; Plano Anual (nas instituições públicas); Política de Aquisição e Descarte de Acervos, entre outros documentos.

Os dados recolhidos estão relacionados com o que é exigido pelo marco regulatório. Assim, se pretende compreender como os gestores e trabalhadores interpretam a lei e quais os entraves dificultam não apenas a sua implementação, mas também das práticas de gestão.

O capítulo dois dedica-se à contextualização histórica da PNM e do Estatuto de Museus. Trata a princípio da constituição do setor dos museus no Brasil, e como influenciou na construção da atual Legislação de Museus. Parte, para tanto, das primeiras iniciativas criadas pelo Estado Brasileiro, as primeiras discussões sobre a concepção de museus, e o surgimento das primeiras estruturas de apoio aos museus no país. No capítulo três, são abordados os conceitos de museu e de gestão. São trabalhadas ainda as exigências estabelecidas pela legislação, analisando a Lei Federal nº 11.904/2009 e o Decreto Federal nº 8.124, que define o Estatuto de Museus e a regulamentação da lei, vinculando com os conceitos citados acima.

Por fim, no capítulo quatro serão apresentadas as metodologias aplicadas e discutidos os resultados da pesquisa de campo. Contempla ainda o histórico resumido das instituições, a análise das entrevistas e da pesquisa documental e as conclusões sobre o material adquirido.

2. Um histórico da construção de setor de museus no Brasil e no Rio Grande do Sul

O surgimento dos museus no Brasil, no século XIX, está vinculado ao trabalho de naturalistas europeus, que buscavam espécimes da fauna e flora brasileira para suas pesquisas. Uma instituição museológica que pode ser utilizada como exemplo é o Museu Emílio Goeldi, do Pará. Fundado em 1866 e reinaugurado em 1891, tinha como objetivo atender os pesquisadores estrangeiros, como um local para a realização de análise dos materiais extraídos da floresta amazônica (SCHWARCZ, 2013).

A primeira instituição museológica criada no Brasil foi o Museu Nacional¹⁵, em 1818. Seu acervo¹⁶ foi formado absorvendo as coleções da Casa dos Pássaros¹⁷, além das trazidas pelo Rei D. João IV (MACHADO, 2013). Contudo, o primeiro momento de destaque das instituições museológicas brasileiras ocorreu entre as décadas de 1870 a 1930, quando alguns museus se estabeleceram entre as principais instituições de pesquisa do país (MACHADO, 2013; SCHWARCZ, 2013).

Neste período, não se buscou a definição de uma política museológica, muito pelo contrário, foi constituída por ações isoladas de instituições de grande porte que começaram a surgir no país, que possuía grande influência do que era feito na Europa. Mas deixou um legado que reverberou dentro das instituições e influenciaram o pensamento de profissionais, como Gustavo Barroso. Os principais museus de história natural, entre eles o Museu Nacional e o Museu Paulista¹⁸, tiveram em suas equipes e direções adeptos de conceitos como o do evolucionismo social e defensores do branqueamento da população brasileira como necessária para o desenvolvimento do país (SCHWARCZ, 2013).

Foi neste meio, que surgiu a categoria de museu histórico, separando-se da de museu de história natural, nos anos de 1920. Estabeleceu, portanto, uma proposta preservacionista dos bens culturais do país que privilegiava os mitos e a evocação

¹⁵ Denominado na época como Museu Real, com a independência e o surgimento do Império brasileiro, foi denominado Museu Imperial. Já com a Proclamação da República, recebeu a atual alcunha.

¹⁶ Definição no Glossário.

¹⁷ Instituição de pesquisa, aos moldes de uma cabine de curiosidades, que possuía principalmente itens ligados à fauna e flora do Brasil coletados por naturalistas.

¹⁸ Também conhecido como Museu do Ipiranga.

das “grandes figuras nacionais”, geralmente vinculados a valores conservadores e das elites nacionais (MACHADO, 2013).

Um destes exemplos é o que ocorreu no Museu Paulista a partir de 1917, quando assumiu a direção Affonso d’Escragno Taunay. Mesmo sendo uma instituição com um perfil enciclopédico, o acervo que se destacava em suas aquisições, estudos e exposições era o de história natural. Contudo, com a mudança na direção, ocorreu a alteração do perfil da instituição, passando a privilegiar o acervo histórico. Taunay adquiriu documentos originais e cópias, abrindo novas salas para os acervos históricos e contratando artistas para produzirem pinturas e esculturas de momentos de figuras consideradas históricas pelo diretor. Privilegiou as figuras ligadas à independência e à família real brasileira (BREFE, 2003).

A figura mais proeminente deste período, que iniciou proposições para uma política para o setor do patrimônio e dos museus no Brasil foi Gustavo Barroso, responsável pela criação do MHN, em 1922. Ele encabeçou o início de um novo momento dentro dos museus brasileiros, que fortalecia o discurso histórico dentro das instituições nacionais, criando uma narrativa em homenagem “(...) à tradição e ao Império [que] serviu também de base ao discurso nacionalista conservador e elitista que [...] vinha defendendo há alguns anos” (SANTOS, 2004, p. 56).

Essas transformações também ocorreram no Rio Grande do Sul, como pode ser observado no Museu Júlio de Castilhos (MJC), criado em 1903, na capital do Estado, Porto Alegre, surgiu com um perfil enciclopédico. Sua formação foi influenciada pelo pensamento predominante da elite política gaúcha da época, adepta ao positivismo (POSSAMAI, 2014), se utilizando de um discurso científico e histórico. Mas a partir do final da primeira metade do século XX, começou a predominar a narrativa histórica e a do folclore gaúcho (NEDEL, 2006).

O discurso conservador ainda se encontra presente atualmente nos museus brasileiros, no culto a figuras privilegiadas pela história e através da ideia da necessidade de educar a população. Contudo, ocorreram mudanças sobre o entendimento e o compromisso das instituições perante a sociedade, que afetou parte dos trabalhadores dos museus, dos pesquisadores e da intelectualidade, que se opõem a uma visão mais tradicional de museu.

Essa visão vem se construindo influenciada por movimentos culturais e sociais, como por exemplo, o dos Modernistas¹⁹. E essas reflexões sobre o papel do museu deram o tom dos debates na construção das atuais políticas do setor, como será mostrado neste capítulo, ao trabalhar com conceitos e a trajetória das ações políticas para museus no Brasil.

2.1. A construção do setor de museus no Brasil

Ocorreu no Brasil, nas décadas de 20 e 30 do século XX, uma disputa pela gestão do Patrimônio Cultural Nacional que influenciou os rumos do setor de museus. As primeiras iniciativas de proteção patrimonial, em nível nacional, ocorreram dentro do MHN. Podendo se destacar a criação da Inspetoria dos Monumentos Federais, em 1934, primeiro órgão federal com essa finalidade, tutelada pelo diretor do Museu, Gustavo Barroso (FONSECA, 2017).

Na década de 1930, após a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país, o Brasil passou por um processo de modernização da administração pública, por intermédio da implementação de uma estrutura burocrática e centralizada. Este modelo aplicado ao poder público é um contraponto ao nepotismo, clientelismo e patrimonialismo (CARNEIRO; MENICUCCI, 2013). É dentro desse contexto de reforma do serviço público que é criado o SPHAN em 1937, através do Decreto-Lei nº 25. Essa nova instância do poder público, estabelece regramento para a proteção do patrimônio histórico e artístico do Brasil, que significa uma mudança de proposta para a política patrimonial no país. O grupo que esteve à frente deste novo órgão estatal era composto por membros do Movimento dos Modernistas, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre outros. Este projeto, mais progressista, concorreu com visão sobre o Patrimônio Cultural de Gustavo Barroso. Os modernistas trouxeram uma concepção de patrimônio e de identidade nacional distinta do diretor do MHN. Isso distinguia o Brasil de outros países, onde os movimentos preservacionistas se originaram em grupos de intelectuais considerados conservadores (FONSECA, 2017).

Neste ponto, se buscou discutir essas concepções de museu, muitas vezes vinculadas a atores como Mário de Andrade, Gustavo Barroso, Aloísio Magalhães entre outros, que influenciaram a trajetória do setor museológico brasileiro no século

¹⁹ Definição no Glossário.

XX. Também os cenários e momentos, como o surgimento dos primeiros órgãos de apoio para museus, o reconhecimento da profissão de museólogo, o impacto das políticas de cunho neoliberal sob os museus nos anos 90, entre outros que influenciaram de alguma forma as políticas que seriam implantadas a partir de 2003, pelo Governo Federal.

2.1.1 As concepções de museu de Mário de Andrade

Uma das figuras centrais do movimento modernista e da proposta de proteção aos monumentos históricos e artísticos no Brasil foi Mário de Andrade, que elaborou o anteprojeto do SPHAN. Segundo Mário Chagas (1999), através da sua proposta, era possível compreender qual o papel dos museus na proteção do patrimônio cultural brasileiro, em sua visão. Segundo o escritor, o museu deveria ser um “espaço de estudo e reflexão” a serviço da população.

As visões de Mário de Andrade para com o patrimônio e os museus têm seu início no setor público, através da criação do Departamento de Cultura no município de São Paulo, entre os anos de 1935 a 1938. Segundo Lia Calabre, a proposta dialogava com as ideias do grupo modernista, sendo a “(...)primeira experiência efetiva de gestão pública implementada no país no campo da cultura” (2009, p.18).

Como diretor do departamento e chefe da Divisão de Expansão Cultural, foram elaborados alguns projetos museológicos como o da Discoteca Pública, com a missão de preservar o registro de músicas eruditas e folclóricas paulistas, disponibilizando as coleções à população. O projeto do Museu da Palavra, que propunha registrar a diversidade de ritmo, expressões e entonações da fala brasileira, tanto formal, quanto popular. É proposto o Museu da Reprodução, trazendo para a população réplicas de obras consagradas das artes plásticas ocidentais. Em seus projetos, Mário de Andrade propunha utilizar os museus para a valorização da diversidade e a educação da população através da cultura. E para tanto, incluía em seus planos a multiplicidade das expressões culturais, unindo a cultura dita erudita com as populares (CHAGAS, 1999).

Apesar de poder ser questionável essa visão educativa do escritor, vinculada à ideia do Museu Educador, o reflexo da época, da necessidade de instruir a população sobre arte e cultura, as ideias de Mário de Andrade já se opunham ao culto do herói. Em sua visão, o museu era um lugar para valorizar a diversidade de expressões e manifestações populares, como elemento da cultura paulistana. Contudo, após o

golpe que levou ao Estado Novo (1937-1945), Mário de Andrade acabou colocando seu cargo à disposição, interrompendo o projeto (CALABRE, 2009).

Porém, Mário de Andrade teve oportunidade de implementar seu projeto de proteção patrimonial em nível federal, através do mesmo grupo político que tinha derrubado o governo paulistano. O escritor foi convidado pelo Ministro Gustavo Capanema (1934 – 1945) para elaborar o anteprojeto do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ainda em 1936 (CALABRE, 2009).

Nessa proposta foi incluída sua visão do papel dos museus na proteção do patrimônio. Deste modo, Mário de Andrade propunha a criação de quatro museus federais, sendo que dois já existiam, que era o Museu Nacional, e o MHN. Os outros dois seriam o Museu Nacional de Belas Artes, e o Museu de Artes Aplicadas e Tecnologia Industrial. (CHAGAS, 1999). Esses museus deveriam refletir o que era considerado como Patrimônio Nacional, tendo como base, os quatro livros-tombo, em que se alinhava o valor histórico com o artístico (FONSECA, 2017).

Ainda compunha sua proposta, o incentivo à criação de museus locais, principalmente em nível municipal. Para ele, diferente dos museus nacionais e de grandes cidades, os locais deveriam ter um acervo heterogêneo, que representasse o que a comunidade local achasse relevante, não tendo a preocupação de seguir uma matéria ou tipologia específica, mas sim o desejo da população (Ibid., 2017).

Diferente de outras figuras, como Gustavo Barroso, para Mário de Andrade, era necessário valorizar a cultura popular. E o campo museológico brasileiro era um dos espaços para isso. Contudo, quem determinava o que era o patrimônio nacional, em sua visão, eram as mesmas figuras ligadas às elites da academia e da intelectualidade. Mesmo podendo ser uma visão à frente de sua época, ainda sofria com os conceitos de sua época, que via a necessidade de educar culturalmente a população, que ficava à margem da seleção memorial.

Mesmo valorizando o que era considerado popular, ainda via a necessidade de mostrar para população o que era considerado erudito. Mesmo incentivando a participação das comunidades locais na formação de museus para suas localidades, afastava a mesma da decisão do que seria preservado nos grandes museus e que representaria a nação.

Contudo, com seus méritos e defeitos, não foi o anteprojeto de Mário de Andrade que se efetivou no Decreto-Lei nº 25. E não foi sua visão de museus que prevaleceu. Pois o projeto que se tornaria Lei e criaria o SPHAN, foi escrito por

Rodrigo Melo Franco de Andrade, e o nome que se tornou referência por anos do setor museológico nacional, foi o de Gustavo Barroso, criando o primeiro curso de museologia do país no MHN.

2.1.2 O Curso de Museus e a Influência de Gustavo Barroso

Mesmo que o anteprojeto de Mário de Andrade não tenha sido o utilizado na criação do SPHAN, foi a proposta dos modernistas que prevaleceu, derrotando o projeto político para o setor do patrimônio de Barroso. Ficaram à frente das ações de preservação do patrimônio nacional, portanto, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, entre outros membros do movimento modernista. Mas no que tange ao setor de museus, Barroso se tornou referência (CHAGAS, 2009).

O diretor do MHN estabeleceu o modelo de instituição e formou “mentalidades”, pois, além da fundação do próprio MHN, ele foi responsável pela criação do Curso de Museus, que por décadas foi o único local que formava profissionais de museologia no país (SANTOS, 2004). Barroso foi responsável pela “institucionalização da museologia e dos estudos sobre museus no Brasil” (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p. 14).

O Curso de Museus foi o primeiro órgão de formação e pesquisa do setor museológico brasileiro, sendo o único curso com esse caráter por quarenta anos, estabelecendo padrões e procedimentos, forjando o trabalho museológico em todo o país. Exemplos dessa influência estavam presentes inclusive no interior do Rio Grande do Sul, como demonstrado pela atuação profissional de Henrique Carlos de Moraes, responsável pelo Museu da Bibliotheca Pública de Pelotas (MHBPP), entre os anos de 1940 até 1986, e Adão Amaral, fundador e diretor por 20 anos do Museu Histórico Farroupilha, da cidade de Piratini. Ambos influenciados por Gustavo Barroso, os dirigentes basearam-se no livro escrito pelo diretor do MHN, Introdução à Técnica de Museus, para estabelecer o padrão de trabalho. Henrique Carlos de Moraes chegou a realizar um estágio no Curso de Museus, no Rio de Janeiro, para se aperfeiçoar. No diário de Adão Amaral, há menções sobre o livro de Barroso junto a desenho de mobiliários expositivos confeccionados para a utilização no MHF, que foram baseados nas ilustrações de sua obra (LIZOTT, 2011).

As duas instituições museológicas se estabeleceram em torno do culto a personagens e fatos históricos. Através da preservação de bens materiais, com apelo ao militarismo e a guerras, temas valorizados por Gustavo Barroso, o que demonstra

sua influência no trabalho de Moraes e de Amaral. (Idib., 2011). Algumas das características destes trabalhos ainda estão presentes nas duas instituições, demonstrando a força que ainda possui a visão de Barroso nos museus brasileiros. Mesmo com a mudança na formação dos profissionais de museologia, ainda são reproduzidas suas propostas, ainda que de forma “inconsciente”.

2.1.3 A desvalorização e a interiorização dos museus no Brasil pós Estado Novo

Após o fim do Estado Novo, o grupo dos modernistas, que tinha o protagonismo e uma forte atuação dentro do setor do patrimônio, se deparam com a desvalorização e até certo abandono por parte do governo federal (FONSECA, 2017). Entre as consequências, está a fraca presença estatal no setor cultural nas três décadas seguintes, resultando numa queda das ações do SPHAN e abrindo espaço para o setor privado na área cultural (CALABRE, 2009).

No período seguinte, entre 1945 e 1964, como coloca Lia Calabre:

(...) o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada. (...) O Estado não promoveu, nesse período, ações diretas de grande vulto no campo da cultura. Algumas instituições privadas como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Museu de Arte de São Paulo, a Fundação Bienal, entre outras, foram declaradas de utilidade pública e passaram a receber subvenções do governo federal, porém sempre de maneira descontinuada, nada que se possa chamar de uma política de financiamento ou de manutenção de instituições culturais (2007, p. 2).

O presidente Juscelino Kubitschek, no seu famoso plano de desenvolvimento do Brasil conhecido como “50 anos em 5”, não incluiu o segmento da cultura entre os eixos de seu programa. Tal fato significou uma quebra de investimento e atuação em todos os setores da cultura, incluindo o de museus. Algo que simbolizou este momento, foi a demora de 25 anos (1961 – 1985) para a abertura do Museu de Arte de Brasília, mesmo tendo o término da obra no mesmo período que o da cidade. A desvalorização do trabalho do SPHAN é seguida pelo surgimento dos primeiros grandes museus privados brasileiros, como o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP). Algo que não era comum no país até então, já que as instituições culturais e de pesquisa geralmente eram vinculadas ao poder público (LOURENÇO, 1999).

Também é perceptível que neste período ocorreu a interiorização dos museus, surgindo várias instituições fora do eixo Rio-São Paulo (CALABRE, 2007). No Rio Grande do Sul surgem museus como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), em 1954 (LOURENÇO, 1999), em 1953 o Museu Oceanográfico de Rio Grande, (OLIVEIRA; COSTA, 2016), e o Museu Histórico Farroupilha, na cidade de Piratini (GARCIA, 2011). Sendo esse último, durante o processo de tombamento de três prédios ligados ao evento da Guerra dos Farrapos (MEIRA, 2008).

Outro ponto importante para a formação do setor de museus no Brasil foi a participação ativa de brasileiros na criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Na ocasião, em 1946, o estudante do Curso de Museus do MHN, Mário Barata, que na época estava em Paris, por virtude de uma bolsa de estudos, “participou diretamente da criação do ICOM” (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p. 16). No mesmo ano, foi criada no Brasil uma representação no Conselho o que demonstrava o interesse dos profissionais de museus do país em estabelecer contato com os de outros países.

Isso proporcionou a inclusão do Brasil no debate técnico e científico que ocorria no mundo, principalmente na Europa. Como resultado de toda essa efervescência, em 1956 ocorreu o 1º Congresso Nacional de Museus no Brasil, sediado na cidade de Ouro Preto. Em 1958, foi realizado o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (Idib., 2007).

Mesmo com poucos investimentos e sem uma coordenação federal, o setor cresceu, se interiorizou e se estruturou, proporcionando maior contato com profissionais e teóricos de outros países. O que mostraria resultado nas próximas décadas no desenvolvimento científico e teórico da museologia²⁰ nacional. Em 1963 é criada a Associação Brasileira de Museologistas, atual Associação Brasileira de Museologia (ABM), com o intuito de mobilizar a categoria profissional de museólogos pela regulamentação da profissão, promovendo debates, seminários, congressos etc. (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007).

Deste modo, ao mesmo tempo que ocorreu a desvalorização do setor do patrimônio e museológico brasileiro, perante o governo federal, com a queda de prestígio e investimento, houve a expansão dos museus para o interior do país. Além

²⁰ Definição no Glossário.

disso, com o crescimento de profissionais, amplia-se o debate sobre a situação dos museus brasileiros.

2.1.4 Aloísio Magalhães, a Ditadura Militar e a reabertura do Brasil

Durante o Regime Militar (1964-1985), volta à tona a discussão do papel do Estado na cultura em nível federal. O ministro Jarbas Passarinho, em 1973, solicitou ao Conselho Federal de Cultura, a elaboração de diretrizes para uma política nacional para o setor. Resulta desse movimento o Plano de Ação Cultural (PAC), que abrangeu várias áreas do setor cultural, incluindo o Patrimônio, realizando eventos e ações de capacitação dos setores. Porém, mesmo assim, o SPHAN encontrava-se com dificuldades financeiras e técnicas. (CALABRE, 2009)

Já no setor de museus, na década de 1970, o modelo de instituição começa a ser questionado, em parte, como um reflexo dos movimentos sociais que ocorreram no mundo na década de 1960. Assim, começam a surgir novos modelos, na França, México e outros países, que tentam trabalhar o patrimônio de forma integral, ou seja, através da relação humana com o objeto e o espaço, pensando um museu mais sensível às demandas da sociedade e da cidadania. O auge dessa mudança, de paradigma do fortalecimento de uma Nova Museologia, foi a Mesa Redonda de Santiago. Promovida pelo ICOM, abordou os problemas dos museus latinos, discutindo o museu ideal, designando conceitualmente um novo modelo de museu, o Museu Integral (BRULON SOARES; SCHEINER, 2009; SANTOS, 2004).

Nesta mesma década, no Brasil, a figura de Aloísio de Magalhães²¹ ganha protagonismo na discussão sobre patrimônio, através da criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC). A característica mais marcante de seu trabalho foi o contrapondo ao patrimônio de “Pedra e Cal”, praticado pelo IPHAN (FONSECA, 2017). Ele propunha ações mais ligadas à proteção dos saberes e fazeres, através do apoio aos produtores de cultura. Considerava que faltava no Brasil “(...)uma tradição viva que fosse apreendida em sua dinâmica e pluralidade” (LAVINAS, 2012, p.7), criticando o modelo que chamava de morto, ou cristalização do patrimônio praticado pelo IPHAN (FONSECA, 2017).

²¹ Aloísio Magalhães (1928-1982) – artista plástico, designer e bacharel em direito. Estudou museologia em Paris, foi o fundador e coordenador do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e presidente do IPHAN na década de 1970 e início da de 1980 (CALABRE, 2007; FONSECA, 2017).

Seu argumento ganha espaço num período de reabertura e de retorno ao investimento no setor da cultura, que surge em meio a uma crise de popularidade do Regimento Ditatorial Militar. Neste momento são criados o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), a Fundação Pró-Memória²², e o próprio CNRC (CALABRE, 2007; FONSECA, 2017). Ele defendia:

[...]um modelo de desenvolvimento compatível com as condições locais e contextos sociais das diversas regiões do Brasil, articulando desenvolvimento e cultura, proporcionando, então, que outros setores da administração pública fizessem parte das políticas culturais (LAVINAS, 2012, p.6).

Ou seja, a promoção de uma política patrimonial sustentável, ligada à cultura popular e que incluísse parcerias com outros segmentos do poder público. Sendo que o projeto ligado ao setor museológico que Aloísio Magalhães promoveu, quando à frente do CNRC e do IPHAN, foi o Museu ao Ar Livre Princesa Isabel (MALPI)²³, da cidade de Orleans, em Santa Catarina.

Ao ser provocado por membros da cidade de Orleans, Aloísio Magalhães enviou uma equipe para avaliar o projeto, e realizou um convênio, junto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a prefeitura da cidade e o Instituto São José²⁴, que propôs a criação do museu (DUARTE, 2018). A proposta da instituição museológica e do tombamento tinha como base reconhecer a participação de grupos de imigrantes alemães, italianos, poloneses e letos²⁵ na construção do país. Deste modo, influenciava o projeto uma visão de potencial cultural e turístico da região sul do Brasil, através da valorização dos saberes e fazeres dessas comunidades (PEREIRA; COSTA, 2021).

Entre os poucos projetos que o CNRC e Aloísio de Magalhães executaram entre os anos 70 e 80, está o do museu. Que buscou através da valorização cultural,

²² A Fundação Pró-Memória foi criada no início dos anos de 1980.

²³ “O MALPI está localizado no Km 33 da Rodovia SC 438, no bairro Murialdo, em Orleans, no sul de Santa Catarina. É um espaço cultural que preserva artefatos da memória de pessoas que se estabeleceram na região, como alguns imigrantes e descendentes de alemães, italianos, poloneses, letos e imigrantes de municípios próximos” (DUARTE, 2018).

²⁴ Instituto São José, mais conhecido como Seminário São José, inaugurado oficialmente no ano de 1961, em Orleans (SC), para acolher os seminaristas da região, coordenado pela Congregação dos Josefinos Murialdo de Caxias do Sul, a qual pertencia Padre João (RAMPINELI, 2013, apud DUARTE, 2018, p.64).

²⁵ Quem tem origem na Letônia.

criar um projeto sustentável, que trouxesse retorno para sua comunidade, tanto financeiro como sócio/cultural (FONSECA, 2017).

Deste modo, pelo que era defendido por Aloísio Magalhães, e pelo que demonstram seus escassos projetos, é possível dimensionar sua visão sobre o museu, na qual a preocupação estava em torno da sustentabilidade, do diálogo com os locais e a interlocução de diferentes parceiros, públicos e privados. O acesso aos bens culturais não está apenas nos preceitos de preservação patrimonial, mas também na de construção da cidadania, através do diálogo, da valorização e da possibilidade de retorno financeiro e social para os membros de determinada comunidade.

Outra movimentação que ocorreu nesse período, ligada diretamente ao setor de museus, foi o 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, em 1976 na cidade de Recife. Dele sai o documento “Subsídios para a Implantação de uma Política Museológica Brasileira” (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007).

A demanda de uma política para o setor cresce e se fortalece. Alguns museólogos, como Waldisa Russio Camargo Guarnieri, colocam a importância de que o administrador de um museu elabore uma política que leve em conta o planejamento, definindo objetivos, metas e até resgate projetos de gestores anteriores, privilegiando a continuidade do trabalho e se distanciando do que a autora coloca como “politicagens” (GUARNIERI, 2010, p. 59). Entre os acadêmicos, a ideia de uma estruturação do setor de museus em nível nacional, afastado do culto ao vulto histórico, demonstrava a inclinação das propostas a uma museologia social e representativa.

Nos anos de 1980, o setor museológico se organiza em direção à instituição de uma política nacional de museus. Em 1983 é criado o Sistema Estadual de Museus de São Paulo, e em 1984 é promulgada a Lei Federal nº 7.287 que regulamenta a profissão de Museólogo no país. Vários sistemas estaduais de museus são criados, e no IX Congresso de Museus, realizado em São Paulo, em 1986, é aprovada a proposta de criação do SNM. O seu objetivo era de estabelecer uma política nacional definindo as prioridades e as metas de trabalho para qualificação do setor (FRAGA, 2004a).

Neste período, Myrian Sepúlveda dos Santos (2004) coloca que houve um *boom* de museus no país. Para ela, está ligado ao crescimento no investimento

público, criando uma demanda de diversificação e regionalização da preservação da memória, e perda de importância dos temas nacionalistas.

Em 1985 é criado o Ministério da Cultura, durante o governo José Sarney (1985-1990). Porém, segundo Regina Abreu, não houve uma reestruturação adequada. Para a autora, transformaram uma secretaria que apesar de ser enxuta, era organizada e funcionava, em um ministério esvaziado, com uma demanda de trabalho maior, sem o investimento necessário (ABREU, 2010). A criação da Lei Sarney²⁶, posteriormente, reestruturada através da Lei Rouanet²⁷, no governo seguinte, não foi suficiente para suprir essas dificuldades e financiar o segmento (CALABRE, 2007).

Ou seja, a partir dos anos de 1970, inicia-se um novo período de debates e construção de uma política nacional para o setor do patrimônio, com destaque da atuação do CNRC e de Aloísio Magalhães, que, de certa forma, influenciou o setor de museus. Nos anos 1980, também ganha ênfase o debate sobre uma política em nível nacional para os museus, impulsionada pelo surgimento dos primeiros sistemas estaduais de museus, com destaque para o de São Paulo, o Sistema Nacional e a regulamentação da profissão de museólogo.

Contudo, mesmo com a criação do MinC, há uma mudança na política de financiamento da cultura, ampliada na década de 1990, que causou o desequilíbrio na distribuição de recursos no segmento da cultura como um todo. Isso acarretou a precarização das instituições museológicas, iniciando um novo período de apagamento dos museus e inviabilizando as gestões das instituições.

2.1.5 As políticas neoliberais dos anos 1990 e mais uma desestruturação do setor da cultura e dos museus

A eleição presidencial de Fernando Collor de Mello (1990-1992) inaugurou a década de 1990 e, com ela, as políticas neoliberais no Brasil. Internacionalmente, essa agenda surge na década de 1970, tornando-se a visão predominante deste então. Ela possuía aspectos políticos, econômicos e institucionais, debatendo sobre o tamanho do Estado e sua ineficaz, e sua intervenção excessiva na economia. Isso

²⁶ Lei Federal nº 7.505 de 02 de julho de 1986.

²⁷ Lei Federal nº 8.313 do dia 23 de dezembro de 1991.

resultou na implementação de reformas para a redução da máquina pública e a sua interferência no mercado (CARNEIRO; MENICUCCI, 2013).

No Brasil, esse movimento ganha força a partir da eleição de Collor de Melo, impulsionado pela crise econômica e a alta da inflação, deixado por um governo autocrata e pesado do período da Ditadura Militar. Contudo, a “(...)urgência do controle da inflação se fez acompanhar do abandono dos projetos igualitários” (Diniz, 2016, p. 49). O que refletiu no setor Cultural, que ainda tentava se reorganizar em torno do Minc, com um desmonte realizado pelo novo Governo Federal, com a extinção do Ministério da Cultura²⁸ e de órgãos e programas de financiamento da cultura²⁹, em 1990. Essas ações agravaram a desarticulação dos setores culturais e paralisaram as atividades (CALABRE, 2007; 2009; ABREU, 2010; CARNEIRO; MENICUCCI, 2013; PAULA, 2005).

Com a renúncia de Collor e início do governo de Itamar Franco (1992-1994), foram restabelecidos o MinC, o IPHAN e a FUNARTE, além de ter sido criada a lei de incentivo ao audiovisual. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), há a manutenção desta estrutura. Contudo, as políticas para o setor apoiadas em leis de incentivo ocasionaram um grande desequilíbrio financeiro para a cultura (CALABRE, 2007).

As grandes instituições e os grandes eventos acabavam sendo os principais beneficiados, recebendo a maior parte das verbas de patrocínio. Houve também a tática utilizada por grandes empresas de criar instituições culturais próprias para receber os benefícios da lei Rouanet. Isso fez com que o dinheiro destinado aos segmentos culturais do país se concentrasse no eixo Rio-São Paulo (ABREU, 2010).

Deste modo, segue a situação de precarização das instituições museológicas, e a desarticulação da cultura de forma geral. Mesmo com as transformações significativas dos anos 1980, os museus estavam funcionando quase sem recursos, o que se refletiu nas estruturas físicas e funcionais, colocando em risco as instituições e os acervos.

É neste cenário de abandono que, no início dos anos 2000, ocorreram iniciativas propondo uma quebra deste paradigma ao descaso. Entre essas ações, estava a Carta de Rio Grande, documento elaborado no 8º Fórum Estadual de Museus

²⁸ Através da Lei Federal nº 8.028.

²⁹ Através da Lei Federal nº 8.029.

do Rio Grande do Sul (8º FEM/RS), e o documento “Imaginação Museal a Serviço da Cultura”, produzido pelo COFEM.

Tais documentos foram entregues aos então candidatos à presidência da república, que disputaram o segundo turno da eleição de 2002. Traziam as demandas dos museus brasileiros, naquele momento, e acabaram servindo como base para a elaboração da PNM em 2003. Foram fundamentais para influenciar o estabelecimento de demandas e estratégias que o Governo Federal iria adotar a partir da década de 2000, como será visto no próximo tópico deste capítulo.

2.2. Elaboração da Política Nacional e do marco legal dos museus no Brasil

Como já colocado anteriormente, no início dos anos 2000, os museus brasileiros se encontravam numa situação precária. As políticas neoliberais, adotadas pelos governos estaduais e federais, na década anterior, mudaram o modo de financiamento da cultura, que se baseou nas leis de incentivo fiscal. Isso acarretou a concentração de recursos no eixo Rio-São Paulo, desequilibrando a distribuição dos investimentos, prejudicando os projetos culturais das demais regiões do país.

Deste modo, museus que estavam fora desse eixo sofreram com a falta de recursos e de um projeto claro de governo. No caso do Rio Grande do Sul, mesmo com o movimento realizado pelos profissionais de museus nos anos 1980, que resultou nos primeiros fóruns estaduais e na criação do SEM, as instituições se encontravam desestruturadas e com o corpo profissional defasado.

A partir da eleição de Olívio Dutra ao governo do Estado (1999-2002), foram retomadas as ações focadas nos museus, através do SEM/RS. Promovendo fóruns e cursos de formação, realizando convênios com universidades e instituições de pesquisa e editais de fomento. A atuação da coordenação do sistema mobilizou os profissionais e dirigentes do setor. O que resultou, no final do governo, em 2002, numa ampla participação de profissionais no 8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande (BERTOTTO, 2007; FRAGA, 2004a).

Marcado pela comemoração dos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago, o 8º FEM/RS teve como tema “Museus e Globalização”, e a partir dos debates que ocorreram no evento, foi produzido um documento denominado “Carta de Rio Grande”. A carta era composta por eixos que propunham medidas para a implementação de “uma política pública de inclusão e democratização para a

construção da memória nacional e preservação do patrimônio cultural brasileiro” (CARTA DE RIO GRANDE, 2014).

Outro documento importante, divulgado no mesmo ano, produzido pelo COFEM, foi o chamado de “Imaginação Museal a Serviço da Cultura”, que também influenciou a formação de uma política pública, nacional, na área dos museus. (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007). Deste modo, ambos foram a base para a formação da PNM, em 2003.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência (2003-2011) e sob a gestão de Gilberto Gil no Minc, foi estabelecida a primeira política pública para o setor de museus do Brasil, dentro do programa de governo “Imaginação a Serviço do Brasil” (NASCIMENTO JUNIOR., 2019). Já buscando a implementação da PNM no primeiro ano de governo, foi criado ainda em 2003 o Departamento de Museus e Centro Culturais. Sendo o responsável pela execução do plano, o órgão abarcou todos os museus que estavam sob a administração do IPHAN, e este processo resultou também na criação do Sistema Brasileiro de Museus, em 2004 (MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN; DEMU, 2006).

Assim, o DEMU buscava institucionalizar a política de museus, dentro do MinC, além de criar uma interlocução com o setor, incentivar à criação de cursos de graduação e pós-graduação na área de museologia, visando ampliar o número de cursos³⁰ (NASCIMENTO JUNIOR., 2019). Sobre o financiamento, além das leis de incentivo fiscal, foram estabelecidas formas de transferência direta de recursos, neste caso, através de editais. O objetivo do DEMU era democratizar o acesso a recursos federais e incentivar a criação de novas instituições museológicas e reestruturar as já existentes. Dois dos editais criados pelo DEMU, e inicialmente mantidos pelo IBRAM, foram o de “Modernização de Museus” e o “Mais Museus”, entre outros (MINISTÉRIO DA CULTURA; IBRAM, 2010b).

O primeiro, tinha como objetivo financiar a modernização, reestruturação e aquisição de equipamentos pelos museus. Iniciando em 2004, chegou a contemplar projetos de até 200 mil reais, com exigência de contrapartida. O segundo, era para municípios de até 50 mil habitantes que não possuísem museus, sendo lançado em 2005 e incluía um gama maior de possibilidades em comparação ao edital anterior.

³⁰ Existiam apenas duas graduações no país, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Se o primeiro tinha objetivo de modernizar as estruturas das instituições existentes, esse último tinha o objetivo de democratizar o acesso à memória (MINISTÉRIO DA CULTURA; IBRAM, 2010B).

Esses editais faziam parte do programa “Museu, Memória e Cidadania”, criado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, e estava dentro de um programa maior que abarcava vários outros segmentos além da cultura. O objetivo deste era revitalizar os museus brasileiros, porém, em seu início, só disponibilizava recursos para museus federais, o que era insuficiente pela demanda existente no país. Então, a partir de 2003, o MinC inclui o programa na PNM, reformulado e ampliado, dando acesso aos recursos a qualquer museu em território nacional (TOLENTINO, 2007).

Em 2006 o DEMU inicia suas articulações com o Congresso Nacional e outras instituições em torno do anteprojeto de lei do Estatuto de Museus (MORAIS; TOLENTINO, 2007). Além disso, no relatório de gestão do DEMU de 2003 – 2006, entre as metas a serem alcançadas, está o estabelecimento de um instituto de museus para:

Promover e assegurar políticas para estimular e apoiar a criação e o desenvolvimento de entidades museológicas e de centros culturais, valorizando ações de preservação, investigação e comunicação, e, ainda, fortalecendo o Sistema Brasileiro de Museus (MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN; DEMU, 2006, p.26).

Desta forma, já em 2006, estava sendo articulada a saída da gestão do IPHAN dos museus do MinC e o estabelecimento de um marco legal do setor. A aprovação ocorreu na virada de 17 para 18 de dezembro de 2008, sendo sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 20 de janeiro de 2009 (MORAIS, 2007). Desta forma, o setor de museus finalmente estabelecia uma estruturação que estava sendo discutida e trabalhada desde o início do século XX, quando de dentro dos museus iniciavam os primeiros processos de proteção das cidades históricas e dos monumentos. Neste sentido, houve a criação do curso de museus, a participação na formação do ICOM, a criação da ABM e dos primeiros sistemas, a regulamentação da profissão de museólogo, e a formação da primeira política nacional para museus.

Porém, depois da criação do IBRAM, aprovação e sanção do primeiro marco legal do setor, veio o dia seguinte. No terceiro capítulo serão analisados esses acontecimentos e a forma como impactam as instituições, e caso não, o porquê desta negativa.

2.3. A organização do Setor Museológico do Rio Grande do Sul

O processo de formação do setor de museus no Rio Grande do Sul começa com a criação do Museu Júlio de Castilhos (MJC), em 1903. Contudo, o foco de análise deste subcapítulo será, primordialmente, o período que inicia nos anos de 1980 até a realização do 8º Fórum Estadual de Museus, em 2002. A intenção é compreender, como as discussões em nível nacional influenciaram o setor de museus no estado e qual influência dos debates locais para a formação da PNM em 2003.

Como destaca José do Nascimento Junior (2019), em sua tese, muitas das ações realizadas pelo SEM/RS, principalmente no período de 1998 a 2002, influenciaram ou se transformaram em projetos executados pelo DEMU e pelo IBRAM, no período em que os órgãos foram coordenados pelo autor. Ou seja, será trabalhado o processo de formação do SEM/RS, as ações propostas e como se desenvolveu o trabalho do sistema, como órgão de apoio e de articulação das políticas públicas setoriais.

2.3.1. A criação do Sistema Estadual de Museus do RS: do CEM ao SEM

Na maior parte do século XX, vários profissionais desenvolveram ações de preservação do patrimônio gaúcho, tanto em nível nacional, quanto local. Porém, como coloca Thais Gomes Fraga (2004b), é evidente a pouca visibilidade do setor da cultura no Estado, já que de 1954 a 1991, o órgão governamental maior, que geria o setor no estado, foi a Divisão de Cultura. Porém, em 1991, surge a Secretaria Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC/RS), no mesmo ano é criado o SEM/RS.

Pelo menos no que concerne ao setor de museus, é mais uma resposta da articulação dos profissionais da área, do que um projeto governamental (FRAGA, 2004b). Mesmo assim, Márcia Bertotto (2013) coloca que desde os anos de 1970, ocorreram atividades sistemáticas governamentais, como o Decreto Estadual nº 20.818 de 26 de dezembro de 1970.

Essas mudanças na estrutura pública do setor cultural do Estado estavam alinhadas às que ocorriam em nível nacional, entre os anos de 1970-71. Neste momento, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do SPHAN, promoveu encontros entre os governadores, com o intuito de discutir a partilha da responsabilidade pela preservação do patrimônio nacional entre os entes da União (FONSECA, 2017).

Por causa dessa movimentação, o Governo do Estado promoveu um estudo sobre o patrimônio cultural sul-rio-grandense, que incluiu, entre outras instituições culturais de Porto Alegre, os museus Júlio de Castilhos, o de Arte do Rio Grande do Sul, e o de Ciências Naturais. O objetivo desta ação, além de propor a recuperação, era de providenciar a reestruturação administrativa da gestão das instituições e dos bens culturais em território gaúcho. Isso contribuiu para que nos anos de 1980, houvesse a proposta de maior profissionalização nas atividades realizadas pelos museus (FRAGA, 2004b).

Naquele momento, havia uma efervescência cultural e política que estimulou a articulação dos profissionais do setor no centro do país, para a criação do Sistema Nacional de Museus, influenciando as discussões no Rio Grande do Sul. Estes debates foram pautados por figuras icônicas, como o de Tarcísio Taborda, que promoveu os “Encontro de Museus de Bagé” na década de 1970 e 80. Nestes eventos participaram várias figuras importantes do setor patrimonial e museológico, como Aloísio Magalhães e Waldisa Rússio Guarnieri. Nestes encontros surgiram as primeiras propostas de criação do Sistema Estadual de Museus, inicialmente desvinculado do poder público, visando maior autonomia nas ações. Contudo, percebeu-se que sem o apoio do estado, o sistema não conseguiria manter uma rede de ações (BERTOTTO, 2013; GAMA, 2022).

Deste modo, em 1987, foi criada a Coordenadoria Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (CEM/RS), que basicamente foi a antecessora do SEM/RS. Sua função era articular as políticas e ações públicas e privadas dos museus gaúchos. O órgão foi vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Cultural do Estado e integrava a coordenação do SNM. Após sua criação, o CEM/RS realizou os dois primeiros fóruns de museus em nível estadual, entre os anos de 1988 e 1990. Neles foram discutidos o decreto de criação e a proposta de regionalização existente até hoje no SEM/RS (BERTOTTO, 2013).

Foi através desses debates que se consolidou o Sistema, no início dos anos de 1990. Assim, através do Decreto Estadual nº 33.791/1991 e da inclusão do SEM/RS na Constituição Estadual, no artigo 224, o SEM/RS foi promulgado (BERTOTTO; FARIA; SCHEFFER, 2020; ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1989).

2.3.2. A trajetória do SEM: uma história de descontinuidades

Como já referenciado no título deste subcapítulo, a trajetória do SEM/RS, nestes 30 anos de existência, se caracteriza pela ruptura de seus projetos. A cada troca de governo, ocorre uma mudança de tratamento ao órgão, que varia entre períodos de investimento e de abandono.

Após a grande mobilização do setor nos anos de 1980, para a criação do SEM/RS, os dois governos seguintes realizaram ações que resultaram na inoperância do sistema. Na gestão de Alceu de Deus Collares (1991-1994), houve o isolamento das ações. E na de Antônio Britto Filho (1995-1998), houve o desmonte do órgão (FRAGA, 2004a). O setor da cultura e dos museus perdem seu espaço, ao serem deixados de lado nas políticas implementadas pelas gestões.

No período do governo Collares, a composição de profissionais dos museus tinha a característica de ser, na maioria, formada por educadores. Contudo, neste governo, houve o desmantelamento das equipes das instituições, para suprir a falta de professores do estado, não tendo a reposição destes, nem por profissionais da área museológica ou afins, nem por de outros setores. No governo Britto, o abandono ganha outros elementos, com a não nomeação de coordenador para o SEM/RS. O órgão só não foi extinto por causa da articulação da 1ª Região Museológica do Sistema, que não permitiu a descontinuidade das ações (BERTOTTO, 2007).

O SEM/RS volta a ter apoio do governo do estado, apenas na gestão Olívio Dutra (1999-2002). Sob a orientação da administração estadual, ocorreu a redefinição das políticas e programas voltados para os museus, a rearticulação das sete regiões museológicas, a realização de seminários e oficinas de capacitação, e o 7º Fórum Estadual de Museus. Além disso, com parceria da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), ocorreu a promoção do edital de fomento para os museus. Ações que tornaram referências na construção da PNM e para o trabalho realizado pelo DEMU e, posteriormente, pelo IBRAM, a partir de 2003, para preencher o vácuo de políticas públicas, em nível nacional, no setor de museus (FRAGA, 2004a; NASCIMENTO JUNIOR., 2019).

No governo de Germano Rigotto (2003-2006), ocorreu a continuidade das ações da gestão anterior, o que colocou o SEM/RS como uma das referências do país, sendo o sistema mais antigo a funcionar ininterruptamente, desde sua criação, num momento que só havia mais cinco sistemas de museus estaduais (BERTOTTO, 2007).

Lembrando que naquele período, o coordenador do sistema na gestão anterior, era o mesmo do DEMU, que geria a Política Nacional de Museus e o SBM.

Contudo, nos governos seguintes, o SEM/RS volta a sofrer com a falta de projetos e políticas destinadas ao setor de museus. Deste modo, não surpreende que mesmo após três décadas da criação do sistema, as instituições museológicas encontram, na sua maioria, as mesmas questões debatidas nos anos 1980, que são a falta de investimento, de projeto e de profissionais no setor.

A descontinuidade constante, dificulta o sucesso e a sustentação de qualquer modelo de gestão. Esse cenário se reflete nos museus, principalmente nos do municípios, nos quais é comum que a cada troca de gestão nas cidades, haja a troca das equipes dos museus.

É importante destacar, que após a criação do SEM/RS, com exceção do período do governo Britto, foi rara a manutenção de uma gestão estadual para outra, dos projetos do órgão. E em momentos de baixa articulação do SEM/RS, também ocorre a diminuição da mobilização do setor de museus, o que demonstra a importância do órgão e a necessidade do seu fortalecimento, para um setor de museus sul-rio-grandense forte e sustentável.

2.3.3. A capacitação e formação de profissionais de museus no RS

Durante a formação do SEM/RS, uma das observações dos participantes, era a falta de profissionais com formação em museologia no estado. Por isso, entre os anos de 1990 e 1991, a coordenadora da 1ª Região Museológica da época, Vera Barroso, promoveu uma comissão para a criação de um curso técnico em nível estadual (BERTOTTO, 2013).

O primeiro concurso prevendo cargos específicos para a SEDAC/RS ocorreu em 1991, mesmo ano da criação da secretaria. Neste concurso, não houve a previsão de profissionais da área de museus. O concurso seguinte ocorreu apenas em 2010, ainda não suprimindo a carência de profissionais de museologia (BERTOTTO, 2013; FRAGA, 2004b).

Contudo, neste último concurso, diferente dos anos de 1990, já existiam profissionais com formação em museologia no estado. Desde 2006 havia a graduação em Museologia na UFPel, com uma turma já formada naquele ano (2010). E, na

Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), desde 2007, com sua primeira turma concluído o curso em 2011.

A carência de recursos humanos nos museus não se justifica mais pela falta de profissionais com formação. Mesmo assim, a grande maioria das instituições segue sem estes profissionais, sendo que o Governo do Estado ainda não possui servidores de carreira com formação em museologia e atuando no cargo de museólogo. Em virtude dessa ausência de profissionais nos museus estaduais, nos últimos anos, o Conselho Regional de Museologia da 3ª Região (COREM 3R) realizou alguns movimentações, como ação no Ministério Público (COREM 3R, 2014) e reuniões com os gestores da pasta da Cultura (COREM 3R, 2021), numa tentativa de reverter o cenário atual na gestão do estado.

3. O Estatuto de Museus na ótica da gestão museológica: uma análise

Como já colocado no capítulo anterior, a atual legislação brasileira é resultado de transformações que ocorreram no setor museológico brasileiro, principalmente no século XX, protagonizadas por personagens como Gustavo Barroso, Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, entre outros. Porém, se trata de um processo marcado por descontinuidades e falta de recursos, agravado no período da política neoliberal formada pelo setor da economia.

Estas inconstâncias refletiram na legislação, que foi construída não apenas sobre uma base teórica, como também, considerando a sustentabilidade das instituições. Deste modo, será trabalhado neste capítulo o conceito de gestão museológica e sua convergência com o Estatuto de Museus, refletindo sobre alguns artigos da lei que trazem ferramentas importantes na gestão de um museu.

3.1 Gestão em museus e seu vínculo com a legislação

O vínculo do Estatuto de Museus com a gestão museológica está relacionado ao estabelecimento de instrumentos para a administração das instituições. Conceitualmente, a lei se baseia na necessidade de estabelecer práticas que orientem o planejamento e organização dos museus.

Deste modo, segundo André Desvallées e François Mairesse, que compilaram a obra *Conceitos Chave de Museologia* publicado pelo ICOM, a gestão museológica é:

(...) definida atualmente, como a ação de conduzir as tarefas administrativas do museu ou, de forma mais geral, o conjunto de atividades que não estão diretamente ligadas às especificidades do museu (...) [e] compreende essencialmente as tarefas ligadas aos aspectos financeiros (contabilidade, controle de gestão, finanças) e jurídicos do museu, à segurança e manutenção da instituição, à organização da equipe de profissionais do museu, ao marketing, mas também aos processos estratégicos e de planejamento gerais das atividades do museu (2014, p.47).

A gestão de um museu deve estar relacionada a práticas do planejamento e da administração de tarefas relacionadas direta ou indiretamente com suas atividades fins, dando condições para a sua realização, através do suprimento de recursos e estabelecendo procedimentos. Abarca-se nessas práticas vários setores do museu,

como o de conservação de acervos e de espaços, o comunicativo, o financeiro, entre outros, estabelecendo regras e fontes de recursos.

Contudo, para Manuelina Cândido (2013) vai além, pois ela considera a gestão museológica como um ato que busca manter a credibilidade do museu perante o público, garantido o cumprimento da missão, utilizando-se de conhecimento e procedimentos museológicos. Júlio Cesar Francisco e Valdir José Morigi (2013) destacam que a avaliação das ações do museu devem ser realizadas de uma forma transparente e democrática.

Deste modo, gerir um museu também está relacionado com o acolhimento da comunidade local, através do diálogo e da cooperação, e utilizando das técnicas museológicas para isso. Pois, como coloca Judite Primo, a prática museológica é instrumento a serviço da sociedade, para a valorização, divulgação e proteção do patrimônio local, passando “(...) por uma lógica de apropriação e de pertencimento coletivo” (2006, p.91). Deste modo, o abrir do museu para a sociedade, não está relacionado ao abrir seus espaços para o público, é muito maior, significa que a população faz parte do processo, interferindo nas escolhas e nas narrativas. O que se conecta ao que é proposto na Declaração da Mesa-redonda de Santiago do Chile, em 1972. O documento coloca o museu como um instrumento a serviço da sociedade, como parte integrante e que permite sua participação na formação da consciência comunitária (DECLARAÇÃO, 2013). Marilúcia Bottallo aponta que:

As instituições museológicas possuem poder afirmador e selecionador do que seja digno de ser considerado como cultura. Isso acontece, basicamente, através da escolha dos objetos que vão integrar as coleções e pela forma como serão expostos (1995, p.283).

Porém, para a autora, as transformações ocorridas na contemporaneidade, exigem atitudes planejadas que demonstrem o que esse museu deseja representar. E que isso vem forçando o olhar sobre o trabalho museológico e a reorientação para que ocorra uma maior inserção social (BOTTALLO, 1995). Para Myrian Sepúlveda dos Santos (2014) o museu tradicional, em seu início, foi concebido em torno dos interesses de grupos da elite. Não há impedimento de que o mesmo ocorra para as classes mais populares, fazendo do museu um local de ação política, não apenas na proteção da memória e patrimônio social, mas de sua diversidade.

E com o campo influenciado por essa necessidade de ressignificação dos museus perante a sociedade, é estabelecido como objetivo geral da PNM:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, ética e cultural do país (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003, p.8)

Colocando o museu no protagonismo de um processo de mudança social e até ambiental como destaca Bruno C. Brulon Soares e Tereza C. M. Scheiner, (2009). Desta forma, instituições que Andreas Huyssen definiu como “(...)pragmáticas que colecionam (...) os estragos da modernidade” (1996, p.37), agora são vistas como algo em movimento, um processo (CHAGAS,2009) ligado à sua comunidade através do diálogo.

Deste modo, a construção da PNM se assenta em uma museologia social, que colocou os museus nos:

(...) processos de intervenção, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, e como dispositivos de inclusão social e cidadania capazes de promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural Brasileiro (PRIMO, 2006, p.92)

Sobre uma base da Museologia Social, a PNM propõe um museu que trabalhe para a redução da injustiça e desigualdade social, promovendo debates e valorização da cultura das comunidades populares e minorias, na busca de uma coesão social (CHAGAS; GOUVEIA, 2014). O que pode ser compreendido como um museu engajado, próximo da população, utilizado de seu *status* para fortalecer os vínculos com a sociedade de forma integral.

Pois, segundo Mário Chagas e Inês Gouveia (2014), esta proposta de museu foi fortalecida nos anos de 1970, e que tiveram como o marco a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, em 1972, é resultado das críticas feitas aos museus por movimentos sociais nos anos 1960 e das independências de países africanos. O museu começou a ser visto como responsável pela busca de soluções para o desenvolvimento da América Latina, para que com isso consiga se integrar à sociedade (CARVALHO, 2008)

Contudo, algo que é comum, principalmente na gestão pública e, portanto, também nos museus públicos brasileiros é o descaso político, que se manifesta na inoperância na manutenção da estrutura organizacional e/ou nas nomeações para cargos de coordenação, onde é dado maior peso a afinidade política em detrimento

da qualificação, e fazendo de dirigente, pessoas que não possuem o preparo necessário para administrar um museus (CARNEIRO; MENICUCCI, 2013). Resultando no que Manuelina Cândido coloca, quando destaca que muitos museus são criados sem maiores discussões, com missões vagas e sem pensar na sua sustentabilidade a longo prazo, confundido preservação com acúmulo de objetos e função social com jargões superficiais incorporados para sustentar sua existência. A autora coloca seu desconforto ao “(...) perceber cotidianamente cisões entre os avanços da Museologia e o atraso de grande parte do setor museal” (2013, p. 120).

Deste modo, como coloca Cícero de Almeida (2013), ao implementar a PNM, o Ministério da Cultura apontou como estratégico a busca por novas ferramentas para melhorar a gestão, através do Estatuto de Museus. Ao determinar que os museus devem elaborar e implementar um Plano Museológico, o MinC estabelece uma regulamentação para a gestão dos museus.

Ou seja, ao regulamentar a prática das instituições museológicas, através do Estatuto de Museus, busca-se garantir a implantação de uma gestão que siga as atuais tendências teóricas museológicas. E dentro desta movimentação, também se inclui o Plano Setorial de Museus (2010-2020), que traz as estratégias e ações do poder público para o setor de museus e a criação do IBRAM, como órgão responsável por essa implementação, em nível nacional.

Essas ações já estavam previstas desde 2003, quando foi identificada a inoperância nas gestões de museus brasileiros, no primeiro eixo programático da PNM, Gestão e configuração do Campo Museológico. Quando é definida a criação da SBM, do Cadastro Nacional de Museus (CNM) entre outros pontos. Podendo se destacar o ponto 1.3 que coloca a necessidade da criação e aperfeiçoamento da legislação para que oriente a atuação dos museus brasileiros, preocupando-se com a gestão tanto dos espaços como dos acervos (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003).

Além disso, a maioria dos museus brasileiros são pequenos e municipais (CÂNDIDO, 2014b; IBRAM, 2011). Esses museus, muitas vezes, são criados por um desejo político ou de um grupo restrito, possuindo equipes compostas por profissionais sem o conhecimento teórico-metodológico, o que impossibilita a elaboração de planos numa perspectiva museológica. Com o tempo, apresentam dificuldades para se manterem abertos, pois são criados sem uma previsão de custo

para sua manutenção e para a realização de suas operações (BLOISE, 2011; CÂNDIDO, 2014b)

Também, ao falar sobre o processo de formação do conceito de curadoria dentro dos museus, Cristina Bruno (2008) coloca que as ações curatoriais estão entre um dos principais elementos de formação do perfil das instituições museológicas. E que estas ações muitas vezes se configuram como atos isolados, de pouca vocação democrática e de caráter personalista.

Ou seja, além da falta de planejamento na criação da instituição, muitos museus têm uma gestão personificada em torno dos profissionais e/ou gestores que o gerem de forma unitária e deslocada da realidade de sua comunidade. E é na busca para superar esse cenário de uma gestão pouco profissional e desligada das práticas museológicas que o Estatuto de Museus se ancora, estabelecendo instrumentos que de certo modo, force as instituições a se aproximarem do fazer museológico e social.

3.2 Estatuto de Museus como um instrumento de gestão

Através do Estatuto de Museus se definiu as práticas de gestão dos museus no Brasil, definindo instrumentos e documentos necessários para o funcionamento das instituições. Além de estar presente na Lei Federal nº11.904/2009, também é definido pelo Decreto Federal nº 8.124/2013³¹.

Ao regulamentar as práticas de gestão das instituições, foi estabelecido, entre outras coisas, as condições para criação e extinção de museus, a obrigatoriedade de definição de políticas e regras internas, além das formas de financiamento e participação popular. Para José do Nascimento Junior (2019), o estatuto tem como proposta estabelecer função e atribuições aos museus, através de normas e diretrizes para a gestão museológica, fortalecendo as políticas setoriais.

Por isso, a análise desta pesquisa foca no estabelecimento dessas diretrizes, tentando perceber, como os museus reagiram a esse novo cenário. Para tanto, a discussão foi organizada a partir de cinco pontos, os quais estão vinculados a artigos da legislação, que se compreende como instrumentos para a gestão dos museus: Documentação Institucional, Gestão de acervo³², Planejamento Institucional, Financiamento e Participação Popular e Profissionalização.

³¹ Decreto de regulamentação do Estatuto de Museus.

³² Definição no Glossário.

3.2.1 Documentação Institucional

A documentação institucional é composta pelos instrumentos jurídicos e administrativos que orientam sobre o *status* do museu, seus vínculos entre outros elementos relacionados ao setor administrativo da instituição e sua entidade mantenedora. Nesta pesquisa, os documentos que são alvos prioritários são o Ato de Criação e o Regimento Interno.

Estes documentos são importantes para a segurança jurídica e administrativa dos museus. Através deles, são definidas sua criação, os vínculos administrativos com sua mantenedora, e as regras internas para a atuação dos profissionais, pesquisadores e outros que tenham contato direto com o acervo.

Ou seja, todo museu, público ou privado, deve registrar sua criação e produzir seu Regimento Interno, constando neles os objetivos da instituição, sua estrutura administrativa, os procedimentos permitidos com o acervo e aos servidores e demais usuários da instituição, entre outras regras, baseando-se no que é estabelecido pelos padrões nacionais e internacionais. Isso pode dar garantias de continuidade de sua atuação, dando uma segurança administrativa e possibilitando a realização de suas atividades, sem que ocorram excessos que possam trazer prejuízos ao museu e/ou seu acervo (CHAGAS; NASCIMENTO JUNIOR, 2009).

A publicação “Caderno de Diretrizes Museológicas” possui modelo de lei de criação de museu, definindo que um projeto de instituição museológica deve ser respaldado por lei:

(...) Garantindo a permanência do museu e dispondo juridicamente sobre a sua criação, o texto da lei deve conter artigos referentes aos objetivos, às finalidades, atribuições, estrutura técnico-administrativa e seu local de funcionamento (MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN; DEMU; SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS; SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS, 2006, p. 138).

Contudo, no Estatuto de Museus é apenas colocado que é necessária a efetivação da criação, fusão e extinção do museu por um documento público³³. Ou seja, o museu pode ser criado por meio de decreto, lei, portaria, ata entre outros documentos que possam ser usados legalmente para a comprovação de sua concepção (CÂNDIDO, 2014b). Segundo o artigo 7 do decreto de regulamentação do

³³ Artigo 8º do Estatuto de Museus.

estatuto de museus, o documento deve “(...) ser registrado no órgão público estadual, distrital ou municipal competente ou, na sua ausência, no IBRAM” (BRASIL, 2013).

Essa exigência também é incluída na documentação de fusões, incorporações, cisões e extinções de museus. A importância deste tipo de documentação é de responsabilizar legalmente o órgão, instituição, fundação, empresa ou outros tipos de entes que desejem criar uma instituição museológica. Possibilita-se, portanto, o controle e fiscalização do patrimônio cultural que fica sobre a guarda destes museus.

Desta forma, quando se deseja criar um museu, é assumida a responsabilidade de mantê-lo e de preservar seu acervo. E quando, por algum motivo, se decidir por extinguir, ou unir a instituição com outra, os responsáveis legais são obrigados a informar o que farão com o patrimônio sobre a guarda deles. Lembrando que muitos dos objetos que formam os acervos dos museus também tem sua própria legislação de controle, como materiais arqueológicos, obras de arte, armamentos etc.

Portanto, esse tipo de documentação possibilita maior segurança na transferência de recursos do poder público e da iniciativa privada para as instituições museológicas, como um comprovante da existência de determinado museu, que pode assegurar que os valores disponibilizados realmente terão uso por um museu. Também, garante a obrigação, de quem mantém a instituição, de realizar ações de preservação dos acervos que estão sob sua guarda. Deste modo, funcionam como um instrumento de responsabilização sobre a gestão das instituições, como um tratado, ou acordo de compromisso assinado por quem se compromete com a instituição e com os bens culturais.

Outro documento institucional dos museus que consta no Estatuto e Museus é o Regimento Interno, que é composto pela missão da instituição, o procedimento básico para aquisição³⁴ e descarte³⁵, a função de cada membro da equipe e/ou departamento, a elaboração de planos, aluguel de espaços, regras para gravação e limites do uso dos bens pelo museu e terceiros, além de outros procedimentos (CÂNDIDO, 2014b; BRASIL, 2009; 2013). Ao ser elaborado, necessita de uma reflexão profunda sobre o acervo, os espaços que a instituição ocupa, da organização funcional e principalmente, na missão e nos objetivos do museu, pois é sobre a

³⁴ Definição no Glossário.

³⁵ Definição no Glossário.

orientação do regimento que serão executadas as atividades práticas da instituição, tanto as realizadas pela equipe³⁶, como a por agentes externos³⁷.

A obrigatoriedade do Regimento Interno é definida pelo no artigo 18 do Estatuto de Museus e nos artigos 22 e 32 do decreto de regulamentação. Consta nestes artigos, também, a inserção da instituição de seu enquadramento orgânico, ou seja, definir claramente a posição hierárquica dos membros da equipe e os limites de suas atuações. Os artigos abordam a importância de determinar os limites e a funcionalidade do museu, para que não ocorra sobreposição de funções, nem uso inadequado da instituição e do seu acervo. Pode ser compreendido que a função da documentação institucional de um museu está relacionada à necessidade de determinar as fronteiras da atuação prática da sua missão e dos seus valores, de forma a regulamentar as ações, determinando quais são as motivações e estipulando os limites para suas execuções.

3.2.2 Política de Acervo

A Política de acervo, como coloca Renata Padilha (2014), é um documento fundamental, sendo através dele que se estabelecem as condições para aquisição e descarte de acervos, a documentação museológica e os procedimentos de guarda e conservação dos objetos. Dentro do estatuto ele pode ser relacionado a vários artigos da lei, além dos que tratam da Política de aquisição e descarte.

Essas últimas são definidas através dos artigos 38 do Estatuto de Museus, e no 24 do decreto de regulamentação, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação de procedimentos de aquisição e descarte do acervo, através de uma política institucional. Além disso, obriga as instituições públicas a divulgar através de informativos segundo o decreto e diário oficial.

Também podem ser incluídas no arcabouço deste instrumento outras exigências da lei. É o caso da documentação museológica, que está definida através do artigo 39 do estatuto, que coloca a obrigatoriedade dos museus em manter a documentação atualizada em formato de registro e inventário, sendo que o inventário deve ser compatível ao inventário nacional, que foi estabelecido através da resolução

³⁶ Como a montagem e desmontagem de exposições, manipulação e transporte de acervos, o que é permitido realizar em cada local, quem pode acessar locais de reserva e laboratórios, entre outras práticas realizadas pela equipe do museu.

³⁷ Como eventos, palestras, gravações entre outras ações organizadas por terceiros.

normativa do IBRAM nº 2 de 29 de agosto de 2014. A lei também define que os inventários de bens culturais de museus é um patrimônio arquivístico do país e devem ser preservados mesmo após a extinção do museu.

A política de acervo, como instrumento de gestão, deve trabalhar baseada na capacidade de referencial patrimonial dos bens culturais que compõem seu acervo. Como coloca Ladkin é:

(...) O documento mais importante do acervo do museu (...). Baseada na declaração de missão do museu e noutros documentos de políticas fundamentais, o propósito e objectivo do museu são estabelecidos pelo tipo de acervo, investigação e preservação do acervo (2004, p. 18).

A relevância que Ladkin atribui à política de acervo está relacionada ao processo de musealização, pois como coloca Nana Marques Rosa, é nele que é estabelecido a “(...) administração, aquisição, tratamento e disponibilização de objetos musealizados” (2020, p. 6). Para Cristina Bruno:

(...), é possível considerar que o processo de musealização, carrega, implicitamente, uma contradição, ou seja: os olhares seletivos que são responsáveis pela preservação patrimonial (...) são impulsionados por uma realidade muito distinta daquela que emerge a partir de um fenômeno de comunicação (1996, p.59-60).

Ou seja, é um processo de descontextualização e de recontextualização dos bens culturais, retirados de suas realidades e introduzidos em uma representação de outra realidade, para que através dele, ocorra um vínculo entre a realidade representada e a existente. Neste sentido, o objeto se torna o que Pomian define como “semióforo” (1984, p.71), que é quando deixa de ter uma funcionalidade prática/utilitária, mantendo um sentido simbólico, que é utilizado como referência de algo.

Esse referencial é estabelecido, segundo Marcos Olender (2012), pela necessidade de preservar o rastro de um período histórico, antes que sejam apagados pela nova era. Ou seja, essa recontextualização realizada com um bem cultural, é a busca da preservação de um período, momento, movimento, indivíduo ou cultura que não existe mais, ou que está fragmentada.

Porém, existem escolhas feitas neste processo, pois como colocam Bittencourt, Fernandes e Tostes (1995), todo objeto pode se tornar museológico, porém, cada museu possui critérios para essa seleção e muitas vezes são reguladas através da Política de Aquisição. Os autores alertam que esses critérios são influenciados pela

conjuntura que possibilitou a criação do museu, a produção acadêmica/artística da época e a influência política da direção, curadores e demais responsáveis pela implementação desta política.

Desta forma, pode-se presumir que mesmo influenciado pelas ideologias da época que a instituição é criada, também há uma influência de cada indivíduo, ou grupo de indivíduos que passaram pelas direções/curadorias dos museus. Assim, se pode concluir que as regras de seleção de objetos de um museu não são fixas, mas maleáveis, sofrendo modificações conscientes e inconscientes por toda a temporalidade de sua existência.

Um exemplo desta maleabilidade é a situação descrita por Ana Maria Alves Machado (2013), sobre a mudança de direção que ocorreu no Museu Paulista, em 1917, quando Affonso d'Escagnolle Taunay substitui Hermann von Ihering. Essa troca significou uma mudança radical dentro das políticas de acervo da instituição. Se até aquele momento eram privilegiadas as ciências da natureza e o acervo de História Natural, a partir de 1917, o foco ficou em torno das coleções históricas, que até então eram ignoradas, através do acréscimo e destaque expositivo do acervo. O que incluiu encomendas de obras de arte que retratam personagens históricos, geralmente ligados à família real brasileira.

Desta forma, uma política de acervo que privilegiava a aquisição, comunicação e a pesquisa das coleções de História Natural, com a mudança de direção, foi direcionada às coleções históricas. Isso influenciado pelas visões de seus diretores, como Hermann von Ihering, um naturalista, que defendia a evolução social, e que, se dedicando aos estudos da natureza, passou a representar a visão de Affonso d'Escagnolle Taunay, que se preocupava com a construção de uma identidade histórica brasileira (MACHADO, 2013; SCHWARCZ, 2013).

Além disso, como colocam Maria Lucia e José Mauro Loureiro, a escolha intencional de retirar um objeto de seu contexto, para introduzi-lo de forma artificial em outro, busca transformá-lo num documento que represente o seu contexto de origem (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013). É o que podemos considerar como uma busca em documentar esse contexto original, através da informação a qual o objeto remete.

Contudo, Mário Chagas alerta que a importância do objeto está na relação que possui com o “elemento humano e a valorização desta relação pela comunidade” (1985, p.188). Sendo que, como coloca o autor, há a necessidade de nutrir essa relação através da pesquisa, classificação e conservação, evidenciando o seu

significado junto à comunidade. Para ele, quando a formação de acervo não for realizada através da busca pela relação dos objetos com as pessoas, os museus serão apenas depósitos.

Isso pode ser relacionado ao que diz Andreas Huyssen (1996, p.37), que define que os objetos que entram nos museus, são os que perdem sua capacidade de uso, e quando ocorre, o objeto se torna um objeto de museu e terá dois caminhos, o do mausoléu e o da ressurreição. O que pode definir isso, podemos deduzir que é o tipo de política de acervo que a instituição possui, ou a falta de uma.

Pode-se compreender que as práticas museológicas e o processo de musealização são afetadas pela Política de Acervo, que se for negligenciada, tende a ecoar de forma negativa, quebrando o elo entre o objeto e o significado atribuído por membros da comunidade. O que pode comprometer a comunicação entre a instituição com o grupo comunitário, isolando o museu, que não é vista como uma representação da sociedade local.

A importância da elaboração de uma Política de acervo não está apenas relacionada à necessidade de controle de acervo. Mas na compreensão de seu impacto, onde é relevante entender o elo que uma instituição tem ou gostaria de ter com sua comunidade, e a importância e significado que o patrimônio cultural dentro do museu gera para esse grupo social.

3.2.3 Planejamento Institucional

Baseado nas colocações de autores como Manuelina Cândido (2013) e Stuart Davis (2001), é possível afirmar que o planejamento é uma das etapas mais importantes da gestão museológica. É neste momento que os profissionais aprofundam suas análises sobre a instituição em si, tentando compreender a sua real vocação, suas capacidades e as possíveis ambições que se pode ter.

Segundo Maria Célia Santos:

(...) planejamento museológico não é apenas uma técnica com objetivo de melhorar a ação dos museus. É, sobretudo, crescimento humano. É um processo educativo, de ação e reflexão que deve ser alcançado com a participação, tanto na fase de estruturação como de reestruturação da instituição (...) (2010, p.110-111).

Essa compreensão, de análise do planejamento museológico como um processo educativo, relaciona-se na compreensão de que é necessário na análise do

museu como um processo de aprendizagem, no qual busca-se conhecer a instituição. E ao se referir ao crescimento humano, é na intenção de construir um museu que dialogue com a população, que contribua para o crescimento da compreensão da sociedade sobre si, como já colocado no início do capítulo.

Portanto, é por isso que a etapa de planejamento é tão importante para a gestão de museus. É a partir dela, que se deve orientar a definição de objetivos e metas a serem buscados através da execução das ações de gestão. No risco do não planejamento, ou feito com pouco rigor, tende a resultar em ações de pouco impacto, que não contribuem para o crescimento da instituição e sem relevância para a população. Segundo Manuelina Cândido (2014a), atualmente a gestão de museus no Brasil é estabelecida pelo Plano Museológico.

O Plano Museológico é definido nos artigos 44 e 45 do Estatuto de Museus, estruturado no artigo 46 do mesmo, e pelo decreto de regulamentação no artigo 23. É composto pela definição da missão e valores do museu, o diagnóstico e os programas, que são compostos por ações/projetos. No caderno “Subsídios para a elaboração de planos museológicos”, publicado pelo IBRAM, é colocado que:

O Plano Museológico é conceituado (...) como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador. Fica clara, portanto, a dimensão estratégica do plano, em que se pode encontrar a definição da missão, o diagnóstico e a identificação dos públicos. O termo “integrador” pode ser entendido tanto no aspecto de integração das diversas áreas e atividades de um museu, como de articulação entre a visão estratégica e a operacional (IBRAM, 2016, p.35)

Desta forma, pode ser considerado um instrumento baseado na reflexão profunda e geral da instituição, que é definido por Manuelina Cândido “(...) como uma análise global e prospectiva da instituição (...) [que] (...) deve partir da escolha e explicitação de um referencial teórico” (2013, p.5). Ou seja, a criação deste instrumento teve como objetivo regular a gestão dos museus brasileiros, definindo um padrão de obrigatoriedade mínima necessária para as administrações das instituições, formado pelos preceitos já citados de organização, avaliação e planejamento.

Na construção deste instrumento, houve a influência do conceito de Plano Diretor, que é utilizado tanto para o planejamento empresarial, governamental e urbano, mas que possui literatura própria para museus (ALMEIDA, 2013, p.29). Uma destas obras é a de Stuart Davies, publicada no Brasil, pela Universidade de São Paulo (USP) com o título “Plano diretor”. Nela, o autor destaca que o mais importante

no documento é o processo de reflexão necessário para sua elaboração, pois faz com que a equipe pense o que se quer realizar com o museu e como está tentando fazê-lo, e que o plano é apenas um meio para isso (DAVIES, 2001, p.18).

A proposta do autor se vincula com o da lei, observando tanto o Plano Diretor como o Museológico, como um processo de avaliação e reflexão. Sua construção deve estar baseada em uma perspectiva realista e autocrítica profunda, transformando o conhecimento adquirido, sobre o museu, numa ferramenta para qualificar suas ações e o produto que gera para a sociedade.

Como coloca Manuelina Cândido, o diagnóstico museológico deve ser compreendido como a “(...) identificação da distância entre a realidade atual e a desejável, (...) um mapeamento dos fatores inibidores e uma perceptiva dos facilitadores” (2013, p.193). Ou seja, não apenas uma avaliação da situação atual de um museu, mas também projetar para o desejado no futuro, analisando os elementos que podem impedir ou dificultar o museu a alcançar seus objetivos, e quais elementos podem ser facilitadores. Para isso, é necessário produzir indicadores para essa avaliação, que contribuam para a construção deste diagnóstico. Ou seja, formas de apontar os pontos falhos e bem-sucedidos da instituição.

A avaliação deve ser global, incluindo ao que não é de acesso público; contudo, não pode ser um fim em si mesmo, mas uma reflexão sobre a missão e a visão futura do museu, que deve embasar a projeção das suas ações de trabalho. O que pode ser entendido novamente como um processo pedagógico, pois provoca uma reflexão dos profissionais, estimulando uma revisão de conceitos e prática que pode levar a uma discussão teórica e metodológica, em diversos níveis e plano, refletindo em procedimentos e decisões que serão adotadas no futuro (CURY, 2005; CÂNDIDO, 2013).

Deste modo, a etapa de diagnóstico deve ser iniciada pela escolha de parâmetros de avaliação que sejam apropriados pela equipe, de uso contínuo, mesmo após a construção do documento (CURY, 2005; CÂNDIDO, 2013). Entre essas metodologias possíveis, a que o IBRAM sugere em suas publicações e cursos é a SWOT³⁸. Ela se baseia na análise interna e externa da instituição. A primeira está relacionada a elementos intrínsecos do museu, como: público, estrutura

³⁸ A sigla significa Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats, em português: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

física/arquitetônica, quadro funcional, acervo etc. Já a segunda refere-se a elementos extrínsecos, como: riscos naturais³⁹, economia local, legislação, entre outros (IBRAM, 2016).

Cada um dos elementos apontados são classificados entre quatro opções, sendo dois para análise interna e dois para externa. Para a primeira, os elementos avaliados são considerados pontos fortes ou fracos. O que significa que o apontamento é sobre algo que o museu realiza bem, ou que falha. Já para a segunda, os elementos são classificados com oportunidades ou ameaças. O que significa que cada elemento apontado é algo que o museu pode utilizar ao seu favor ou um risco que deve ser minimizado (*ibid.*, 2016). É necessário perceber como funciona a organização de todas as áreas, criando um quadro geral e caso seja necessário o aprofundamento de um elemento específico que apresente problema, é elaborado um diagnóstico específico com um especialista da área (CÂNDIDO, 2013)

Como coloca Stuart Davies o plano pode guiar os museus, resultando numa melhora nos serviços e na sua eficiência:

(...) devemos lembrar que um plano diretor não é um documento estático. O museu deve tomar providências para que o plano seja revisto e atualizado periodicamente (...). Precisa ser sempre mantido como um documento atual e “vivo”, do contrário rapidamente perderá seu valor e relevância (2001, p.55).

A conclusão da elaboração de um plano não é o fim deste, pois com o passar do tempo, e com a execução das ações, podem surgir problemas extras ou avanços além do esperado. Por isso, é necessário a avaliação constante da instituição e de suas ações, para que, quando necessária, ocorram mudanças no que foi planejado.

Ao elaborar um plano, é necessário fazer escolhas, elegendo prioridades, o que constitui na necessidade de gerenciamento das possibilidades, percebendo as prioridades, mas também as condições de execução dos projetos. Portanto, é importante que as decisões não sejam centralizadas, mas feitas coletivamente, pois todo o dia os profissionais do museu necessitam fazer escolhas (CÂNDIDO, 2013).

Por isso, é necessário revisões contínuas, pois como coloca Manuelina Cândido (2013), é imperativo pensar na exequibilidade do planejamento, onde fatores podem criar a necessidade de adaptações a situações novas. Isso valida o diagnóstico constante e periódico do plano, criando critérios de avaliação e controle que possam

³⁹ Risco de enchentes, poluição entre outros.

facilitar a compreensão da equipe dos avanços e das possíveis necessidades de alteração.

A estrutura do Plano Museológico, definida no artigo 46 da lei do Estatuto, e no artigo 23 do decreto de regulamentação, é composta pela caracterização do museu, histórico e atuação. Também, pelo planejamento conceitual, onde é definida a missão, os valores e a visão do museu, ou seja, o porquê de sua criação, os limites de sua atuação e o que espera alcançar (IBRAM, 2016).

A última parte é composta pelos programas, que são doze áreas elencadas de atuação do museu, sendo que duas delas foram incluídas através do decreto de regulamentação do Estatuto, o socioambiental e o de acessibilidade universal. Os outros são o institucional, gestão de pessoal, acervos, exposições, educativo e cultural, pesquisa, arquitetônico-urbanístico, segurança, financiamento e fomento, e o de comunicação. Essa estrutura é apenas uma sugestão, não sendo obrigatório sua utilização, porém, indica quais temas devem cercar o diagnóstico e os projetos. Os programas são compostos por projetos e/ou ações, que são basicamente o meio de executar as propostas e alcançar as metas estabelecidas no planejamento (IBRAM, 2016)

O outro instrumento de planejamento criado pela legislação é o plano anual, que estabelecido pelo estatuto, teve sua estrutura definida através do decreto de regulamentação. Ele é o planejamento a curto prazo do museu, portanto, é construído a partir do que estabelecido no Plano Museológico, estruturado com as atividades previstas para aquele ano e os recursos humanos e financeiros para a execução. A legislação define que sua elaboração seja feita no ano anterior a sua vigência, sendo obrigatório a todas as instituições públicas, seguindo a estrutura definida pela legislação (BRASIL, 2009, 2013).

3.2.4 Financiamento dos museus e as Associações de Amigos

Ao discutir o financiamento de instituições museológicas, é importante destacar que segundo Hugues de Varine (2012), os museus deveriam ser instrumentos de desenvolvimento. Contudo, como coloca Françoise Benhamou (2016), essas instituições são tão ricas, quanto pobres. Isso significa que para os autores existe um potencial nos acervo de cada museu que não são explorados. Cada coleção de um museu tem tanto um valor simbólico quanto monetário. E quando se coloca o termo

monetário, o que se sugere é tanto de custo operacional para manter o acervo, como também impactar na geração de renda e empregos através do uso turístico e de imagem. Para Benhamou (2016), os bens culturais geram marcas que podem contribuir para a divulgação local⁴⁰, como fomento às atividades turísticas.

Ou seja, os museus geram, ou tem potencial de gerar dinheiro. O que ocorre é que as instituições museológicas dificilmente conseguem acessar os recursos oriundos de atividades ligadas direta ou indiretamente. Como por exemplo, o consumo dos visitantes, que gera renda aos comércios próximos aos museus, como lojas, mercados, restaurantes e/ou lancherias. É importante que parte dessa renda chegue de alguma maneira nas instituições, se revertendo na melhora da preservação e do próprio serviço prestado ao visitante e a comunidade do museu.

Portanto, ao se discutir o financiamento das instituições vinculadas às Associações de Amigos, busca-se não só debater sobre alternativas de receita que supram as necessidades e os *déficits* estruturais, de pessoal e equipamentos das instituições, mas propor um modelo de gestão em parceria com as comunidades. Também, significa desfrutar da renda gerada pelo Patrimônio Cultural, podendo até qualificar a experiência, de modo que seja vantajoso não apenas para o museu, mas para a comunidade. Isso possibilitaria o museu ser um agente de desenvolvimento/transformação socioeconômico, fortalecendo identidades e possibilitando um uso sustentável do patrimônio.

A renda gerada pelo patrimônio é relacionada ao valor que lhe é atribuído, que é associado a diversos fatores. Mas o que está sendo referido é o valor mercantil, que é entrelaçado ao valor simbólico e a capacidade deste de atrair turistas e prestadores de serviço (BENHAMOU, 2016).

O museu pode se associar a este uso do Patrimônio, como um agente de desenvolvimento social/econômico, através dos gastos da instituição, na execução de suas atividades, gerando renda para prestadores de serviços, e atraindo visitantes, que como turistas, irão gerar recursos para o comércio e hospedagem locais (NASCIMENTO Jr; COLNAGO, 2010). O que pode contribuir para as cidades, gerando empregos e renda, possibilitando a melhoria na qualidade de vida do cidadão (NASCIMENTO Jr, 2009).

⁴⁰ Neste caso, Françoise Benhamou se refere a o patrimônio francês. Mas cabe o uso para se referir a outros bens culturais de outros locais. Principalmente, se também, apoiado as colocações de Hugues de Varine (2012), que em seu livro explora o uso do patrimônio cultural e dos museus locais.

Sendo que Judite Primo coloca que as ações políticas no segmento da cultura, de preservação e proteção das referências culturais, estão cada vez mais ligadas à geração de emprego e renda. E os museus devem ser assumidos “(...) como processos de intervenção, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento(...)” (2006, p.90). Segundo ela, as ações patrimoniais e culturais podem ser um fator de desenvolvimento econômico, a favor da inclusão e do desenvolvimento social.

Contudo, as instituições museológicas, muitas vezes, não possuem renda suficiente para manter suas atividades básicas. Além disso, os museus públicos possuem alguns impedimentos legais para realizar boa parte das ações que poderiam diversificar sua renda.

Por isso, as associações são um modelo de organização de apoio que traz várias opções para as administrações dos museus. Principalmente pelo seu caráter voluntariado, pois como coloca Manuelina Cândido, elas são formadas por “voluntários que se reúnem com o objetivo de apoiar as atividades dos museus, organizando, para isso, corporações que podem ter o nome de associações de amigos ou similares” (CÂNDIDO, 2014b, p.77). Ou seja, é um modo para que as instituições museológicas busquem outras fontes de recursos, como lojinhas, patrocínio, financiamento direto dos sócios etc., como também possibilitar um incremento na participação da sociedade na gestão do museu.

Já existentes há algum tempo, as associações passaram a ser reguladas pelo Estatuto de Museus, pelos artigos 50 a 54 da lei e pelos artigos 30 a 32 do decreto de regulamentação. Neles é definido que estas entidades são sem fins lucrativos, de trabalho voluntário e tem como finalidade exclusiva o apoio ao museu.

As associações também têm destaque no Plano Setorial de Museus, na diretriz 11, que busca assegurar a participação destas junto às gestões dos museus na busca da sustentabilidade dos espaços. Prevê como ação, o incentivo à criação e fortalecimento de associação de amigos, para capacitar a geração de recursos das instituições museológicas (MINISTÉRIO DA CULTURA; IBRAM, 2010b)

Para George Yúdice, as associações de amigos são oportunidades para os museus trabalharem em parceria com as comunidades, que teriam um “(...) papel ativo e até protagonista na gestão do patrimônio(...)” sendo “(...) dona de seu próprio desenvolvimento, e a sua cultura é um recurso para esse desenvolvimento(...)” (2010, p.32-33). O que pode nos trazer dois elementos que podem ser trabalhados através desse tipo de entidade: a inclusão da população na gestão dos museus e a

diversificação da origem de recursos, tanto financeiros, através da implementação de ações comerciais e de patrocínio; como de recurso humanos, com o voluntariado e a possibilidade de contratação de prestadores de serviço ou de funcionários via associações. Ou seja:

Com a participação comunitária, incluindo artesãos, comerciantes, entre outros, o museu pode ser mais que um local de contemplação, educação ou entretenimento, podendo gerar recursos e empregos. Abre-se assim a possibilidade da entrada de recursos com parceiras com a iniciativa privada, através da venda de produtos, comercialização de espaços, entre outras ações possíveis. Além disso, abre a possibilidade o uso do acervo de forma comercial, numa gestão compartilhada entre a comunidade interessada e os profissionais de museus, no qual pode se reverter em benefício para a população e para preservação do espaço museológico e as coleções (GARCIA, 2019, p.97).

Deste modo, a associação de amigos, além de uma alternativa de renda para os museus, pode contribuir para que o próprio museu seja uma alternativa financeira para sua comunidade. Sendo que possibilita a participação popular na gestão da instituição, de forma conjunta, utilizando os museus como fomentadores da economia e da cidadania.

3.2.5. Profissionalização

Tanto o planejamento, quanto a execução de atividades dos museus, exigem uma série de conhecimentos e técnicas que são distintas umas das outras e variam de museu para museu. Pois cada instituição terá sua complexidade, não podendo ser comparada de forma direta com outra. Como coloca Manuelina Cândido (2013), cada museu possui características particulares, e dependendo do tipo de acervo que compõem a instituição, ou seu vínculo administrativo e o tipo de relação que busca com a população, afetam suas demandas e especificidades. Isso está relacionado a existência de uma (...)gama de atividades ligadas ao museu(...)" (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p.81).

O museu pode seguir uma estrutura tradicional, a o qual o liga um ponto fixo(prédio), com estruturas típicas como salas de exposição, reserva técnicas, administrativos entre outros espaços. Porém, não será o mesmo tipo de tratamento e profissionais necessários para um museu histórico e um de artes, ou um de ciências. Além disso, o porte da instituição também importa, pois a estrutura necessária e o

número de profissionais do Museu Nacional⁴¹ será distinto, por exemplo, do Museu Parque da Baronesa⁴², ou do Museu da Cidade de Rio Grande⁴³.

Existem outras estruturas possíveis, como museus comunitários⁴⁴, museus de território⁴⁵, virtuais⁴⁶ entre outros. E desta forma, mesmo os museus mais “quadrados”, que seguem a estrutura mais comum, tendem a ter alguma diferenciação entre si. Coloca a montagem de equipe do museu como ponto estratégico para sua gestão. Como coloca Gary Edson (2004), uma boa gestão também é desenvolver um trabalho em equipe, criando um ambiente onde todos possam desenvolver seu trabalho de forma eficiente, tanto individualmente como em conjunto, para atingir as metas estabelecidas para a instituição. E para isso, o museu deve contar com o número suficiente de trabalhadores com qualificação necessária para desenvolver as ações definidas através de planejamento (CÂNDIDO, 2014a).

Portanto, é necessário que os gestores e as equipes dos museus tenham conhecimento técnico e sejam multidisciplinares (BLOISE, 2011), sendo que no momento de montagem, seja claro qual tipo de profissional é necessário para determinada tarefa, o realizando-a de forma eficiente (BOYLAN, 2004). É muito comum encontrar nas instituições, historiadores, professores, arquivistas entre outros realizando atividades de estrita competência de profissionais com formação em Museologia. Também é comum profissionais da museologia que acabam executando atividades de arquivistas, historiadores, educadores entre outros. E há situações em que sequer formação específica possui o trabalhador que é colocado no museu.

Por essa variedade de possíveis profissionais, é importante que a instituição estabeleça um organograma, para garantir “(...)que cada trabalhador do museu perceba o seu papel na engrenagem, sabendo localizar sua posição em relação às demais” (CÂNDIDO, 2014b, p.35). Desta forma, evita-se que setores sobreponham outros e deixem áreas do museu descobertas, ou que ao executar alguma atividade

⁴¹ É um museu federal, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui acervos arqueológicos, de ciências naturais, históricos, entre outros.

⁴² É um museu casa e municipal da cidade de Pelotas, possui acervo histórico ligado à elite pelotense.

⁴³ É um museu particular, da cidade de Rio Grande, possui um acervo histórico, ligado à formação da cidade de Rio Grande.

⁴⁴ É um museu com administração conjunta com a comunidade local.

⁴⁵ É um museu que se define por trabalhar com determinado território, podendo ser um bairro, um parque ou até uma cidade inteira.

⁴⁶ É um museu que possui acervo majoritariamente digitais e que tem suas principais atividades ligadas ao meio virtual (Internet).

que não lhe é devido, acabe prejudicando o museu de alguma forma, colocando o acervo, trabalhadores e público em risco. Como por exemplo, um trabalhador da limpeza executando a higienização do acervo, ou um trabalhador da documentação, ou administrativo, realizarem intervenção em alguma instalação elétrica. São situações que podem resultar na perda de itens do acervo, ou pior, colocar vidas em risco, por causa da falta de conhecimento técnico necessário para a realização da atividade.

Por outro lado, como destaca Manuelina Cândido:

(...)é necessário frisar que as posições nos museus não são estanques, ou seja, o que ocorre em uma área influencia em outra, de forma que os conhecimentos se entrelaçam e é desejável que as decisões sejam compartilhadas com colegas de outros setores” (2014a, p.36).

Por isso, é importante que ocorra o diálogo e compartilhamento de atividades entre os trabalhadores, otimizando os recursos e ações dos museus, sempre respeitando o conhecimento de cada setor. Sendo que, como colocam André Desvallées e François Mairesse, a “(...) maior parte dos agentes que trabalha em museus está longe de ter recebido a formação devida” (2014, p.82). No estatuto dos Museus, no artigo 17, prevê a necessidade de manter equipes qualificadas, “salientando a legislação vigente” (BRASIL, 2009). Deste modo, a lei também se relaciona, mesmo que de forma implícita, a Lei Federal nº 7.287/1984, que regulamenta a profissão de museólogo.

Nela, foi definido no artigo 2º que o exercício profissional de museólogo só pode ser exercido por indivíduos graduados ou pós-graduados⁴⁷ em cursos de museologia, ou que possuíam outra graduação, desde que provassem ter pelo menos cinco anos de exercício técnico em museus⁴⁸. A lei também define as atribuições da profissão que constam, entre outras, atividades relativas à gestão de acervo, de instituições e/ou setores técnicos museológicos, a elaboração de planos e projetos museológicos e de curadoria e a solicitar tombamentos etc.

Para André Desvallées e François Mairesse:

O termo “museólogo” pode ser aplicado ao pesquisador cujo objeto de estudo está voltado para uma relação específica entre o Homem e a realidade, caracterizada como a documentação do real pela apreensão sensível direta.

⁴⁷ Com titulação adquirida em mestrado ou doutorado, não incluindo especializações.

⁴⁸ Sendo que este exercício deveria ter ocorrido até três anos depois da sanção da lei, ou seja, 1987.

Seu campo de atividade está essencialmente ligado à teoria e à reflexão crítica sobre o campo museal, de modo que o seu trabalho não está limitado ao espaço do museu, e ele pode atuar também em uma universidade ou em outros centros de pesquisa (2014, p.83)

Assim sendo, o campo de atuação do profissional em museologia está relacionado com o uso do patrimônio, em seu amplo espectro, como representação de uma realidade produzida por humanos, geralmente num espaço denominado museu. Ou seja, o museólogo trabalha no processo de construção da representação do real, baseado em referências memoriais de determinada comunidade ou grupo, se valendo da capacidade de validação de discursos e do patrimônio que ocorre nos museus.

Portanto, de todas as áreas de atuação ligadas ao museu, a do museólogo é a única que trata especificamente dos museus em si. Assim, percebendo a necessidade de qualificação dos quadros funcionais dos museus, foi incluída na PNM de 2003 o eixo 3, “Formação e Capacitação de Recursos Humanos”, que estabelecia ações tanto de formação através de oficinas e seminários, como a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação em áreas como a da museologia (BRASIL; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003).

Deste modo, o DEMU realizou parcerias com estados e municípios, foram realizadas várias oficinas e fóruns através do Programa Nacional de Formação e Captação de Recursos Humanos em Museologia. Também fomentou cursos de graduação e pós-graduação em museologia na Universidades brasileiras. Mas apesar disso, a maioria das instituições não possui profissionais da área de museologia, mesmo após mais de 10 anos de promulgação do Estatuto dos Museus.

4. Análise das estruturas administrativas de museus da 7ª Região Museológica do Rio Grande do Sul

Após as discussões teóricas sobre a formação do setor museológico brasileiro e sul-rio-grandense, e da legislação nacional para museus, o trabalho se volta para a análise de instituições museológicas da 7ª região⁴⁹ museológica do Estado. Para isso, foram escolhidos quatro museus de três cidades da região, que engloba o litoral sul do Rio Grande do Sul, para a análise. Da cidade de Pelotas foram objeto de pesquisa o Museu Municipal Parque da Baronesa, administrado pela prefeitura, e o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, da Universidade Federal de Pelotas. A instituição privada escolhida foi o Museu da Cidade do Rio Grande, gerido pela Fundação Cidade do Rio Grande. Por fim, foi pesquisado o Museu Histórico Farroupilha, ligado à Secretaria de Estado da Cultura do RS, sediada na cidade de Piratini. Buscou-se abranger instituições das três esferas⁵⁰ do poder público e do setor privado.

As metodologias utilizadas para o trabalho foram a pesquisa documental, entrevistas com membros das equipes das instituições e referências bibliográficas, buscando compreender o funcionamento interno de cada instituição. A documentação que foi dada foco era a relacionada a administração e gestão dos museus, como: ato de criação, Regimento Interno, planos e programas ligados ao planejamento e execução de ações das instituições⁵¹, documentação de suas associações de amigos, entre outros. Buscando através destes documentos as prioridades, os diagnósticos e as perspectivas de cada museu. As entrevistas possuem roteiros próprios para cada instituição, sendo utilizados mais como um guia que nem sempre fora seguido pelo pesquisador, buscando, através dos questionamentos entender o funcionamento interno dos museus e a visão de cada funcionário sobre a instituição que trabalhava. Elas foram realizadas por e-mail⁵², presencialmente com a gravação do áudio e por videoconferência. As referências bibliográficas foram utilizadas como base para a

⁴⁹ A 7ª Região Museológica é uma das subdivisões geográficas estabelecidas pelo SEM/RS e engloba as cidades do Litoral sul, costa doce (banhadas pela Laguna dos Patos e pela Lagoa Mirim) e próximas. O que inclui Pelotas, Rio Grande e Piratini.

⁵⁰ Município, Estado e União.

⁵¹ Plano Museológico, Plano Anual, Programa Educativo, entre outros.

⁵² Esse método foi utilizado apenas na entrevista realizada com a secretária executiva do MCRG.

elaboração dos roteiros e dos históricos, junto com a documentação encontrada de cada instituição.

Para apresentação dos resultados, este capítulo está dividido em cinco subcapítulos, uma para cada museu e o último, para uma análise comparativa. Os resultados de cada museu são apresentados de forma distinta, baseado nos tópicos do subcapítulo 3.2, mas relacionando-os conforme a compreensão das relações administrativas e de gestão encontradas em cada instituição, desta forma, variando entre si. Já o último subcapítulo é destinado para uma análise comparativa dos modelos e das ações de gestão de cada museu, espelhado na estrutura do subcapítulo citado.

4.1. Museu Municipal Parque da Baronesa

O MMPB está localizado dentro de um parque público, na Avenida Domingos de Almeida, no bairro Areal, na cidade de Pelotas (Figura 1). É administrado pela Prefeitura Municipal através de sua Secretaria de Cultura (SECULT). A instituição completou 40 anos de funcionamento, contudo, encontra-se fechada ao público em virtude do restauro do prédio sede, o Solar da Baronesa (Figura 1).



Figura 1 - Fotografia do Solar da Baronesa, prédio que abriga o MMPB.

Fonte: Site Pelotas Turismo, disponível em: <https://pelotasturismo.com.br/historias/145>
Acesso em 8 nov. 2022.

Também faz parte do parque o sobrado Vila Stella (BACHETTINI, 2017), conhecido como “Casa Azul” (Figura 2), que fica próxima da entrada do parque e já fez parte da estrutura do museu.



Figura 2 - Vila Stella, também conhecido como Casa Azul

Fonte: Site do Diário da Manhã disponível em:

<https://diariodamanhapelotas.com.br/site/museu-da-baronesa-casa-azul-sera-pauta-no-legislativo/> Acesso em: 8 de nov. 2022

A abordagem sobre o MMPB trata de sua formação histórica, destacando o papel de determinados grupos sociais e personagens, como de Antônia Berchon e da Associação de Amigos do Museu da Baronesa (AMBAR). Também as mudanças estruturais que ocorreram na instituição que são destacados em trabalhos como de Noris Mara Pacheco Martins Leal (2011) e Andréa Lacerda Bachettini (2017). Os dados foram recolhidos no trabalho de campo através do estudo da documentação administrativa e de gestão do museu⁵³, além das entrevistas feitas com a Diretora Fabiane Rodrigues Moraes e a museóloga do museu, Taciana Rocha Casanova Kurtz.

Portanto, o texto foi composto por cinco pontos: o histórico, o da Documentação Institucional, o de Planejamento e Financiamento Institucional, o da Política de Acervo e o de Profissionalização. Tratando de forma transversal os pontos que afetam o funcionamento do museu. Explorando temas como o questionamento feito pela procuradoria municipal ao decreto de criação do museu e como isso impossibilitou a

⁵³ O Regimento Interno, decreto de criação e Plano Museológico do museu e o regimento interno e estatuto da Associação de Amigos do Museu Parque da Baronesa.

implementação do Plano Museológico e do Regimento Interno, a influência da Casa Azul nesses casos, além da redução da equipe do museu entre outros assuntos.

4.1.1 Histórico

Ao tratar da formação do MMPB, se destaca o vínculo com a família Antunes Maciel. De acordo com informações do Plano Museológico do Museu, sua sede fora propriedade do Coronel Annibal Antunes Maciel, adquirida por ele em 1870. Posteriormente, foi passado para o seu filho, de mesma alcunha, que recebeu o título de Barão dos Três Serros. Mas a personagem de maior destaque e que dá nome à instituição é sua esposa, a “Baronesa” Amélia Hartley Antunes Maciel.

Ainda conforme o documento, a propriedade ficou com a família até 1978, quando os herdeiros fizeram a sua doação para a Prefeitura de Pelotas. Segundo Noris Leal (2011), a família colocou como condição para a doação que o parque e a casa fossem utilizados como espaço cultural. Mas como o solar estava sem moradores desde a década de 1930, a edificação não possuía condições de uso. O projeto para a recuperação da casa foi elaborado pela arquiteta Marta Amaral e o artista plástico Adail Bento Costa, já prevendo converter o local em um museu e um parque de lazer para a população. As obras iniciaram no mesmo ano da doação e foram concluídas em 1982, ano de abertura do museu⁵⁴.

Leal (2011) coloca que a princípio a exposição montada na instituição focava na histórica da família Maciel, mas com pouco acervo e sem muita definição, carecendo de uma missão bem definida. Esse cenário mudou quando surgiu a figura de Antônia Berchon. Ela nunca ocupou cargo dentro da administração pública, nem mesmo na direção do MMPB, mas o conduziu através de sua influência, o transformando e o definindo, estabelecendo sua tipologia como museu-casa e lhe atribuindo uma missão, mesmo que modo informal, focada na memória da elite pelotense. Sua autoridade era tamanha que comprou e emprestou itens que ainda compõem o acervo da instituição, além de indicar nomes para a direção do Museu. Assim, conforme Leal (2011), através de Berchon, o museu assumiu como sua missão, a valorização da vivência da elite pelotense no século XIX, sob a ótica desta própria elite.

⁵⁴ Sua institucionalização, através de um ato de criação, ocorreu dez anos depois, por meio do Decreto Municipal nº 3069 de 15 de abril de 1992.

A partir dos anos 2000, segundo Andréa Bachettini (2017), foi iniciado um processo de estabelecimento e modernização da Reserva Técnica do Museu, influenciado pelo recém-criado Curso de Bacharelado em Museologia na UFPel⁵⁵, e pela contemplação em edital da Caixa Econômica Federal. A instituição adquiriu móveis e materiais para acondicionamento⁵⁶ de seu acervo não exposto. Durante esse processo, foi percebido que os espaços disponibilizados no Solar não eram adequados, tanto por virtude de suas dimensões, como pelas condições climáticas, para abrigar uma reserva técnica.

Portanto, como coloca Bachettini (2017), foi solicitado à administração municipal o espaço da Casa Azul, que naquele momento estava sendo ocupado pela Guarda Municipal. Após a liberação do espaço, em 2011, iniciou a transferência do mobiliário da reserva técnica e do acervo para o novo local, mantendo o Solar para as exposições e atividades administrativas. Após quatro anos de trabalho, três mil peças foram acondicionadas no novo local. Contudo, a autora relata que cerca de um mês após a conclusão do trabalho a prefeitura ordenou a retirada do acervo, por causa de uma nova destinação dada ao imóvel, como sede da Secretaria de Qualidade Ambiental. Uma atitude a qual pode ser considerada autoritária, já que não houve diálogo com a direção do Museu, nem com quem participou do projeto de reorganização da reserva, e sem realizar um estudo prévio de impacto da transferência de local para o acervo.

Essa decisão da prefeitura não só reverberou negativamente para a preservação do acervo, como causou outros problemas ao Museu, impedindo o estabelecimento de importantes instrumentos de gestão da instituição. De certa forma, isso prejudicou a administração do Museu e de seu acervo, como será melhor trabalhado nos próximos pontos deste subcapítulo.

4.1.2 Documentação Institucional

O que é relativo à institucionalidade do MMPB foi trabalhado através da documentação fornecida pelo Museu, da relação com o poder público e da associação de amigos, tentando perceber como esses elementos podem contribuir ou dificultar o trabalho realizado no museu. O primeiro ponto a ser tratado neste tópico é o ato de

⁵⁵ Criado em 2006.

⁵⁶ Definição no Glossário.

criação do museu. Ele ocorreu através do Decreto Municipal nº 3069/1992, que institui o Museu Municipal Parque da Baronesa na estrutura da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Pelotas (FUNDAPEL)⁵⁷.

O decreto define como objetivo do MMPB ser um espaço cultural para a coleta, preservação e exposição dos bens que constituem o acervo do museu, além de ser uma atração turística. Como coloca Noris Leal (2011), essa missão acaba sendo vaga, não delimitando e definindo qual tipo de museu seria e qual tipo de acervo teria. Já no Regimento Interno e no Plano Museológico, é estabelecido esse recorte na salvaguarda, pesquisa e comunicação dos bens de valor histórico e cultural ligados aos costumes da sociedade pelotense nas últimas décadas do século XIX até a década de 1930.

Contudo, tanto o Plano Museológico, como o Regimento Interno, são instrumentos documentais do Museu que nunca foram implementados. O motivo, entre outros, é o questionamento feito pela Procuradoria do Município de Pelotas, sobre a validade do uso de um decreto para a criação do MMPB. Segundo parecer do órgão, deveria ser por meio de lei municipal. Este é um problema trazido no diagnóstico do Plano Museológico e nas entrevistas feitas com a diretora Fabiane Rodrigues Moraes⁵⁸ e a museóloga Taciana Rocha Casanova Kurtz⁵⁹. Segundo ambas, esse questionamento afetou a tramitação do Plano Museológico e do Regimento Interno do Museu na Câmara Municipal de Pelotas. Contudo, é bom ressaltar que o Estatuto de Museus não estabelece qual instrumento deve ser usado, desde que seja um registro oficial. As duas entrevistadas ainda colocam que ao passar por um segundo procurador, o decreto foi considerado legal. Questionadas sobre um parecer final do caso, ambas revelaram que nunca foi feito. Ou seja, elas têm dois pareceres divergentes provindos do mesmo órgão da prefeitura, sobre o mesmo tema, sem uma decisão final colocando qual é válido.

Deste modo, foi elaborado um projeto de lei para substituir o decreto de 1992. Contudo, novamente houve um obstáculo, que foi a decisão sobre o uso da “Casa

⁵⁷ Não foi encontrada referência sobre a FUNDAPEL, o órgão aparentemente foi extinto. Contudo, como não sendo mais o gestor do Museu, não foi foco da pesquisa.

⁵⁸ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

⁵⁹ Comunicação pessoal concedida por KURTZ, Taciana Rocha Casanova = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

Azul”. Como já colocado anteriormente, o prédio era utilizado como espaço de Reserva Técnica quando a administração municipal resolveu destinar a edificação para a Secretaria de Qualidade Ambiental. Isso teria causado um conflito de interesses dentro da administração pública, resultando na retirada do projeto de lei da pauta e nunca mais voltando a ser objeto de discussão do Legislativo Municipal.

Essa relação do museu com o poder público municipal possui algumas particularidades. Segundo Fabiane Moraes (informação verbal)⁶⁰, existe um bom diálogo com o atual Secretário de Cultura, assim como com o anterior. Mas tudo indica que quando outros setores da prefeitura se envolvem em assuntos do Museu a situação se inverte, com decisões de cima para baixo, sem a possibilidade de consulta ou argumentação da direção do MMPB. Uma questão colocada pela diretora, que pode exemplificar esse comportamento, foi a definição da missão do Museu. Quando a gestão ainda estava sob a responsabilidade de sua antecessora ocorreu uma das edições do evento Dia do Patrimônio⁶¹, com o tema as comunidades afro-brasileiras e escravizadas. O Museu foi provocado a realizar uma ação abordando a temática, o que acabou amplificando uma reivindicação existente em parcela da sociedade pelotense que não se via representada na instituição.

Naquele mesmo período, estava sendo discutida a missão do museu, em função da elaboração do Plano Museológico e Regimento Interno. Nestes documentos a missão proposta era vinculada à preservação dos bens ligados à elite pelotense. A equipe do museu formou uma comissão interna e discutiu quais mudanças deveriam ser feitas. Após o processo, a então diretora do MMPB consultou a administração e a solução encontrada pela prefeitura foi a troca do nome “elite”, por “sociedade”.

Mesmo assim, ocorreram reverberações e por meio desta discussão foi implementado um projeto de reafirmação negra dentro do Museu, através da promoção de ações de valorização da cultura afro-brasileira durante o mês de novembro. Esta ação causou conflito com membros da Associação dos Amigos do Museu da Baronesa (AMBAR), que só se abrandaram após mudança da direção da Associação. Mesmo ainda tendo discordâncias entre as partes, a AMBAR se revelou

⁶⁰ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

⁶¹ Evento realizado anualmente na semana do dia 17 de agosto, Dia Nacional do Patrimônio Cultural. São organizadas e incentivadas a “visitação a prédios históricos, manifestações artísticas ao ar livre, oficinas técnicas, ações de educação patrimonial” (TORRE, 2022).

uma parceira importante do Museu, realizando um trabalho que privilegiava questões técnicas da instituição (informação verbal).

Sobre a atuação da AMBAR, tanto Fabiane Moraes (informação verbal)⁶², quanto Taciana Kurz (informação verbal)⁶³ colocaram que a Associação é independente do Museu. E como já colocado no histórico, influenciou as escolhas de direção em outros momentos, causando mal-estar com a gestão do museu. Nas duas trocas de presidente que ocorreram na Associação durante a atual gestão do MMPB, Moraes foi avisada posteriormente e de forma informal, lembrando que no artigo 49 do Estatuto de Museu está colocado que é dever da direção do Museu a supervisão, tendo o direito de autorizar ou suspender as atividades das entidades de apoio do museu. Mas, aparentemente, a direção do MMPB não possuía força política para exercer este dever.

4.1.3 Planejamento e Financiamento Institucional

Ao tratar o tópico sobre planejamento e financiamento do MMPB, pode ser destacado o motivo que impede a implementação do Plano Museológico, que está diretamente ligado à falta de uma definição em relação à validade de seu ato de criação. Envolve, também, outras contradições dentro da gestão municipal, além da falta de diálogo com a gestão do museu e elementos políticos, que tem como um dos centro de conflito o espaço conhecido como “Casa Azul”, já citado no tópico anterior - que voltará a ser abordado no próximo, sobre gestão de acervo.

Colocado isso, não significa que a instituição não planeje suas ações com antecipação. Tampouco quer dizer que faça isso de forma plena, como é colocado em lei. Durante as entrevistas foi explicitado como é realizado o planejamento do museu. Segundo Moraes e Kurtz (informação verbal)⁶⁴, o calendário de atividades é elaborado no ano anterior à sua execução, no mês de dezembro. Cada responsável por

⁶² Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

⁶³ Comunicação pessoal concedida por KURTZ, Taciana Rocha Casanova = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

⁶⁴ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB / Comunicação pessoal concedida por KURTZ, Taciana Rocha Casanova = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

determinado setor propõe ações que são tema de discussão dentro da equipe. Sendo que existe uma agenda fixa, da prefeitura, que inclui eventos em nível municipal, estadual e nacional.

Deste modo, a maior parte das ações está relacionada com datas predeterminadas, como a Semana de Museus⁶⁵, aniversário do município de Pelotas⁶⁶, Dia do Patrimônio⁶⁷, Primavera dos Museus⁶⁸, Dia da Consciência Negra⁶⁹, entre outros. O período de execução das atividades geralmente contempla os meses de março a dezembro de cada ano. Pois, como coloca a diretora (informação verbal)⁷⁰, entre novembro e fevereiro, é o período da escala de férias dos servidores, ou seja, quando a equipe fica reduzida. Assim, para esses meses, são previstas exposições com materiais mais resistentes, para minimizar qualquer dano causado por algum sinistro. Ou seja, dentro do planejamento é incluído o que pode ser realizado em períodos em que alguns dos servidores não estarão presentes, deixando o setor desguarnecido.

Porém, esse planejamento não é formalizado como exige a lei, através de um Plano Anual. O que também pode ser relacionado como resultado da indefinição causada pelo questionamento sobre o decreto de criação do Museu, que impediu a aprovação do Plano Museológico, documento que deve servir de base para a elaboração do planejamento anual. Outra questão de dificuldade e que é exigido na lei é a previsão financeira, que não é feita pela equipe do museu, o que impossibilita a antecipação ou busca de recursos para as ações. Desta forma, o financiamento destas ações dependem basicamente do que é solicitado à Secretaria Municipal de Cultura que por sequência, realiza o pedido para o setor de compras da Prefeitura.

⁶⁵ Evento nacional proposto pelo IBRAM, que ocorre na semana do dia 18 de maio, em comemoração ao Dia Internacional dos Museus.

⁶⁶ Evento municipal, que ocorre na semana do dia 6 de julho, aniversário da cidade.

⁶⁷ Evento promovido tanto pela prefeitura de Pelotas, quanto pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que ocorre em agosto, no final de semana seguinte ao dia 19 do mesmo mês.

⁶⁸ Evento nacional, promovido pelo IBRAM, que ocorre na última semana de setembro, que marca o início da primavera.

⁶⁹ Dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Geralmente o Museu da Baronesa realiza ações durante o mês de novembro, para marcar esse dia.

⁷⁰ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

A diretora (informação verbal)⁷¹ comenta que algo que contribui para aprovação dos pedidos é a conta que o Museu possui, que tem como fonte a bilheteria da instituição. Esses recursos não são administrados pela gestão do museu, pois está vinculado ao caixa único da prefeitura. Deste modo, o acesso direto fica sobre a guarda da própria administração municipal, que nem sempre permite o uso dos recursos pela direção do MMPB. Deste modo, os recursos acabam sendo uma forma de negociação com o setor de compras do município, para liberar verba para pagar o que foi pedido pelo museu. Outra fonte de recursos é a AMBAR, mas possui limitações na disponibilidade, sendo usado mais como uma alternativa para compras menores e mais urgentes, nas quais é possível escapar da burocracia exigida pelo poder público. Pode-se concluir, assim, que o MMPB não possui uma destinação orçamentária garantida, ao mesmo tempo em que é difícil determinar os custos de sua operação.

4.1.4 Política de Acervos

Nesse ponto, a primeira questão que deve ser tratada é que o MMPB não possui uma Política de Acervo ou de Aquisição e Descarte. Isso não significa que não ocorra a gestão do acervo do Museu. Contudo, a falta de um instrumento formal é um empecilho que contribui negativamente para a manutenção da coleção. Que se soma a outros, como a situação da posse – ou não posse - da “Casa Azul”. Como já colocado nos primeiros tópicos deste subcapítulo, a edificação fica dentro do parque do Museu, tendo uma destinação desvinculada após a ordem da administração central do município. No diagnóstico do Plano Museológico é colocado que o espaço da reserva técnica está em local provisório, que seria o antigo espaço do “Salão de Festa” ou “Salão da Sinhá”, no prédio principal, o Solar da Baronesa. Essa situação resultou na interrupção de algumas práticas de controle, como o levantamento das peças e controle ambiental, sujeitando o acervo a condições que colocam em risco sua guarda e preservação.

Segundo Andréa Bachettini (2017), as condições de guarda da “Casa Azul” eram superiores às do Solar, por causa do espaço necessário e das próprias condições da edificação, já que a sede do museu está em um estado de degradação avançado, com problemas sérios no telhado. Desta forma, tanto em estrutura física,

⁷¹ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

como ambiental, foi um grande prejuízo para o acervo, além de um desperdício de trabalho realizado pelos servidores públicos, causada por uma determinação autocrata da gestão município de Pelotas, uma vez que, como colocado anteriormente, foi realizado sem diálogo e sem um estudo de impacto ao acervo.

Com o início do processo de restauro do prédio a situação foi agravada, pois, segundo Kurtz e Moraes (informação verbal)⁷², os *containers* previstos no projeto e prometidos pela administração municipal para a guarda do acervo durante a reforma não foram adquiridos. Portanto, o acervo ainda está dentro da casa, mesmo com a obra prestes a iniciar⁷³. O que significa que todo o planejamento da equipe do museu para a salvaguarda do acervo durante o restauro foi impossibilitado e que as peças serão transportadas de um local para outro, de acordo com o andamento das obras, ou a chegada dos *containers*.

Outro tema relacionado à Política de acervo é a documentação museológica. Conforme o diagnóstico do Plano Museológico do MMPB, a maior parte do acervo já está documentado. Porém, existe uma instabilidade sobre o uso de um banco de dados para o gerenciamento do acervo. Primeiro, buscou-se o *Doc Musa*, mas a equipe não se adaptou ao uso do programa. Depois, um setor de informática da prefeitura ficou responsável pelo desenvolvimento de *software* próprio, mas nunca foi dado andamento ao projeto. Por fim, a diretora propôs o uso do *Tainacan*, mas também não foi dada continuidade desta proposta (informação verbal)⁷⁴. Assim, como é colocado pela museóloga, a documentação museológica do museu se baseia no Livro Tombo⁷⁵ e em fichas feitas no *Word*⁷⁶ (informação verbal)⁷⁷. Segundo a profissional, ocorre uma adaptação que possibilita que ocorra agilidade na busca de

⁷² Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB / Comunicação pessoal concedida por KURTZ, Taciana Rocha Casanova = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

⁷³ A obra de restauro da sede do MMPB já iniciou, segundo informou a diretora do Museu, Fabiane Rodrigues Moraes.

⁷⁴ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

⁷⁵ Definição no Glossário.

⁷⁶ Software para edição de textos do pacote *Office*, da empresa *Microsoft*.

⁷⁷ Comunicação pessoal concedida por KURTZ, Taciana Rocha Casanova = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

informação sobre os itens do acervo, um condicionante importante para um banco de dados que possa ser considerado funcional.

Esse problema é agravado pela falta de uma Política de Gestão do acervo do Museu é o modelo de aquisição, que está fortemente embasado no comodato. Isso faz com que a instituição não seja proprietária de fato de maior parte de seu acervo, que ainda pertence às famílias cedentes dos objetos, limitando a possibilidade de ação do Museu. Esse problema vem de muito tempo. Deste modo, o MMPB não possui a guarda definitiva do acervo, nem as famílias se dispõem a tomar de volta a posse dos objetos. Segundo a diretora, já ocorreu inclusive, o restauro de itens, considerados importantes para a instituição, mas que se encontram nessa situação (informação verbal)⁷⁸. O que além de dar uma insegurança jurídica sobre a posse do acervo, dificulta a formação de uma política de aquisição e descarte. Isso também deixa o gerenciamento do acervo cada vez mais complexo, não afetando apenas sua incorporação⁷⁹, mas também questões relacionadas ao descarte.

Oficialmente, o MMPB não possui uma comissão de acervo⁸⁰, mas existem ocorrências nas quais a equipe e direção recorrem a especialistas para definir a situação do acervo. Contudo, nem sempre esse recurso auxilia na solução. Algumas decisões acabam se tornando complexas por causa da determinação desse grupo. O exemplo colocado por Moraes e Kurtz (Informação verbal)⁸¹, versa sobre um tapete que estava em estado de degradação avançada. Na ocasião, os especialistas consultados julgaram inadequado o descarte, colocando que existiam técnicas no exterior que poderiam recuperar o item. Com a impossibilidade de realizar o procedimento sugerido, principalmente por não haver orçamento para isso, a degradação do objeto seguiu avançando, a peça foi perdida e o descarte acabou ocorrendo da mesma forma.

⁷⁸ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

⁷⁹ Definição no Glossário.

⁸⁰ Definição no Glossário.

⁸¹ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB / Comunicação pessoal concedida por KURTZ, Taciana Rocha Casanova = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

4.1.5 Profissionalização

Sobre esse tema, a atual composição da equipe do MMPB, segundo as entrevistadas, é formada por três servidores, sendo apenas um deles de carreira e um estagiário, além da equipe da limpeza e portaria. A museóloga, na época da pesquisa, estava cedida para outro setor, onde participava da organização e criação de outro museu do município. Contudo, a diretora recorda que a equipe do Museu já teve entre doze ou treze pessoas, contando servidores de carreira, comissionados e estagiários (informação verbal) ⁸². Ou seja, ocorreu uma redução em torno de 3/4 do corpo funcional do Museu.

Para Fabiane Moraes, isso é consequência do projeto de restauro do prédio do Museu, o solar da baronesa. Para a museóloga, é mais complexo, pois segundo ela, alguns servidores saíram ao pedir demissão, outros solicitaram licença, e houve o caso da exoneração de comissionado ligado ao partido político que deixou o governo municipal. Contudo, para ambas, a redução não tem relação direta com pandemia de covid-19, e sim, com a falta de reposição de servidores em virtude do fechamento do Museu por causa do restauro (informação verbal) ⁸³.

Em seu Plano Museológico é proposto um organograma (Figura 3) e os cargos que ocupariam as posições. Na época em que a equipe do Museu era maior já se considerava um número insuficiente. Mas o que é possível inferir ao observar o organograma é que, na realidade, o que faltava ao museu eram os servidores com as formações mais adequadas às necessidades da instituição, ou a garantia desses servidores em cargos de carreira, e não apenas comissionados.

⁸² Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB / Comunicação pessoal concedida por KURTZ, Taciana Rocha Casanova = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

⁸³ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB / Comunicação pessoal concedida por KURTZ, Taciana Rocha Casanova = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

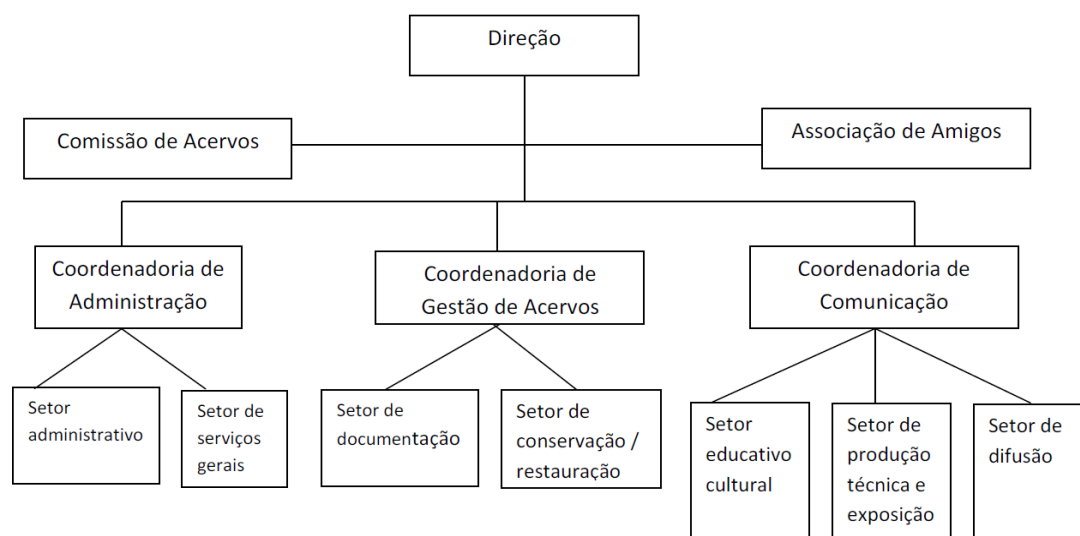


Figura 3: Organograma Proposto no Programa de Gestão de Pessoas do Plano Museológico do MMPB

Fonte: Plano Museológico do MMPB

Nesta proposta de cargos, foram incluídos profissionais das áreas de história, artes, biologia, pedagogia, conservação e restauro, entre outros. Ou seja, o principal problema do MMPB não era o tamanho da equipe, mas a composição.

Sobre a divisão das responsabilidades entre os membros da equipe atual, ocorre algo inusitado. Pois, segundo a diretora (informação verbal)⁸⁴, o que motivou a organização das tarefas foi a necessidade de mediar os conflitos internos. Ela colocou que ocorreram discussões e discordâncias na gerência das atividades, e para aliviar o ambiente, definiu melhor quais atividades eram responsabilidade de cada servidor. Isso acaba sendo o oposto do que ocorre em muitas instituições, mas com efeito similar.

Remete à colocação de Manuelina Cândido (2013), de que é importante tanto a definição e repartição de responsabilidades, como que toda a equipe, em algum grau, se envolva em todas as atividades realizadas na instituição, evitando assim uma espécie de isolamento, no qual o responsável pelo gerenciamento do acervo não dialoga com o restaurador, ou curador por exemplo. Também permite prever como uma ação pode afetar a execução de outra, sendo fundamental que toda a equipe esteja em consonância com as práticas de todos para que o museu tenha um bom alinhamento em suas ações..

⁸⁴ Comunicação pessoal concedida por MORAIS, Fabiane Rodrigues = Entrevista. [jul. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, MMPB.

4.2 Museu da Cidade do Rio Grande

O MCRG é um órgão mantido pela Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG). No âmbito dessa pesquisa, foi o primeiro a responder a solicitação, iniciando o trabalho de campo, em março de 2022.

Para a discussão serão trabalhados aspectos históricos e contemporâneos da instituição. Para isso, são utilizados alguns autores como Danielle Manczak dos Anjos (2009, 2012), Tales Beier Ferreira e Marisa Gonçalves Beals (2014), tendo sido esta última, diretora do Museu. Para basear a análise da situação atual do museu, foram coletados dados por meio da documentação administrativa e de gestão, como Regimento Interno, organograma, programas educativos, de *marketing*, política de acervo entre outros, além da entrevista com a secretária executiva, Danielle Manczak dos Anjos, realizada via *e-mail*.

Os documentos foram disponibilizados em formato físico, mas não sendo permitido a cópia ou fotografá-los, com exceção do organograma, enviado em arquivo PDF, por *e-mail*. Infelizmente, apenas uma funcionária participou da entrevista, que respondeu às perguntas por correio eletrônico. O diretor não respondeu à solicitação, e a ex-diretora, já citada, que através da pesquisa documental foi considerada importante, também nunca respondeu aos convites. Mesmo com esses percalços o acúmulo de dados obtidos possibilitou a análise da instituição.

4.2.1 Histórico

O MCRG foi fundado em 1984, com a união de esforços da FCRG, da Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG), da Superintendência da Receita Federal, da Mitra Diocesana e da empresa petrolífera Ipiranga. Desde a sua criação, foi determinado que a FCRG seria a mantenedora do Museu (ANJOS, 2012).

Conforme Martins (2016) e Ferreira e Beal (2014), a FCRG foi criada em 1953 por grupos empresariais do comércio e indústria da cidade de Rio Grande/RS, com o intuito de promover o ensino técnico e superior no município. Surgiu ligada a um contexto de retração do setor e carência de mão-de-obra qualificada - o que levou à criação de seis cursos superiores na cidade⁸⁵, sendo a Fundação sua mantenedora. Esse mesmo grupo influenciou a criação da Fundação Universidade do Rio Grande

⁸⁵ Engenharia Industrial (1955), Ciências Políticas e Econômicas (1956), Direito (1960), Filosofia (1961), Matemática (1964), Letras (1966) (FERREIRA; BEAL, 2014).

(FURG)⁸⁶, em 1969, que incorporou toda a estrutura, cursos e entidades da FCRG, que, por sua vez, perdeu seu objetivo ou razão para existir. Nesse mesmo período, foi criado o Museu Histórico Municipal⁸⁷, com a missão de preservar a história, memória e cultura local. Essa instituição, contudo, nunca fora implementada de fato. Por isso, o MCRG foi criado para atender uma demanda antiga promovida pela Prefeitura Municipal do Rio Grande (NERY, 2021).

A primeira sede do MCRG foi o antigo galpão da Fábrica de Biscoito Leal Santos⁸⁸, tendo sido instalado em 1987 no prédio da Antiga Alfândega, pertencente à Receita Federal (Figura 4). Neste mesmo ano, é criada a coleção de Arte Sacra, na Capela São Francisco de Assis (Figura 5). Nestes locais estão até hoje os acervos do Museu da Cidade do Rio Grande.



Figura 4 - Prédio da Alfândega (Receita Federal), entrada do Museu da Cidade do Rio Grande, coleção histórica

Fonte: Google maps Disponível em <https://www.google.com/maps/@-32.0296902,-52.0948709,3a,85.7y,200.08h,92.09t/data=!3m6!1e1!3m4!1syWkehY049EaCGyq3duAuTw!2e0!7i16384!8i8192> Acesso em 26 jan 2023

⁸⁶ Atualmente é denominada de Universidade Federal do Rio Grande mantendo a mesma sigla (FURG)

⁸⁷ Lei Municipal nº2524/1971.

⁸⁸ Localizado na Rua General Portinho.



Figura 5 - Capela São Francisco - Sede do Museu da Cidade do Rio Grande, Coleção de Arte-Sacra

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Disponível em https://www.riogrande.rs.gov.br/rgmap/index.php/unidades#atrativos/atrativos-museus/205.museu_da_cidade_do_rio_grande_-_colecacao_arte_sacra Acesso em 26 jan 2023

Para a formação do acervo do MCRG a Petrolífera Ipiranga criou o “Projeto Memória”, que incentivava a população em geral, especialmente os trabalhadores da empresa, a doarem objetos que pudessem ser endossados pelo Museu. Desta forma, foram adquiridos vários objetos do cotidiano, fundamentalmente de trabalho, entre outros temas ligados à cidade de Rio Grande e suas indústrias. Segundo O. Silva Nery, mesmo não tendo como finalidade a preservação da memória industrial de Rio Grande, a temática está “(...) fortemente vinculado a esse projeto, da sua concretização e desenvolvimento” (2021, p.188).

A administração do Museu foi estabelecida a partir de um conselho que incluiu:

(...) representantes da comunidade rio-grandina, como a Prefeitura Municipal do Rio Grande, a Delegacia da Receita Federal, a Mitra Diocesana, a Fundação Universidade do Rio Grande, o Centro de Indústrias do Rio Grande, a Câmara do Comércio e a Biblioteca Rio-Grandense (ANJOS., 2012, p.78).

A Instituição se mantém praticamente igual até os anos 2000, quando, através do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a sua sede passou por um processo de restauro e o Museu por uma

reestruturação interna⁸⁹. Assim, neste período ocorreram transformações significativas no MCRG, surgindo boa parte da documentação administrativa que o Museu possui atualmente, além da estrutura de guarda e de exposições atuais. Na época, Marisa Beal, como diretora da instituição, comandou esse processo.

Aproveitando o fato de que, para fazer a restauração do prédio, seria necessário fechar o museu e desmontar a coleção exposta, a sua direção optou por fazer um novo projeto de museografia e de reorganização espacial de todo o museu, incluindo sua reserva técnica e a administração (FERREIRA; BEAL, 2014, p.6).

Neste processo, segundo Ferreira e Beal, buscou-se resgatar a missão do museu, como responsável pela salvaguarda da história da cidade de Rio Grande, salientando a visão “(...) das águas do canal de ligação da Lagoa dos Patos ao mar” (2014, p.8) e seguindo o estabelecido na legislação museológica brasileira. Mesmo assim, como colocam Costa, Ribeiro (2020) e Silva Nery (2021), a expografia⁹⁰ da Instituição privilegia a história dos grupos que participaram de sua criação, ligados à burguesia e à indústria local.

4.2.2 Documentação Institucional e Profissionalização

A análise da documentação do MCRG revelou que a Instituição, a princípio, está bem amparada, possuindo alguns documentos básicos como o ato de criação, estabelecido por meio de ata da reunião da FCRG, na qual foi aprovada a proposta do Museu. Contudo, o documento não estabelece a missão do Museu, que foi oficializada apenas no segundo Regimento Interno da Instituição, entre as duas primeiras décadas dos anos 2000. Ou seja, décadas após a fundação do Museu.

Segundo Danielle Manczak dos Anjos (2012) a Instituição possuía, desde sua fundação, seu Regimento Interno e Organograma. Contudo, boa parte da documentação de gestão e do acervo surgiu após os anos 2000, quando o Museu estava fechado para as obras de recuperação do prédio e reestruturação, tanto física, quanto administrativa. Boa parte dos instrumentos criados na época tem a assinatura da diretora, Marisa Gonçalves Beal. No artigo que ela escreveu em conjunto com Tales Bier Ferreira (2014), é colocada a necessidade de revisão e reestruturação da

⁸⁹ GANDRA, Alana. BNDES libera recursos para restauração de patrimônio histórico. Agência Brasil, Brasília, 24 jan. 2014, geral. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-01/bndes-libera-recursos-para-restauracao-de-patrimonio-historico> Acesso em: 15 jan 2023.

⁹⁰ Definição no Glossário.

documentação do Museu, que aproveitou o período de fechamento para fazer essa reorganização. Isso foi percebido durante a pesquisa. A ex-diretora focou no regimento do museu, estabelecendo um Regimento Interno, a Política de Acervo, os Programas de Divulgação e uso de mídias digitais e o de Ação Educativa, além de modelos e manual de fichas e de uso do banco de dados da instituição.

Sobre o Regimento Interno em vigor, como já colocado, foi definida a missão do MCRG, além dos objetivos, a estrutura administrativa, a Comissão de Acervo, entre outras providências. No documento, também está previsto o organograma da instituição (ANEXO A). Ele segue o mesmo conceito presente no referido organograma, sendo a única diferença, a nomenclatura “setor de Divulgação”, que no regimento é acrescentada a palavra “*Marketing*”. A instância maior da Instituição é o Conselho da FCRG, seguido da presidência da fundação e depois o coordenador do museu. O museu é dividido em dois grandes setores: a Divisão de Acervos e o Setor Administrativo. O primeiro abrange a Comissão de Acervo, o Setor de Documentação, o de Conservação, de Exposição e o de Educação, além dos Setores de Pesquisa Histórica e o de Divulgação, dentro da Comissão de Acervo e o de Projetos Institucionais. Já o Setor Administrativo engloba a Secretaria, Recepção e Serviços Gerais. Contudo, como é colocada pela entrevistada (informação verbal)⁹¹, não há um estabelecimento de funções entre a equipe, com todos participando de todos os setores. Ou seja, não existe responsável, ou funcionário destinado para uma determinada função.

A equipe é formada por dois recepcionistas, dois auxiliares administrativos e um auxiliar de serviços gerais. A formação acadêmica dos funcionários, entre outras, inclui museologia, geografia e história. O atual diretor do MCRG, Lauro Jesus Perelló Barcellos⁹², é servidor público pela FURG, responsável pelo setor de museus da Universidade. Sua formação é em Oceanologia, com suas pós-graduações ligadas à sua área de formação, com exceção de duas especializações vinculadas à museologia, sendo uma específica para acervos biológicos e outra para museografia. Dentro da equipe do museu existe uma diversidade de profissionais com formação acadêmica, e seu diretor é uma das figuras mais influentes do setor museológico rio-

⁹¹ Comunicação pessoal concedida por ANJOS, Danielle Manczak dos = Entrevista. [abr. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via *e-mail* com a atual Secretária Executiva do Museu da Cidade do Rio Grande, MCRG.

⁹² Informações retiradas da plataforma lattes.

grandino⁹³. Isso pode significar que a instituição tem um bom potencial em seus recursos humanos, mas que aparentemente não é aproveitada, como fica mais claro no tópico sobre planejamento institucional do MCRG.

4.2.3 Gestão de Acervo

Para a gestão do acervo do MCRG estão disponíveis alguns instrumentos administrativos que estabelecem os procedimentos de tratamento interno dos objetos patrimoniais. Entre esses, a instituição da Política de Acervo. O documento foi elaborado no período da gestão de Marisa Gonçalves Beal, mais precisamente em novembro de 2015. Tem como objetivos evitar a entrada de objetos desvinculados à missão da Instituição, a dissociação⁹⁴, trazer transparência perante o público e comunidade, estabelecer normativas e procedimentos de aquisição e descarte, enquadramento aos padrões e princípios do IBRAM e do Estatuto de Museus e organização da gestão do acervo. Assim, esses documentos estabelecem as normativas e procedimentos para guarda e uso do acervo, desde a entrada até a baixa do objeto.

Sobre a aquisição e documentação do acervo, define os padrões a serem seguidos, diferenciando as modalidades de incorporação, tanto as definitivas como as temporárias. Também coloca a documentação necessária para oficializar o rito, que é diferente, dependendo do método de entrada. Estabelece os modelos de fichas de inventário, entrada, conservação, laudos, entre outros. Determina como deve ser realizado o descarte, incluindo a proibição da venda de itens, priorizando o repasse para outras instituições e, na impossibilidade, destruição por incineração. As condições para o descarte, são a desvinculação do objeto com a missão do museu, a falta de informação do item, o não encaixe nas tipologias com as quais o museu trabalha e o estado de conservação⁹⁵ e/ou o risco que pode gerar ao acervo, funcionários e público da Instituição.

A Política de Acervo também consta nos artigos 13 e 14 do Regimento Interno, que estabelecem o poder de deliberação da Comissão de Acervo. Esta é formada pelo diretor e representantes do setor de museologia, da FCRG, da comunidade e do historiador do museu. Contudo, na entrevista é colocado que a equipe do museu é a

⁹³ Corresponde setor de museus localizados no município do Rio Grande/RS

⁹⁴ Definição no Glossário.

⁹⁵ Definição no Glossário.

responsável e que as reuniões são realizadas conforme a demanda. Por ser uma entrevista por e-mail, essa questão ficou em aberto, não sendo compreensível o funcionamento da comissão, na prática. Porém, a maior parte do grupo é formada por funcionários do museu, e a resposta deu a entender que as decisões são internas, sem o envolvimento de agentes externos (Informação verbal)⁹⁶.

4.2.4 Planejamento e Financiamento Institucional

Sobre o modelo de planejamento seguido pelo Museu, não existe um instrumento que o institucionalize, como o Plano Museológico e o de Planejamento Anual. Em artigo de autoria de Costa e Ribeiro (2020) é comentado sobre o plano diretor da instituição, mas nada do gênero foi encontrado, sendo na entrevista com Danielle Manczak dos Anjos (informação verbal)⁹⁷ confirmada a não existência do documento. A entrevistada colocou que o Plano Museológico estava em fase de elaboração pela equipe, tendo sido interrompido em virtude das consequências causadas pela Pandemia de Covid-19 e o fechamento do Museu, estando assim suspensa sem previsão de retorno.

Danielle dos Anjos também colocou que as atividades são planejadas em média com trinta dias de antecipação. O financiamento das ações é garantido através da Fundação. A liberação dos recursos ocorre segundo surgem as demandas, sem qualquer tipo de previsão de gastos. Ou seja, de acordo com as ocorrências, o diretor solicita a compra, contratação de material e/ou serviço e a FCRG cobre os custos. Deste modo, pode-se inferir uma dificuldade na continuidade no trabalho realizado no MCRG. Algo comum nas instituições museológicas, mas que pode ser revertido caso seja concluído e implementado o seu planejamento anual de atividades. Mesmo não sendo obrigatório a instituições privadas, como o MCRG, através de um planejamento maior pode-se definir metas para cada ano, dando uma sequência ao que for produzido pelo Museu.

⁹⁶ Comunicação pessoal concedida por ANJOS, Danielle Manczak dos = Entrevista. [abr. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via *e-mail* com a atual Secretária Executiva do Museu da Cidade do Rio Grande, MCRG.

⁹⁷ Comunicação pessoal concedida por ANJOS, Danielle Manczak dos = Entrevista. [abr. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via *e-mail* com a atual Secretária Executiva do Museu da Cidade do Rio Grande, MCRG.

4.3 Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo

O Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG) (Figura 7) é uma instituição museológica ligada à Universidade Federal de Pelotas, dentro da estrutura do Centro de Artes. Possui um acervo de artes plásticas que abrange desde o século XIX à arte contemporânea, tendo como patrono o artista plástico pelotense Leopoldo Gotuzzo. O Museu, como coloca uma das entrevistadas, Joana Lizott, está em um local de evidência e de relevância histórica para a Universidade, a Escola Eliseu Maciel, construído para abrigar o Curso Superior em Agronomia, em Pelotas, que por muito tempo foi, entre outras coisas, a sede da reitoria e do Conselho Universitário da UFPel. O prédio é próximo do mercado público, no centro histórico e turístico da cidade, o que, segundo Joana Lizott, faz do MALG uma das vitrines da Universidade, perante o público e a comunidade (informação verbal) ⁹⁸.



Figura 7 - Prédio Eliseu Maciel, Sede do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo
Fonte: Arquivo do MALG. Imagem produzida pelo Suldesign/CA/UFPel

Para essa análise foram utilizadas as autoras Raquel Schwonke (2018) e Clarice Rego Magalhães (2014), que trabalham o histórico do museu e de seu patrono. A documentação está ligada à gestão museológica da instituição, englobando o Regimento Interno, o Plano Museológico, e o estatuto da Sociedade de Amigos (SAMALG). Foram realizadas entrevistas com o diretor do museu, Lauer Alves Nunes

⁹⁸ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

dos Santos, o conservador-restaurador⁹⁹, Fabio Gali Alves e a museóloga, Joana Soster Lizott. O texto está dividido em cinco pontos: o histórico; Documentação e Planejamento Institucional; Expográfica e Comunicativo; Profissionalização; Financiamento Institucional; e Política de Acervo. A escolha destes pontos se deu pela afinidades de algumas áreas e necessidade de discussão mais focada ou agregada de alguns temas, como por exemplo, o segundo ponto, que traz três assuntos que se relacionam de forma complementar, ou o quarto ponto que trata do quadro funcional, sendo um ponto com importância por causa das limitações que causa aos demais serviços do museu. Mas esses elementos ficarão mais claros em cada ponto.

4.3.1 Histórico

No tópico sobre o histórico da instituição a ênfase será na fundação do MALG, incluindo os atores e as motivações. Apoiado na bibliografia produzida sobre o Museu. Sendo que, segundo as autoras Raquel Schwonke (2018) e Clarice Rego Magalhães (2014), a formação do museu está associada à da Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). A instituição de ensino iniciou suas atividades em março de 1949, tendo como fundadora e primeira diretora Marina de Moraes Pires, amiga e colega de estudos em pintura de Leopoldo Gotuzzo. Nesta época, o pintor pelotense já tinha uma trajetória no cenário artístico nacional e morava no Rio de Janeiro. Deste modo, Marina Pires o convidou para ser patrono da escola, desde então, Gotuzzo realizou visitas ao local e em 1955 doou dezesseis obras de sua autoria, com o objetivo de serem utilizadas como modelo para as aulas e para a formação de um museu.

Segundo Raquel Schwonke:

(...) fica claro que o que Leopoldo Gotuzzo doa é muito mais do que simples obras de arte. Cada uma delas representa um período de sua vida, um local, as premiações, erros e acertos, saudades, como ele mesmo diz ao descrever cada uma das obras que incluem esta primeira doação (2018, p. 138).

O pintor, em mais de uma oportunidade, declarou o seu desejo de que através de suas obras doadas fosse criado um Museu, deixando um legado para sua cidade natal. Após a incorporação da EBA pela UFPel em 1973, essas obras passaram ao controle da Universidade. O artista seguiu tendo contato com a então diretora do Instituto de Letras e Artes (ILA), Carmen Lúcia Matzenauer, que reafirmava o esforço

⁹⁹ Definição no Glossário.

para atender ao pedido de Gotuzzo. Contudo, o pintor faleceu em 11 de abril de 1983, três anos antes da inauguração do museu que tanto desejava. Nesse mesmo ano ocorreu uma nova doação de obras e objetos pessoais que estavam no apartamento de Gotuzzo, no Bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, para a universidade. Neste período já ocorria o projeto da Pinacoteca da UFPel, a qual possibilitou a localização e restauração de obras do pintor que estavam em diversos locais da universidade, sendo um dos cernes da criação do Museu. Em novembro de 1986 o MALG é inaugurado, tendo como primeira Chefe Luciana Araújo Renck Reis (SCHWONKE, 2018).

4.3.2 Documentação e Planejamento Institucional

Ao iniciar a análise deste tópico é necessário colocar que a escolha de trabalhar em conjunto os temas gestão, planejamento e institucionalidade do MALG, é motivado pela correlação que estas têm no trabalho prático da administração do museu, mesmo que com dificuldades. É algo esperado em uma gestão museológica, mas também é comum que não ocorra. Há muitas instituições atuando sem dar o devido cuidado com o planejamento de suas ações e com suas relações institucionais fragilizadas. Desta forma, para essa discussão, foi abordada a estrutura de gestão do museu, formada por os núcleos e comissões, a documentação institucional, e a participação de sua Sociedade de Amigos do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (SAMALG).

Segundo o Regimento Interno do museu, a instituição possui como instância superior o seu conselho deliberativo, logo abaixo a direção, e subsequente, os núcleos, que são divididos em Administrativo, de Programação e Curadoria, de Acervo e Reserva técnica, de Documentação e Pesquisa e do Didático-Pedagógico. Sendo que, segundo o diretor do Museu, Lauer Alves Nunes dos Santos, esta estrutura está em fase de implementação, buscando a participação de professores e alunos da Universidade. O modelo é descentralizado e demanda dos servidores iniciativa, sendo que o papel do diretor é de estabelecer diretrizes e orientar as ações, com os setores trabalhando de forma autônoma. Santos salienta que em alguns momentos essa estrutura de trabalho acaba não funcionando como o esperado. Ou por falta de

profissionais capacitados para isso, ou por questões que fogem do alcance da equipe do museu (informação verbal)¹⁰⁰.

Entre esses momentos, o diretor coloca como problemático o Núcleo Didático-Pedagógico, que é chamado pela equipe do Museu de “educativo”. Após a aposentadoria do servidor responsável não houve a reposição do profissional, prejudicando as atividades educativas. Desta forma, Lauer Santos (informação verbal)¹⁰¹ coloca que a solução encontrada foi através dos projetos de professores dos cursos de artes e da museologia. Contudo, existe uma diferença entre um setor que conta com servidores de carreira como responsáveis, e setores que necessitam do engajamento de professores e alunos, pois não há garantia de continuidade das ações. Principalmente, porque, diferente do primeiro caso, o Museu não é a principal atividade dos docentes e discentes.

Já em relação às atividades gerais do Museu, no momento do planejamento das ações de cada ano, o modelo administrativo do MALG facilita a organização, pois já estão estabelecidas as divisões de tarefas na equipe, com cada um sendo responsável pelo seu núcleo. Além disso, segundo a museóloga da instituição, Joana Lizott (informação verbal)¹⁰², os servidores da Universidade são obrigados a elaborar um plano de trabalho anual. No caso dela, são priorizadas as ações com o acervo, como por exemplo, a manutenção do inventário do museu.

Segundo o diretor, esse planejamento ocorre no ano anterior ao da execução, estabelecendo diretrizes e previsões temporais. Contudo, por virtude da paralisação de atividades durante a pandemia de Covid-19, houve um acúmulo de ações e demandas, que na retomada das atividades presenciais, impossibilitou o planejamento prévio, pela urgência da execução das demandas (informação verbal)¹⁰³. O conservador-restaurador da Instituição, Fábio Galli Alves, destaca que existe uma programação prevista e uma realizada. Isso porque, são comuns as

¹⁰⁰ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹⁰¹ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹⁰² Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹⁰³ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

mudanças de datas, inclusão de atividades e emergências, que no caso de Alves, estão relacionadas a ações de restauro e conservação do acervo (informação verbal)¹⁰⁴.

A equipe do museu ainda coloca que é estabelecido no Regimento Interno essa antecipação na elaboração do planejamento anual, nas atribuições do diretor, tendo ainda que ser aprovado pelo conselho do museu. Segundo a museóloga, o desenvolvimento da programação de atividades do museu, principalmente relacionadas a exposições e outros eventos, inicia internamente e avança para o Núcleo de Programação e Curadoria, que é composto pela direção do museu (diretor e vice), um servidor (não é obrigatório), professores do Centro de Artes (convidados) e pelo menos um membro que não está ligado à Universidade. Deste modo, a proposta vai para aprovação do Conselho do Museu. Já a dos outros núcleos é feita pelos servidores, via Cobalto¹⁰⁵ e é aprovada pelo diretor do museu (informação verbal)¹⁰⁶.

Contudo, nenhum destes planos elaborados no museu se configura no que é estabelecido no Estatuto de Museus e por seu decreto de regulamentação como plano anual. Principalmente por não incluir a previsão orçamentária das ações, mesmo que possa ter como parâmetro o Plano Museológico do MALG, como é colocado pelos entrevistados.

Ao relatar a elaboração do Plano Museológico, Joana Lizott coloca que foi o resultado de um trabalho de longo prazo e que retrata um momento de mudança do Museu. Segundo a museóloga, a elaboração e implementação do plano demorou para ocorrer, levando cinco anos ao todo (informação verbal)¹⁰⁷. Seu início se deu a partir do diagnóstico elaborado por ela, passou pela avaliação de uma comissão, que possuíam como integrantes, agentes de outros setores da universidade (informação

¹⁰⁴ Comunicação pessoal concedida por ALVES, Fábio Galli = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual conservador-restaurador do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹⁰⁵ Sistema de cadastro online da Universidade onde estão os dados e por onde é realizado solicitações e matrículas dos discentes, docentes e técnicos da UFPel.

¹⁰⁶ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹⁰⁷ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

verbal)¹⁰⁸. E mesmo sendo um processo lento, foi contínuo e explicitou outras demandas internas latentes no Museu (informação verbal)¹⁰⁹.

Segundo a museóloga, algo que contribuiu para a elaboração do Plano Museológico foi o momento de sua nomeação, no qual o Museu passava pela implementação de seu atual Regimento Interno, que incluía dois artigos sobre o Plano Museológico. Em um deles estabelecia a criação de um comissão para isso, formada por servidores do Museu, permitindo a inclusão de agentes externos. Mesmo assim, apenas em 2018, após a mudança de sede do MALG é que esse colegiado foi formado, com seus trabalhos concluídos no período de fechamento do museu, por virtude da pandemia de Covid-19. Participaram desse processo cinco pessoas, a museóloga, o diretor Prof. Dr. Lauer dos Santos, a diretora-adjunta a prof.^a Dr.^a Mari Lucia Loreto¹¹⁰ e dois convidados externos da instituição e do Centro de Arte, os professores Dr. Diego Ribeiro, do Bacharelado em Museologia, e Dr.^a. Andréa Bachettini, da graduação em Conservação e Restauro, todos da UFPel (informação verbal)¹¹¹.

Uma das bases para a produção do plano foi o Guia de Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos do IBRAM. Foram realizadas reuniões, que incluíram convidados externos ao museu e à comissão. Em cada encontro, foi trabalhado um ponto do documento, sendo o que exigiu mais tempo fora o sobre a missão. Isso porque julgou-se necessária sua reelaboração, deixando-a mais direta, prevendo o estabelecimento da visão e dos valores do MALG. Depois de concluir o trabalho da comissão foi necessário que o conselho do museu e depois o do Centro de Artes o aprovassem, ocorrendo apenas uma adição (informação verbal)¹¹².

Sobre a execução do plano, tanto para o diretor, como para a museóloga, a Pandemia de Covid-19 prejudicou. Joana Lizott acrescenta que, além das dificuldades

¹⁰⁸ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹⁰⁹ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹¹⁰ Que por virtude de sua aposentadoria, deve sua participação abreviada.

¹¹¹ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹¹² Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

inerentes ao período, os cortes feitos pelo governo federal às universidades, que forçaram as instituições de ensino a reduzirem investimentos e seu corpo funcional terceirizado, prejudicou também o funcionamento dos museus. Mas ela também está com expectativa para a renovação do documento em 2023, colocando que, com o MALG tendo maior experiência na elaboração e execução, a tendência é que o processo possa ser mais rápido e mais participativo. Ainda sobre a execução, o diretor também coloca que muitas das ações que englobam o documento são práticas anteriores da instituição e, mesmo em um período com dificuldades, foram realizadas.

Outro elemento importante da gestão do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo é sua SAMALG. O primeiro estatuto do órgão é de 1989, três anos após a criação do museu, demonstrando que logo após a criação do MALG, surgiu a SAMALG. Sendo que, segundo o Conservador-Restaurador do museu, Fábio Alves, sem uma, a outra não existiria. Ou seja, sem o apoio da Sociedade de Amigos, muitas das ações que o Museu realiza não seriam viáveis (informação verbal)¹¹³. Para o diretor, é através de seu órgão de apoio que o Museu acessa recursos que para um órgão público seriam impossíveis. Isso por virtude da menor burocracia e baixa restrição para as compras de materiais e serviços. A museóloga salienta a proximidade da Sociedade de Amigos com a equipe do museu. Algumas gestões acabam sendo mais participativas e outras. Ela recorda o grupo que geriu a SAMALG, anteriormente, e de seu conflito com a direção do MALG, por virtude dos protestos contra a extinção do IBRAM, a qual o Museu aderiu e a direção da Sociedade de Amigos demonstrou insatisfação. Muitos dos membros acabaram se retirando, mas isso não reverberou negativamente na relação com a equipe do Museu, que a SAMALG seguiu apoiando, principalmente através da aquisição de equipamentos e melhorias na sede do Museu com recursos próprios.

4.3.3 Comunicação e Atividades Expográficas

O Museu Leopoldo Gotuzzo atua nas três áreas da Universidade, em projetos de extensão, de ensino e de pesquisa. Mas provavelmente, as ações voltadas ao comunicativo e às exposições sejam as que o museu possui maior demanda. Segundo o diretor do MALG, uma das principais atividades realizadas pela instituição são as

¹¹³ Comunicação pessoal concedida por ALVES, Fábio Galli = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual conservador-restaurador do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

exposições, que incluem as realizadas com seu acervo, ou de outras instituições, além de artistas convidados (informação verbal)¹¹⁴. A museóloga coloca que antes da pandemia o MALG realizava em torno de 15 exposições por ano. Isso está conectado à proposta expográfica da instituição, que trabalha com mostras temporárias, incluindo a da sala do patrono, Leopoldo Gotuzzo (informação verbal)¹¹⁵.

O Cronograma de exposições é feito pelo Núcleo de Programação e Curadoria, que projeta temas e os períodos que ocorreram no ano ou semestre, sendo corriqueiro a mudança de datas. São comuns as situações em que instituições parceiras e/ou artistas divirjam e ocorra mudanças (informação verbal)¹¹⁶. Anteriormente existiam editais para exposições externas, visando garantir espaço para artistas locais. Mas, segundo o diretor do MALG, observando que hoje existem outros lugares que fazem isso na cidade, deixou-se de realizar esse tipo de proposta (informação verbal)¹¹⁷.

Outras ações realizadas pelo Museu são atendimentos a pesquisadores, como alunos de graduação, principalmente da UFPel, e das pós-graduações, que envolve pesquisadores de vários locais do país, cujos trabalhos sejam em torno do acervo ou exposições realizadas pela Instituição, sobre o patrono, entre outros. O Museu promove palestras, seminários, sendo que atualmente em menor frequência, principalmente após a mudança de sede e a perda do espaço de auditório (informação verbal)¹¹⁸. Também são ministradas aulas e cursos dentro do MALG, como a disciplina de Ação Educativa do Curso de Museologia¹¹⁹, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Carla Gastaud, e a cadeira de curadoria ministrada pelo diretor, tanto na graduação como na pós-graduação em Artes.

¹¹⁴ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹¹⁵ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹¹⁶ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹¹⁷ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹¹⁸ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹¹⁹ Segundo o entrevistado, ocorre um tipo de rodízio entre os museus da universidade, que inclui o Museu Carlos Ritter e o Museu do Doce.

Contudo, como coloca o restaurador-conservador do Museu, a ausência do núcleo educativo causou um impacto negativo na participação de grupos escolares, de terceira idade e outros grupos organizados (informação verbal)¹²⁰. Neste pós-pandemia, Lauer Santos está em conversações com duas professoras do Centro de Artes, uma forma de retomada as ações do núcleo, vinculando-as com as exposições, ou seja, para que as ações educativas façam parte do planejamento expositivo do museu (informação verbal)¹²¹.

Mesmo com esse problema, o MALG vem num crescente de público, acompanhado com uma diversificação. Segundo a museóloga, a contagem de frequência de público é baseada no livro de visitação e na contagem visual realizada pelos agentes de portaria. No livro constam entre outros campos o de “Profissão” e “Local”. Portanto, ela conseguia, de forma relativa, a formação e a origem dos visitantes do museu. Deste modo, percebeu que na sede anterior seu público majoritário era de pelotenses e estudantes, seguido de pessoas com formação no ensino superior, com uma média de duas mil visitas por ano. Já na atual sede, que é na frente do Mercado Público de Pelotas, um local ligado mais ao turismo e ao lazer, ocorreu um aumento do número de visitantes com outros perfis, como turistas e sem formação no ensino superior. Mesmo mantendo como majoritário os mesmos segmentos de públicos mais frequentes, houve uma pulverização, crescendo a diversidade. Isso, junto com um crescimento do número do público total. Ela coloca que em cinco meses após a reabertura do MALG, em 2018, foi recebido em torno de oito mil visitantes (informação verbal)¹²².

Desta forma, o MALG, ao mesmo tempo que apresenta uma ampliação de público e uma variedade de exposições, sofre pela falta de profissionais do educativo. Mesmo assim, o Museu é um local que acolhe várias das atividades da Universidade, como aulas e estágios, com ênfase nas exposições, geralmente ligadas a projetos de

¹²⁰ Comunicação pessoal concedida por ALVES, Fábio Galli = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual conservador-restaurador do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹²¹ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹²² Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

extensão. No próximo tópico, se tratará dos recursos humanos, destacando a diminuição na equipe, nestes últimos anos.

4.3.4 Profissionalização

Ao tratar dos recursos humanos do MALG, o que se destaca é a diminuição da equipe nestes últimos anos. O Museu chegou a possuir seis servidores de carreira no seu quadro, sendo atualmente três, sem contar o diretor. Também ocorreu redução dos membros terceirizados, o que forçou o aumento da demanda destinada a cada funcionário. Atualmente, uma servidora se responsabilizou pelo administrativo, enquanto a museóloga e o conservador-restaurador são responsáveis pelas outras ações, que geralmente estão relacionadas ao acervo.

Os terceirizados têm como principais características a inconstância, devido às seguidas reduções, trocas e demissões por conta da empresa. Neste momento a Instituição conta com um agente de portaria de 12 horas, um posto de vigia de 6 horas e outro de 12. Na limpeza, consta uma agente de limpeza e uma banheirista, que são divididas com outros setores da Universidade com sedes próximas. Também tem os indiretos que são os membros do conselho, que mesmo não sendo da equipe, tem poder de deliberação dentro do no museu, sendo o setor com maior hierarquia na instituição. Também tem esporadicamente estagiários e voluntários, geralmente dos cursos de Museologia, Conservação e Restauração e de Artes Visuais, sendo que desde o início da pandemia, o museu não recebeu ninguém (informação verbal)¹²³.

Ou seja, o MALG possui uma equipe qualificada, mas enxuta e que não cobre todas as áreas do Museu. Isso se reflete nos servidores terceirizados, que ao serem reduzidos, também prejudicam a manutenção do serviço prestado pelo MALG, como a redução do horário de atendimento ao público e a disponibilidade para a realização de ações educativas, por exemplo.

4.3.5 Financiamento Institucional

Sobre o financiamento do MALG, como já colocado, não existe qualquer tipo de projeção prévia dos custos de suas operações. Sendo o seu principal financiador a Universidade Federal de Pelotas, que custeia as contas de água, luz, salário dos

¹²³ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

servidores, dos terceirizados além de alguns serviços e produtos necessários para o funcionamento do Museu, via Centro de Artes. Materiais que a UFPel não consegue pagar geralmente são cobertos pela Sociedade de Amigos do museu, como banners, materiais de restauro, ou urgências que surgem na montagem de exposição, ou para sinalização, folders entre outras. A SAMALG tem um aporte limitado, mas possui agilidade na aquisição, algo importante quando se tem prazo curto (informação verbal)¹²⁴.

A museóloga destaca que foi iniciado um processo de previsão de verba pela SAMALG, destinando recursos para as ações do Museu, mas não foi dada continuidade (informação verbal)¹²⁵. Atualmente, o diretor destaca que vem ocorrendo um diálogo com uma produtora cultural, para analisar a alternativa de financiamento das ações do museu através de patrocínio. A iniciativa de discutir essa possibilidade foi dela, colocando que existe o interesse de instituições privadas em financiar atividades do MALG. Contudo, foi necessário regularizar a SAMALG, para que através do órgão de apoio fosse possível contratar a produtora. O primeiro projeto previsto será o de restauro da fachada do Museu. Nesta proposta, se tem a intenção de produzir um material do Museu voltado aos patrocinadores, como contrapartida para ajudar a viabilidade deste recurso (informação verbal)¹²⁶.

Ao mesmo tempo, o conservador-restaurador do Museu colocou que é essencial também reconhecer que muitos dos custeios de um museu são colocados como postos, inerentes, mas não são. Existe alguém que garante o atendimento destas demandas mais gerais. A SAMALG é importante em momentos em que se necessita a aquisição com maior agilidade, ou quando é algo que a Universidade não pode cobrir por causa dos impeditivos legais. Mas quem paga a maioria das contas é

¹²⁴ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG/ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG/ Comunicação pessoal concedida por ALVES, Fábio Galli = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual conservador-restaurador do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹²⁵ Comunicação pessoal concedida por LIZOTT, Joana Soster = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com a atual museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹²⁶ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

o poder público e, independente de alternativas que se encontre, essa é a única fonte que mantém viável o museu (informação verbal)¹²⁷.

4.3.6 Política de Acervo

O último tópico trabalhado sobre o MALG é a gestão do acervo. Sendo o primeiro destaque a falta de uma política de acervos. O conservador-restaurador, por exemplo, colocou que algumas das consequências disto é a falta de padrão no tratamento de algumas tipologias de obras. Quando determinadas tipologias de acervo chegam no museu, muitas não possuem um procedimento determinado, o que causa uma situação de incerteza sobre os processos que devem ser aplicados com esses acervos, perante a estrutura existente do museu (informação verbal)¹²⁸. Segundo a museóloga, o trabalho da comissão de acervo estabelece algumas condições para a aquisição que se enquadram na lei. Mas também sente a falta de uma política formal. O Museu necessita se adequar a alguns tipo de obras, como obras áudio/visuais e de grupos negros e/ou que tragam algum tipo de engajamento social. Há, ainda, a necessidade de rever algumas estruturas das coleções do MALG que não fazem tanto sentido atualmente.

No descarte, segundo o diretor, é onde está a maior dificuldade. Ele coloca que a museóloga vem realizando uma avaliação do acervo e encontrou obras que não eram do Museu, sendo essas de artistas que expuseram no museu e acabaram nunca recolhendo-as. Algumas foram devolvidas, outras já sem essa possibilidade por causa do tempo que estava no Museu, por virtude do falecimento do artista ou algo do gênero. Essas obras acabam sendo incorporadas. Atualmente os técnicos têm sido mais rígidos, estabelecendo procedimentos para a coleta e devolução das obras emprestadas para a realização de exposições, objetivando que esse acervo não fique no museu mais que o tempo necessário (informação verbal)¹²⁹.

¹²⁷ Comunicação pessoal concedida por ALVES, Fábio Galli = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual conservador-restaurador do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹²⁸ Comunicação pessoal concedida por ALVES, Fábio Galli = Entrevista. [out. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual conservador-restaurador do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

¹²⁹ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

Sobre a comissão de acervo, segundo o diretor, é composta atualmente por ele, pela museóloga, por uma professora do Curso de Conservação e Restauro, uma professora que ministra uma cadeira de História da Arte no Centro de Artes, a qual possui uma produção sobre arte em Pelotas importante. Além de outro nome que ele não soube informar no momento da entrevista. Também destacou que a comissão pode dispor de consultores específicos externos para emitir pareceres sobre obras específicas. A comissão trabalha com o que é estabelecido no regimento do Museu e pelo Plano Museológico. O recorte que é priorizado é a obra de Leopoldo Gotuzzo, a Arte feita em Pelotas e Rio Grande do Sul e Arte contemporânea. mas ainda existem situações em que se adquiriu obras fora desse escopo (informação verbal)¹³⁰.

4.4 Museu Histórico Farroupilha

O Museu Histórico Farroupilha (MHF) (Figura 7) é uma instituição museológica vinculada à Secretaria de Estado do Estado do Rio Grande do Sul (SEDAC). Está localizado na cidade de Piratini, dentro do centro histórico. O município está a 100 quilômetros da cidade de Pelotas, a qual é ligada pelas BR 293 e RS 702. Piratini, assim como Pelotas e Rio Grande, integra a sétima região museológica do SEM/RS. A cidade possui dois museus, além do MHF, também tem o Museu Municipal Barbosa Lessa.



Figura 7: Quartel Farroupilha, Sede do Museu Histórico Farroupilha

¹³⁰ Comunicação pessoal concedida por SANTOS, Lauer Alves Nunes dos = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via áudio com o atual diretor do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, MALG.

Fonte: Secretaria de Estado da Cultura/RS

Sobre a análise da instituição, foram abordados aspectos históricos da formação do museu, como o contexto e a intenção por trás de sua criação nos anos de 1950. Além disso, foram analisadas algumas ações e projetos, como o de revitalização em 2002, que previa a reestruturação da instituição e o do restauro do prédio em 2011. Mas o foco principal são os resultados adquiridos através dos dados recolhidos na pesquisa de campo, através de pesquisa documental e da entrevista com a atual diretora, Luiza Rodrigues. Desde modo, o texto é composto por um tópico histórico, Documentação, Planejamento Institucional e Profissionalização, Financiamento Institucional e Política de Acervo.

4.4.1 Histórico

Qualquer relato sobre a formação do Museu Histórico Farroupilha tem como necessidade iniciar pelo surgimento e significado de sua casa/sede, situada no alto de uma colina, ou coxilha, como habitualmente é falado na região sul do estado, na Rua Coronel Pedroso, esquina com a Rua Coronel Bento Gonçalves. O prédio de estilo arquitetônico colonial português é um dos que se impõem no cenário da cidade. Construído em 1819, pertenceu ao Capitão Manoel Gonçalves Meireles e sua Esposa Antônia Meireles, tios de Bento Gonçalves¹³¹. O prédio foi um dos usados pelo governo rebelde, instalado na província de São Pedro do Rio Grande do Sul¹³², nos dois momentos em que Piratini foi capital da República Riograndense, durante a Guerra dos Farrapos (1835 – 1845), como sede do Ministério da Guerra e, a partir de 1837, abrigou a primeira escola pública do governo farrapo. O local foi destinado para o MHF no ano de 1953, quando ocorriam ações do IPHAN e do governo do estado com o intuito de salvaguardar o patrimônio cultural ligado ao período farrapo, que resultou no tombamento da edificação com o nome de “Quartel General Farroupilha”, e mais outros dois prédios¹³³ da cidade, em nível federal. (MEIRA, 2008; LIZOTT, 2011).

¹³¹ Informação retirada do Plano Museológico do MHF.

¹³² Nome do Estado do Rio Grande do Sul, no período imperial Brasileiro.

¹³³ A Casa de Garibaldi e o Palacio Farroupilha, como consta na lista de processos de tombamento do IPHAN, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf> e acesso em: 23 out. 2022

No histórico do Plano Museológico está que o proprietário do prédio, na época, Florisbelo Cândido de Farias, fez a doação ao Governo do Estado. Em 11 de fevereiro de 1953 é promulgado o Decreto Estadual nº 3858, que cria o Museu Histórico Farroupilha. Porém, para estabelecer e gerir o museu, foi enviado o servidor natural da cidade Adão Amaral, que segundo Joana Soster Lizott, organizou o museu com

(...) uma postura de valorização de um passado monumental: o da Guerra dos Farrapos, acontecimento heróico e grandioso, e preservando as relíquias desse passado de glórias, representado principalmente pela imagem do General Bento Gonçalves (LIZOTT, 2011, p. 1436-1437).

A estrutura da instituição seguiu sem grandes alterações após a saída de seu primeiro diretor, que ficou mais de 20 anos no cargo, no final dos anos de 1970, principalmente no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Naquele momento, Angélica Panatieri assume a direção e com a consultoria de Maria Teresa Chaves Custódio, que na época era coordenadora do SEM/RS, promovem um projeto de revitalização. Segundo Custódio (2002), quando assumiu o comando do SEM/RS, a própria iniciou uma série de visitas aos museus administrados pelo Estado. Quando chegou em Piratini, constatou que o MHF sequer tinha uma máquina de escrever.

Na época, a instituição sofria com problemas na salvaguarda do acervo, na expografia e no próprio conceito de sua missão. Custódio destacou que mesmo após 50 anos de fundação o Museu não possuía um documento que formalizasse sua missão. Um das primeiras ações realizadas foram a de promover uma reunião com órgãos como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), professores da UFPel, o poder público municipal, servidores do Museu e dois representantes da comunidade para discutir e elaborar essa definição, e foi decidido que seria: “pesquisar e coletar objetos relativos ao período da Revolução Farroupilha” (CUSTÓDIO, 2002, p.131).

A autora também coloca que foi elaborado um plano de revitalização que incluía a expografia, a documentação, o mobiliário de reserva técnica e expográfico, a documentação museológica e intervenções de profissionais de conservação e restauro em alguns itens do acervo. Aproveitando o edital ProMuseus, lançado pelo governo do Estado em 2002, o Museu submeteu o projeto, sendo contemplado.

Entretanto, vale ressaltar, que o próprio pesquisador já atuou no MHF, entre os anos de 2006 a 2013, em várias funções, como estagiário, voluntário e servidor, podendo colocar que muito pouco do que foi feito naquele período se manteve.

Quando o MHF passou pelo projeto de restauro muitos dos problemas constatados por Maria Teresa Custódio ainda existiam, como dissociação, condições ruins para o acondicionamento do acervo, e o material expográfico defasado e avariado.

No final da década de 2000 e início da de 2010 ocorreu o restauro do prédio, que foi um processo complicado e longo, envolvendo o período de gestão de quatro diferentes diretores¹³⁴. Com a aprovação do projeto na Lei Rouanet a captação dos recursos se estendeu por cerca de 4 anos, numa ação com a participação da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado e da Associação de Amigos do Museu Histórico Farroupilha (AAMHF), em conjunto com a direção da instituição. Em 2010 inicia-se o projeto, com recursos do BNDES e do Banrisul, sendo concluído em 2011. Além da recuperação do prédio foi construído um banheiro para os visitantes, instalado um elevador para cadeirantes e uma plataforma para uma escada interna. Foram abertas entradas que interligam três alas do Museu que eram isoladas uma das outras¹³⁵. Contudo, uma das marcas do MHF é a descontinuidade dos trabalhos e a falta de manutenção das melhorias adquiridas ao passar dos anos, que serão percebidos durante a análise da pesquisa de campo no museu.

4.4.2 Documentação Institucional, Planejamento e Profissionalização

Ao analisar a documentação institucional e de gestão do Museu Histórico Farroupilha pode-se inferir os efeitos de uma instituição que não possui um corpo técnico efetivo/permanente que dê continuidade ao trabalho interno. Em um diagnóstico feito no MHF foram identificados alguns problemas na documentação, como a desatualização do Regimento Interno da instituição, falta de um plano de segurança e a validação do Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI). O próprio Plano Museológico, o qual está a informação, não foi concluído e implementado na época de realização da pesquisa¹³⁶. Também é colocada a ausência de um conselho consultivo.

Segundo Luiza Rodriguez, atual diretora do MHF, o trabalho de elaboração do Plano Museológico estava sendo realizado pela ex-diretora da instituição Franciele Domingues, a diretora do Museu Júlio de Castilhos, Doris Couto, além de outros

¹³⁴ Sendo que três, na mesma gestão do Governo do Estado.

¹³⁵ Informação extraída do histórico do Museu no Plano Museológico e da experiência profissional do pesquisador, como voluntário, estagiário e servidor, entre os anos de 2006 e 2013.

¹³⁶ A direção do MHF cedeu para a pesquisa a matriz do Plano Museológico.

servidores da SEDAC, incluindo a Secretária de Cultura Beatriz Araújo. Contudo, como na época da entrevista era recente a nomeação de Rodriguez para o cargo de direção do museu, ainda não estava totalmente inteirada sobre a produção do documento. Mas colocou que o período eleitoral tinha interrompido o processo, e que a previsão de conclusão do plano era o final do ano de 2022 (Informação verbal)¹³⁷.

É possível perceber a importância das interferências da SEDAC no trabalho realizado no MHF, com várias decisões sendo tomadas em Porto Alegre. Isso pode significar que a secretaria atua centralizando em si todas as decisões de seus entes. Ou por necessidade, por virtude da renovação da direção e ausência de uma equipe técnica permanente no museu, auxiliar a coordenação do Museu, para viabilizar a continuidade no trabalho interno.

O Museu Histórico Farroupilha teve em seus quadros servidores de carreira desde sua fundação até o início do governo de Alceu Collares (1991-1994). Neste período, o MHF teve na Direção Adão Amaral, por mais de vinte anos, logo após, servidores da educação, cedidos à pasta da cultura do Estado, geralmente, para a direção. Mas quando Collares assumiu como governador do Rio Grande do Sul, uma de suas medidas foi o retorno de todos os professores que estavam em outros setores para as salas de aula. Isso significou um desmonte das equipes dos museus geridos pelo Estado, incluindo o MHF, sem que ocorresse uma reposição de pessoal¹³⁸. Desde então, o quadro de funcionários do Museu é composto por um servidor público de nomeação e exoneração livre¹³⁹, ou seja, que não prestou concurso público, na direção; estagiários, que em alguns momentos eram estudantes do ensino superior, outros, de ensino médio; e terceirizados para os serviços gerais e segurança do museu. Em apenas duas oportunidades, um servidor de carreira assumiu posição na equipe de museu, mas sempre na direção, nunca em setores técnicos.

Entretanto, deve se colocar que houve gestões do MHF com maior participação da Secretaria da Cultura do Estado, como também houve direções mais independentes. Além disso, o simples fato de ter servidores de carreira na instituição não necessariamente impede ou justifica uma atuação mais próxima da SEDAC no museu, e que não ocorra descontinuidades no trabalho realizado no museu. O que se

¹³⁷ Comunicação pessoal concedida por RODRIGUEZ, Luiza de Lima = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Histórico Farroupilha, MHF.

¹³⁸ Como colocado no tópico 2.3.2 da dissertação.

¹³⁹ São os Cargos Comissionados (CCs).

coloca é que uma equipe permanente possibilita que o trabalho e ritos internos continuem, independentemente de haver a troca ou não no comando do Museu. Desta forma, quem assumir a direção do museu, pode ter um respaldo de um corpo técnico, que no momento o MHF não possui.

No Plano Museológico da instituição é previsto o quadro de pessoal necessário para funcionamento do Museu, que inclui um museólogo, um pedagogo e um auxiliar administrativo. Contudo, no ano de 2022, a SEDAC fez o terceiro concurso público de sua história. Seguindo a tendência dos processos anteriores, como já colocado no segundo capítulo, não foram previstos os cargos que constam no documento do Museu. E se for salientado o período entre os concursos, que é superior a 10 anos, pode se presumir que é pequena a possibilidade destas metas do plano serem alcançadas em médio prazo. Por outro lado, pode reforçar o argumento para ampliação dos cargos da e a inclusão destas profissões nos quadros da SEDAC.

Sobre o planejamento da instituição, pelo menos no que consta das atividades comunicativas, principalmente eventos, a diretora colocou que segue o calendário do Estado, que possui datas pré-determinadas. Com a organização iniciando no começo do ano, através de reuniões entre a Secretaria de Cultura e os coordenadores de todos os museus que estão sob sua administração. Luiza Rodrigues ainda complementa, que por virtude da distância entre Piratini e Porto Alegre, acaba participando por videoconferência, reduzindo os gastos de viagem e o tempo perdido no deslocamento. (Informação verbal)¹⁴⁰.

Já as atividades técnicas não entram neste planejamento, por causa do colocado neste tópico, a falta de corpo técnico efetivo e permanente. Mesmo assim, ocorreram melhorias nos espaços expográficos e de guarda, com auxílio de diretores de outros museus da SEDAC que possuem formação na área de museologia. Mas esse trabalho corre o mesmo risco já colocado no texto, que é a falta de profissionais que deem continuidade e manutenção ao que é feito no museu, considerando que em outros momentos já houve avanços similares, que se perderam com o tempo, entre eles, as melhorias na acessibilidade de locomoção, que ocorreu no restauro de 2011.

Segundo a Diretora, é recente a recuperação do elevador para cadeirante, que passou alguns anos inativo, por falta de manutenção. Isso demonstra a inconstância

¹⁴⁰ Comunicação pessoal concedida por RODRIGUEZ, Luiza de Lima = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Histórico Farroupilha, MHF.

do trabalho operacional do museu, trazendo resultados temerários a instituição, colocando em risco o seu acervo e sua operacionalidade (Informação verbal)¹⁴¹.

4.4.3 Financiamento Institucional

O financiamento do MHF em alguns pontos não diverge da maioria dos museus no país. No diagnóstico do Plano Museológico é colocado como um dos pontos negativos a falta de recursos, pois não há qualquer destinação, rubrica, da Secretaria de Cultura de valor específico para o Museu Histórico Farroupilha. Em outras questões, mesmo que de forma inconstante, o Museu apresenta uma situação melhor. Tem uma associação de amigos, a qual já auxiliou o Museu na obtenção de financiamento para projetos, como o do restauro do museu. Além de outras fontes de recursos os quais o MHF utilizou nos últimos anos.

Segundo Luiza Rodrigues, todos os custos do Museu são de responsabilidade da SEDAC. O que inclui contas básicas, como água, luz, internet, salários. Sendo que, quando ocorre a aquisição de algum material ou serviço pedido pelo Museu é pago para a Secretaria, a instituição não se envolve em qualquer etapa de pagamento, sendo a sua mantenedora que realiza todo o processo. A diretora ainda complementa, dizendo que a forma pela qual dispõem de recursos financeiros diretos é através da loja do museu e da associação de amigos, suprimindo gastos eventuais do MHF (Informação verbal)¹⁴².

Através da Associação dos Amigos do Museu Histórico Farroupilha (AAMHF) o Museu já acessou volumes maiores de recursos, mesmo que de forma indireta, como por exemplo, o restauro do prédio do museu, como já comentado. A associação foi a proponente do projeto e através dela o MHF recebeu o patrocínio do BNDES e Banrisul. Outro momento foi quando o museu fez a parceria com a Cutelaria D'Avila para a criação de um produto para venda, "Faca da Linha Farroupilha", o qual o MHF recebeu partes do lote para venda. Outra fonte explorada pela instituição foram as emendas parlamentares. Foi desta forma que o Museu Histórico Farroupilha adquiriu

¹⁴¹ Comunicação pessoal concedida por RODRIGUEZ, Luiza de Lima = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Histórico Farroupilha, MHF.

¹⁴² Comunicação pessoal concedida por RODRIGUEZ, Luiza de Lima = Entrevista. [ago. 2022]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Pelotas, 2022. A entrevista foi realizada via videoconferência com a atual diretora do Museu Histórico Farroupilha, MHF.

equipamentos de segurança e mobiliário expográfico. Além disso, a direção planeja utilizar esse método para a realização de reparos internos do prédio.

4.4.4 Política de Acervo

Sobre a gestão do acervo do MHF, a instituição não possui uma política formal de acervo ou de aquisição e descarte. Como colocado sobre a formação do museu e de seu acervo, no Plano Museológico da instituição e por Joana Lizott (2011), ocorreu através de doações da comunidade piratinense e região, o que contribuiu para que a população criasse um vínculo com o Museu. A exposição que fora montada até o início dos anos 2000 dava mais protagonismo à memória da cidade do que à Guerra dos Farrapos. Quando ocorreu o projeto de 2002 e o MHF se voltou mais para a temática para a qual foi criado, ocorreu um abalo neste sentimento. Contudo, pela complexidade do tema, e até pela mudança de relação da comunidade com o Museu, necessitaria de um foco e de uma metodologia divergentes da proposta desta pesquisa, que propõem uma visão geral e atual. O texto se voltará mais às questões técnicas, principalmente voltadas à documentação museológica. Mas o tema pode ser algo muito interessante e importante para o MHF, para compreender seu real alcance com sua comunidade local e quais políticas deve adotar. O que também serve para as outras três instituições estudadas nesta pesquisa.

Desta forma, voltando-se à documentação museológica do Museu Histórico Farroupilha, é percebido a existência de dois livros tombos¹⁴³, sendo que, por experiência de caso, o primeiro se assemelha a um diário de campo de Adão Amaral, no qual o antigo diretor relatava quantos objetos, onde e com quem eram coletados. Já o segundo livro, segue um formato mais semelhante ao de um inventário, ou seja, uma lista com os itens, junto com alguns dados sobre as peças.

Segundo o diagnóstico do Plano Museológico, o acervo sofre com falta de uma definição de critérios para a aquisição e descarte. É colocado que as fichas catalográficas propiciam a dissociação dos objetos, por dificultar o vínculo do documento com o item, pela falta de elementos de identificação. Desta forma, podendo ser considerado que o museu acumula, mas não faz a salvaguarda dos objetos, ao dificultar o acesso à informação.

¹⁴³ Informação retirada do Plano Museológico do MHF.

Sobre a conservação, o Museu possui um manual de autoria de Andréa Lacerda Bachettini e Naida Maria Vieira Corrêa, elaborado em 2011. Além disso, a diretora do Museu Júlio de Castilhos, Doris Couto, proporcionou uma formação para a equipe do MHF de produção de embalagens e acondicionamento dos objetos. Mas isso novamente esbarra na falta de equipe permanente do Museu, pois muitos dos que lá trabalham e auxiliam com o acervo são estagiários, e quando acaba o seu período vão embora sem necessariamente passar a informação para o próximo a assumir a vaga. E o mais importante, não existe um responsável com conhecimento técnico para dar esse suporte, dependendo sempre dessas ações pontuais, de formação.

É visível que o principal problema do MHF é a falta de uma equipe com servidores fixos, que de forma ideal, tenham o conhecimento técnico necessário para gerir o museu e seu acervo. Desta forma, a cada mudança de Governo no Estado, trocam-se quase todos os integrantes do quadro funcional do Museu e deste modo, por pessoas que na maioria dos casos, desconhecem os procedimentos técnicos aplicados. Sendo que a própria troca de direção, ocorre sem um servidor que possa auxiliar na transição, impedindo que ocorra algo que segundo Waldisa Guarnieri (2010) é indispensável para o bom funcionamento dos museus, que é a continuidade de suas políticas, independente das gestões que passem pelas instituições. Desta forma, o MHF, independente das ações realizadas, está sempre com os mesmos problemas, com a mesma gravidade.

4.5 Análise comparativa dos museus observados

O trabalho de campo apresentou várias similaridades entre as quatro instituições pesquisadas, tanto nos problemas encontrados para a realização de suas atividades e manutenção, como em algumas soluções. Além disso, puderam ser averiguadas algumas distinções em suas práticas que levaram a resultados distintos.

Entre os maiores percalços estão os financeiros e o de planejamento, sendo que estes têm a mesma origem. Os maiores avanços percebidos foram em relação com suas Associações de Amigos, que demonstraram proporcionar benesses, mesmo em situações conflitantes, mostrando que essas cumprem sua função de apoio aos museus. Por outro lado, também foram encontradas particularidades que podem apontar caminhos possíveis para a maior instrumentalização das instituições ou que

podem não contribuir para alcançar os resultados desejados por uma instituição museológica.

Esta análise foi subdividida em tópicos, que foram os mesmos utilizados no subcapítulo 3.2, como: Documentação Institucional, Política de Acervo, Planejamento Institucional, Financiamento dos Museus e Associações de Amigos e Profissionalização. Tendo o objetivo de realizar uma análise comparativa entre os museus pesquisados.

4.5.1. Documentação Institucional

Para esta pesquisa, foram considerados documentos institucionais o Ato de Criação e o Regimento Interno. De todos os museus pesquisados, o único que não foi encontrado o documento de sua criação foi o MALG. Essa questão não repercutiu neste trabalho, o que pode ser resultado de um Regimento Interno bem definido, que estabelece de forma satisfatória a estrutura e funções do Museu e sua colocação dentro da universidade. Ainda assim, faz desta uma situação, no mínimo, estranha.

Por outro lado, a questão do ato de criação foi peça central do trabalho realizado sobre o MMPB. O “Museu da Baronesa”, como já colocado, possui um decreto municipal que registra sua criação em 1992, dez anos após sua abertura. Contudo, o instrumento utilizado para isso, é contestado por parte da procuradoria do município. Em combinação com outras questões, esse problema travou o processo de adequação da documentação da instituição às exigências da lei. Mas se for observado o artigo 8º e no inciso 2º do mesmo artigo, da lei do Estatuto de Museus, coloca que a criação de qualquer museu necessita ser feita por meio de um documento público, registrado em órgão competente do poder público. No artigo não é definido qual tipo de registro é esse. O decreto de criação do MMPB atende a todos os requisitos postos pela lei, o que pode indicar o desconhecimento e a falta de diálogo de setores do poder público em torno da legislação e do setor de museus. Mas o que deixa a situação do museu municipal de Pelotas incompreensível, é o fato de existirem pareceres conflitantes, sendo que o segundo parecer, coloca que é válido o decreto de criação da instituição.

Sobre os Regimentos Internos, apenas duas instituições apresentam esse instrumento ativo. O Museu Cidade do Rio Grande e o MALG. O Museu Histórico Farroupilha possui um documento, dos anos de 1980. Mas este regimento está

incompleto, com várias lacunas não preenchidas em seus artigos e parágrafos. Também não consta se ele é uma lei ou decreto estadual ou uma portaria da SEDAC, no Plano Museológico¹⁴⁴ da instituição está como uma das metas, a elaboração de outro Regimento Interno, em substituição ao atual¹⁴⁵.

Já o MMPB, não possui o seu, por virtude do problema já colocado, que impediu a tramitação de seu Regimento Interno, na Câmara Municipal de Pelotas. Sendo que é visível a diferença entre as instituições que possuem e as que não. Os dois museus melhores estruturados internamente são o MALG e o MCRG, tendo destaque a instituição museológica de Pelotas, que é a única que possui Plano Museológico, Conselho Gestor, Comissão de Acervo, Setor de Curadoria etc., já estabelecido no seu regramento, com funções e delimitações. O MHF e o MMPB não possuem esses instrumentos e comissões.

4.5.2. Política de Acervo

Sobre a Política de acervo, apenas um museu possui o seu, o MCRG. A elaboração deste instrumento ocorreu num processo de reestruturação interno e de restauro de sua sede. Neste período, o Museu estava de portas fechadas e a diretora da época focou esforços para a elaboração de uma série de documentos que seriam utilizados para estabelecer os instrumentos de gestão existentes atualmente na instituição. Esse período foi muito relevante e marca importância daquele momento no MCRG, pois um dos poucos documentos que não foram elaborados naquela época, foi o Plano Museológico, o qual, até hoje, a instituição não possui.

Entre os outros três museus, nas entrevistas e nas pesquisas documentais, foram colocadas suas dificuldades em relação à gestão de seus acervos. No caso do MMPB, entre outras questões, a mais grave é a situação de posse de boa parte de seus bens culturais. Isto porque itens de seu acervo foram incorporados na instituição por comodato. O que causa insegurança em torno da posse dos objetos, pois estes estão apenas como empréstimos feitos ao Museu. Como já colocado, a diretora revelou que já tentou resolver a situação, mas não conseguiu dos concedentes¹⁴⁶ a doação definitiva, nem a devolução dos objetos.

¹⁴⁴ Que ainda está em fase de elaboração.

¹⁴⁵ Pelo que é apresentado, esse Regimento Interno do MHF nunca foi oficializado e implementado de fato.

¹⁴⁶ A pessoa que concede, ou seja, a que empresta o item.

Já a situação do MHF, como do Museu da Baronesa, é estabelecida na sua criação. O Museu surgiu em um movimento de preservação da cultura gaúcha e do patrimônio vinculado à Guerra dos Farrapos. Mas o modo como seu acervo foi formado, através de coletas feitas por seu primeiro diretor, Adão Amaral, no interior de Piratini e arredores, fez com que o perfil dos objetos tivessem relação com a história da cidade. Na década de 2000, o Museu oficializa sua missão, reforçando seu objetivo de valorização da era farroupilha no Estado. Mas seu acervo tem pouca relação com esse período, o que fez que boa parte fosse retirado de exposição, fazendo que parte dos objetos ficasse guardado em espaços não adaptados para se transformarem em reserva técnica, colocando em risco os bens culturais da instituição.

No do MALG, seu questionamento se volta para a contemporaneidade. Os técnicos do museu colocaram sua dificuldade no registro do acervo ligado à arte contemporânea, o que exige deles um estudo de cada caso de incorporação, o que aumenta o tempo gasto no processo de musealização das obras desse tipo e causa acúmulo de demanda. Para eles, seria necessário estabelecer procedimentos para agilizar o processo, além de estabelecer quais obras realmente interessam a instituição, definindo quais lacunas dentro do campo artístico o MALG não atende e necessitaria atender.

As três situações demonstram algo colocado por Bittencourt, Fernandes e Tostes (1995) e o que resulta, de que todo museu possui uma Política de Aquisição¹⁴⁷, formal ou não, que são influenciadas por sua época e pela política adotada por seu diretor, período e equipe técnica. Mas quando essa política é informal, pode resultar numa maleabilidade do acervo que desconfigura a missão e objetivos da instituição, causando acúmulo, que podem dificultar a preservação e a pesquisa, fazendo da instituição, o que Andreas Huyssen (1996) define de mausoléu de objetos. Fazendo dos museus um local para depósito de artefatos que perderam sua função ou interesse e que são aceitos pelas direções sem seguir um critério que defina o porquê de sua incorporação, além do interesse de suas coordenações. O que pode fazer com que as instituições se tornem desinteressantes, que não dialogam com sua comunidade e visitantes, tampouco os representam. Sendo apenas um acúmulo de curiosidades e de objetos que perderam sua função e o interesse de seus proprietários.

¹⁴⁷ E aqui, ampliamos para a Política de Acervo, que engloba aquisição e descarte, além de outros elementos da Gestão de Acervo

4.5.3. Planejamento Institucional

Sobre o planejamento, as instituições priorizam as ações comunicativas e expositivas, em detrimento das técnicas, geralmente sem o estabelecimento de objetivos e metas. Essas programações não se configuram como planos anuais, como definido no Estatuto de Museus, tendo entre suas características, não ser um documento com acesso público, não inclui a previsão de gastos, e muitas vezes não tem como base um Plano Museológico. O principal motivo desta situação é o fato de que entre os quatro museus pesquisados, apenas o MALG possui esse instrumento de planejamento, e mesmo assim não elabora um Plano Anual, como estabelecido pelo Estatuto de Museus. Nas entrevistas, dirigentes e trabalhadores das outras instituições revelaram que o documento¹⁴⁸ está na fase de elaboração. Mas cada uma apresenta uma situação própria, sendo a mais preocupante a do MMPB, pois mesmo após a conclusão da elaboração de seu plano, não conseguiu aprová-lo na câmara de vereadores de Pelotas por causa de indefinições criadas pela própria prefeitura, o que demonstra um afastamento do olhar do poder central do município, com a instituição. Isso traz prejuízo para o museu, sem projetar possíveis soluções e ignorando os apelos da direção e equipe, como se pode perceber no caso da Casa Azul e da interpretação dupla sobre a legalidade do seu decreto de criação. No caso do MHF e do MCRG, as instituições estão com seus planos em fase de elaboração, mas com prazos muito esparsos para a conclusão, sendo que no caso do Museu da Cidade de Rio Grande não foi obtido o acesso ao material produzido.

A falta de um Plano Museólogo e de um planejamento anual, que priorize as demandas já estabelecidas e metas que devem ser alcançadas, faz com que as instituições realizem atividades com pouco alcance e com resultados ínfimos. Além disso, como colocam Stuart Davis (2001) e Maria Célia Santos (2010), o mais importante da elaboração de um plano não é o documento em si, mas sim a chance de realizar uma autoanálise da instituição e o crescimento que isso pode trazer aos membros da equipe. No qual pode se passar a compreender melhor a importância e quais demandas devem ser atendidas pela instituição, perante a comunidade. Desta forma, realizando ações que possam trazer resultados, justificando a existência do próprio museu. Maria Célia Santos (2010) define esse momento como pedagógico e

¹⁴⁸ Plano Museológico.

humano, pois além de ser algo instrutivo para a própria equipe do museu, incrementa as relações entre os profissionais e a sociedade a qual a instituição serve.

4.5.4. Financiamento dos museus e as Associações de Amigos

Sobre o financiamento dos museus, o principal problema é a falta de planejamento. As quatro instituições não elaboram estimativas de seus gastos. O que não permite determinar quais serão os recursos necessários para manter em funcionamento os museus. Apesar de ser uma das reclamações mais comuns, a falta de recursos, dificilmente um gestor saberia dizer qual valor necessitaria e como seria gasto. São, portanto, comuns a busca dos orçamentos já no momento da execução da atividade, ou na véspera. Essa prática é destacada por autoras como Manuelina Cândido (2013) e Ana Silvia Bloise (2011), sobre o modo como é realizado o planejamento nos museus, que não inclui os custos das atividades. Em três das quatro instituições, ocorre a elaboração de uma programação anual no início do ano de execução das atividades ou no final do anterior, sem prever o custo das ações¹⁴⁹. Isso pode inviabilizar qualquer pedido de verba a seus mantenedores, pelo simples fato de não se ter o conhecimento do valor necessário, nem o real objetivo do gasto¹⁵⁰.

Um parceiro que se demonstrou importante para os museus, para superar a ausência de recursos foram suas Associações de Amigos. Das quatro instituições, só o MCRG não possui. Neste caso esse tipo de ente não se faz necessário, pois, o Museu é administrado por uma Fundação, que pode realizar as atividades que geralmente são das associações, como administrar a loja do Museu, mesmo sendo seu mantenedor¹⁵¹. Além de captar recursos através da comercialização de produtos que usam a imagem do museu e de seu acervo, as Associações podem obter subsídios através de patrocínio, lei de incentivo à cultura ou participar de editais de financiamento, com uma carga burocrática menor que um ente público. E cobrar mensalidades de seus membros. Os gestores e funcionários das outras três

¹⁴⁹ A quarta não faz planejamento anual.

¹⁵⁰ Justificativa, metas e resultados, por exemplo.

¹⁵¹ Mesmo a FCRG sendo um órgão filantrópico, ou seja, que não pode gerar lucro, ela pode criar distintas formas de receita, incluindo a comercialização de produtos, para financiar suas operações. Algo que não é permitido a órgãos ligados a administração direta do poder público e as suas autarquias, que dependem da arrecadação de impostos para seu financiamento. Como é o caso dos mantenedores das outras três instituições.

instituições relatam a importância desses órgãos de apoio, pois através deles é que conseguem dinheiro para a realização das ações.

Além disso, tem o caso do MHF que teve o prédio de sua sede restaurado através da Lei de Incentivo à Cultura¹⁵², captada pela AAMHF. No caso do MALG, a direção projeta ações de restauro da fachada de seu prédio e de outras dependências da mesma maneira, através da SAMALG. Mesmo que ainda seja um instrumento muito pouco utilizado, as instituições pesquisadas são exemplos de quais resultados podem ser alcançados através de uma Associação de Amigos.

4.5.5. Profissionalização

Outro ponto de destaque neste trabalho está relacionado à formação das equipes de trabalhos dos museus, que sofreram reduções nos últimos anos. Como no caso do MALG e do MMPB, que em poucos anos tiveram a perda de 50% ou mais de seus corpos funcionais. O Museu da Baronesa, que chegou a ter 13 servidores, hoje possui apenas três. Já o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, de seis servidores técnicos concursados, passou para três.

O MHF, a questão ainda é mais grave, pois o museu não possui servidores de carreira, o que resulta na mudança de toda a equipe a cada início de governo, sendo que por virtude da instabilidade dos cargos, em alguns casos, a troca acaba ocorrendo antes. Nos últimos anos, a única diretora que se manteve nos quatro anos de governo, coordenando o museu foi Angélica Panatieri, entre os anos de 2011 e 2014, na gestão de Tarso Genro. Contudo, o caso de Panatieri é diferenciado, já que ela é servidora de carreira do Estado, ocupando o cargo de professora, o que lhe conferia estabilidade no emprego público. Já o Museu da Cidade de Rio Grande possui funcionários com distintas formações, que inclui uma museóloga, um geógrafo, uma historiadora, entre outros. Mas na identificação dos cargos, todos estão como auxiliares administrativos ou de recepção.

Assim, as instituições pesquisadas apresentaram equipes incompletas, que sofreram redução com o passar do tempo. O cenário encontrado no MHF, em Piratini, é comum nos museus administrados por municípios pequenos, com equipes reduzidas em um ou dois integrantes, que em muitos casos são servidores comissionados e/ou estagiários, que não possuem estabilidade e, em muitos casos,

¹⁵² Lei federal nº 8.313/1991, conhecida como “Lei Rouanet”.

sem conhecimento técnico. O que faz que essas instituições sejam administradas de forma instintiva, com falta de perspectiva de melhoria e continuidade de qualquer projeto a longo prazo. O que resulta em museus que simplesmente existem, sem de fato se basearem em uma missão e no estabelecimento de projetos e metas. O que resulta em instituições que não buscam alcançar resultados e planejar suas ações dentro de um plano maior e de longo prazo.

Deste modo, pode-se observar a falta de instrumentalização, de profissionais e de planejamento nas quatro instituições, o que se apresenta em graus e resultados distintos. Mas, numa visão geral, se observa um cenário que vai ao encontro do trabalhado na literatura da área museológica usado como base para essa pesquisa e as experiências do próprio autor. Isso porque, os museus observados, em alguma medida, possuem práticas afastadas do que é estabelecido no campo museológico e/ou na Lei do Estatuto de Museus. O que pode explicar os problemas citados aqui em relação às suas gestões institucionais e de acervo, no âmbito financeiro e de representatividade perante suas comunidades.

4.6 Insurgência Pedagógica

O último ponto deste capítulo tem como propósito refletir sobre as principais consequências e implicações causadas e/ou causadoras dos problemas encontrados nos museus que foram apresentados na pesquisa. A escolha do título¹⁵³, vem da necessidade de expor de forma crítica as consequências da falta de políticas públicas locais voltadas aos museus. Trata-se de uma visão que se rebela contra o atual cenário museológico sul-rio-grandense, sem deixar de ponderar sobre os meios necessários para reverter essa situação.

Como colocado na conclusão do tópico anterior, o principal problema das gestões das instituições museológicas é seu distanciamento das práticas museológicas. Por consequência, é resultado da falta de pessoal com capacitação técnica para estabelecer esses métodos. Um déficit que não se resume apenas aos museólogos. Quando se coloca aqui a falta de equipe, significa a ausência de outros profissionais também.

¹⁵³ Proposto pelos orientadores da pesquisa, após o uso do termo por uma das professoras que compunham a banca de avaliação na defesa desta dissertação.

Uma das características comuns das equipes de museus no interior do estado, principalmente em museus municipais, é a carência ou o número reduzido de funcionários de carreira. Muitas instituições são compostas exclusivamente ou majoritariamente por funcionários em cargos comissionados, ou seja, indicação política. Isso resulta na nomeação de profissionais sem qualificação para a função, vinculado a uma visão limitada dos gestores públicos sobre as funções de um museu. Em outras palavras, resulta no uso das instituições museológicas como locais para empregar apadrinhados, desconsiderando sua função primária de órgãos de guarda, promoção e valorização do patrimônio cultural de suas localidades.

Além do risco ao acervo, sem o cuidado técnico necessário, essa situação afeta os demais museus, pois prejudica todo o setor que se vê reduzido de representação e de força política. Visto que esses indivíduos se eximem de se inteirar e participar das discussões promovidas pelos trabalhadores e agentes políticos do setor de museus, focados nos compromissos com os que nomeiam para o cargo.

Esta situação pode ser observada nas coordenações das regiões museológicas do SEM/RS e nas representações no Colegiado Setorial de Museus do RS, instâncias de discussão, assessoramento e construção de políticas públicas. A renovação sempre ocorre de forma lenta e custosa, resultado da falta de pessoas que se proponham a ocupar esses postos. Seguidamente uma região museológica fica sem representante, e em muitos casos, quando a têm, nem sempre participa de reuniões ou chama os trabalhadores dos museus de sua região para ampliar as discussões. Um reflexo do fato do grande número de dirigentes que estão ocupando os cargos apenas por uma circunstância político-partidária, sem ter qualquer vínculo ou conhecimento do setor museológico. Sendo que em muitos casos, essas instituições possuem apenas o coordenador e, quando muito, um funcionário ou um estagiário.

Isso acaba contribuindo para o enfraquecimento do setor de museus, resultando na redução no número de editais, na ausência de políticas públicas e por fim, na precarização das instituições e degradação dos acervos. O que significa que o patrimônio cultural, que pertence à população, não só cai no esquecimento, como também corre o risco de desaparecer, resultado da deterioração e descaracterização do patrimônio cultural, por causa do abandono e ausência de práticas de preservação e difusão.

As quatro instituições que foram objeto da pesquisa estão em uma melhor situação estrutural e de recursos em relação à maioria das que compõem a 7ª Região.

Sendo que em muitos momentos, esses museus são referências para visitantes, trabalhadores, pesquisadores, coordenadores e equipes de outras instituições da região. O cenário que é descrito neste tópico é muito mais profundo e amplo, visto que museus como o MHF e o MMPB, apesar de estarem em uma situação delicada, seguidamente recebem algum tipo de investimento, por intermédio de projetos de restauro e modernização. Mas esses recursos são muitas vezes inacessíveis à maior parcela dos museus do estado, não raro em razão do desconhecimento dos seus dirigentes. Quando não pela incapacidade de compreender quais são as reais demandas, produzindo projetos que mesmo vencedores de editais e prêmios, não resolvem qualquer problema da instituição e nem causam impacto social.

Portanto, é urgente a profissionalização das práticas em museus, através da contratação de indivíduos com formação adequada para tal. Pois são esses profissionais que saberão analisar e definir as prioridades, metas, estratégias e executar os projetos. Já passou da hora dos mantenedores, sendo setor público ou privado, se responsabilizarem e cumprirem suas obrigações legais com os espaços museológicos, ofertando o necessário para possibilitar práticas alinhadas a uma política institucional na qual os museus poderão provocar a participação da sociedade, contribuindo assim para a produção de um cenário no qual possam realmente servir às suas comunidades, de forma relevante e efetiva. Quem sabe, até de uma forma insurgente e pedagógica.

5. Considerações Finais

Antes de chegar nos principais pontos deste último tópico da dissertação, vale ressaltar o verdadeiro motivo deste trabalho, que não se propõe a fazer uma radiografia dos museus do Estado, muito menos decretar a falha ou sucesso da legislação e/ou das administrações dos museus.

Por virtude da quantidade e multiplicidade, como coloca Manuelina Cândido (2013), cada museu seguirá um modelo próprio para sua administração, fazendo desta discussão uma maneira de refletir sobre as leis e as políticas do setor de museus, focando principalmente no Estatuto de Museus, e seu relacionamento com as instituições, tanto em suas inconsistências como em suas aptidões. Como já dito nos capítulos anteriores, a proposta da lei 11.904 de 2009 é trazer uma base para as gestões das instituições museológicas, estabelecendo condições mínimas com o objetivo de superar as dificuldades históricas dos museus, como a falta de recursos, as equipes pequenas, a falta de planejamento entre outras, visando um museu cidadão, que não se feche em si e nas práticas técnicas, e que não esteja cego aos anseios da sociedade. Fazer dos espaços museológicos locais para o debate e reflexão das tensões sociais, um museu que acolhe, mas que também coloque dúvidas e inquietações ao seu visitante. Um museu que assume seu compromisso como fomentador econômico, mas sem se vender a uma lógica de mercado. Ou seja, um museu integrado à sociedade.

Por isso, as críticas e propostas neste trabalho não são voltadas apenas aos quatro museus nos quais foram feitos os estudos de casos, mas para qualquer instituição, gestor ou trabalhador que tenha acesso a esta dissertação e ache válida para seu contexto, o que inclui o próprio pesquisador e a instituição na qual trabalha. Ao olhar as instituições que serviram de modelo para esta pesquisa, o autor acabou vendo sua própria atuação e de seus colegas, o que faz desta reflexão, um ato de autocrítica também.

Para responder à questão motivadora deste trabalho, da relação entre as formas de gestão das instituições museológicas com o Estatuto de Museus, inicialmente optou-se por discutir sobre a própria formação do setor de museus e por consequência, de suas legislações e políticas. O atual momento e estrutura existente no setor museológico brasileiro é o resultado de uma construção que ocorreu durante

o século XX e início do de XXI, como está explicitado no capítulo 2. Ao revisar esses períodos, é possível ver como os conceitos dentro da matéria da Museologia foram se modificando, porém, ainda existe um descompasso com as práticas cotidianas dos museus. A visão conservadora e limitada defendida por Gustavo Barroso nunca abandonou as instituições, sendo essas ideias as que regem a formação de acervos e exposições no país, em muitos casos.

Também é inegável a importância do que foi construído no setor brasileiro de museus, mesmo sofrendo com a descontinuidades e desmanches das políticas públicas e das instituições. Foi através dos encontros do ICOM na década de 1950, o surgimento dos primeiros sistemas estaduais de museus e o reconhecimento da profissão de museólogo entre outros momentos históricos que surge a PNM, e tudo que fora criado através dela. O que demonstra que mesmo em momentos de retrocessos, essas bases resistem, demonstrando a consolidação da área de museus no país. Os períodos de retomada das políticas públicas para museus nunca se iniciam do zero, pois sempre se encontram instituições que se mantêm e sempre é possível perceber algum grau de crescimento de profissionais qualificados no setor.

O que reforça esse argumento é que todos os instrumentos de gestão de museus, discutidos no capítulo 3, de alguma forma já existiam. O Regimento interno, ato de criação, as associações de amigos, as políticas de aquisição e descarte já são conceitos presentes em alguns museus. E o próprio Plano Museológico e o Plano anual, são baseados no conceito de Plano Diretor, também difundido em algumas instituições. Portanto, quando criada, a atual legislação estabeleceu os mecanismos de gestão, tendo como base os já conhecidos, que poderiam contribuir na superação do cenário de precarização das instituições museológicas, que já eram realizadas dentro de alguns museus do país.

Mas então, porque a adesão aos parâmetros estabelecidos pelo Estatuto de Museus é baixa, como demonstra este trabalho? A resposta pode ser atribuída ao distanciamento entre o que é estabelecido conceitualmente dentro da matéria da museologia e na lei, com as práticas cotidianas nos museus, como coloca Manuelina Cândido (2013). Isso ocorre pelo que Ana Silvia Bloise (2011) aponta, por virtude do estabelecimento de equipes dos pequenos museus, que mesmo quando formados por profissionais dedicados, não possuem o conhecimento técnico necessário. O que faz que suas atividades tenham a base teórica insuficiente para sustentar suas práticas, fazendo com que suas ações não alcancem os resultados esperados. As gestões dos

museus são marcadas, muitas vezes, pela ausência de um planejamento global que justifique as ações praticadas, unidos por um desconhecimento dos custos para a manutenção dos museus. Além do distanciamento com as comunidades, que são percebidas apenas como público e não como os verdadeiros proprietários do patrimônio preservado.

Esse cenário pode ser o verdadeiro responsável, ou pelo menos um dos, pela falta de recursos. Pois uma instituição que desconhece seus custos ao pedir verba para mantenedores, podem esbarrar em questões como “mas de quanto precisa?” “Para que?”. Sem essa mensuração, como pode ser prevista uma rubrica, por exemplo? Sem apoio da população, como um museu pode entrar no orçamento anual de uma prefeitura, fundação, universidade ou de um governo estadual, que não tem o investimento na cultura como prioritário, ou mesmo nem é colocado em pauta? Como dialogar com setores responsáveis por montar um planejamento financeiro que possa cobrir todos os gastos de um ente público, que muitas vezes não possui o suficiente para todas as áreas? Deste modo, fica inviável disputar verbas com outros setores ou entidades que já possuem essa prática, os argumentos, e em muitas situações, o apelo perante a sociedade, como por exemplo, escolas, hospitais.

Outro elemento que explica essa situação está ligado às descontinuidades e enfraquecimento de instituições como IPHAN, IBRAM, SEM/RS e o COREM 3R. Nas entrevistas, de forma quase unânime, se destacou o distanciamento entre dirigentes e trabalhadores com órgãos da categoria. Essas organizações não estão presentes no cotidiano de quem trabalha em museus, não dialogam, nem promovem o contato entre os pares, muito menos com os tomadores de decisão, como gestões públicas e legisladores. Algo grave, pois é através desses entes que são geridas as políticas públicas do setor de museus e museológico. Estes órgãos são os que possuem propriedade para trazer ao poder público e outros mantenedores o esclarecimento e as consequências do cumprimento ou não da legislação. Contudo, novamente o esvaziamento das equipes prejudica a execução desta tarefa, inviabilizando suas ações por causa da falta de recursos e de pessoal para executá-las. Como no caso do Sistema de Museus do Rio Grande do Sul, a atual equipe, como já colocado, possui um corpo funcional mínimo, e uma estrutura que limita a execução de ações dentro do estado. Para modificar a situação atual, é necessário a retomada das políticas iniciadas na década de 2000. Mas para isso, é necessário o fortalecimento das

instituições, para que através delas, promova-se a verdadeira ascensão da legislação dos museus.

Deste modo, ao concluir, em relação às atividades internas das instituições museológicas, é necessário qualificar o processo de planejamento das ações, através do uso dos instrumentos estabelecidos por lei. Contudo, o tamanho das equipes é uma dificuldade, entre os quatro museus pesquisados, três têm profissionais com formação em áreas afins entre os técnicos. Esses profissionais trabalham num cenário sobrecarregado, pelo acúmulo de funções que nem sempre têm relação direta com sua formação, tentando solucionar o caos do dia a dia, inviabilizam o trabalho baseado em projetos, com objetivos, dentro de uma política institucional continuada.

Porém, neste cenário atual de enfraquecimento das políticas, da aplicação das leis e das instituições do setor de museus, uma das possíveis soluções seria a viabilização e fortalecimento de órgãos como os sistemas de museus, o cadastro nacional de museus, o IBRAM, entre outros, promovendo ações de fomento e qualificação das gestões dos museus, incentivando a profissionalização das administrações e do trabalho técnico. O que pode viabilizar essa transformação são as mudanças que ocorreram após a última eleição presidencial¹⁵⁴, e o início de um novo governo que reativou o MinC e colocou uma servidora do IBRAM na presidência do órgão.

É notório que o Estatuto de Museus, como um marco regulatório das gestões de instituições museológicas, ainda não se tornou realizado para a maior parte dos museus que sofrem dos mesmos problemas há décadas. Mas segue como um avanço importante que possibilitará o amadurecimento das políticas públicas do setor, e a constituição de gestões mais técnicas dentro das instituições, que reconheçam a importância e o papel da população nesta construção coletiva e contínua, que são os museus, que buscam através da memória e da cultura, a valorização e reflexão de uma sociedade mais plural e cidadã.

¹⁵⁴ Eleição de 2022 que consagrou como novo presidente do país Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026), algo semelhante ao que ocorreu em 2002, que possibilitou a formação da PNM em 2003.

Referências

3º COREM. O COREM 3ª Região Denúncia ao Ministério Público do Trabalho o Não Cumprimento da Lei 7.287/84 pelo Estado do RS. **artistasgauchos.com.br**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.artistasgauchos.com.br/portal/?nid=6739>. Acesso em: 29 jun. 2021

3º COREM. Reunião do Corem 3r com a Secretária de Cultura Do RS. **Site do COREM 3ª Região**. Porto Alegre, março de 2021. Disponível em: <https://www.corem3.org.br/single-post/reuni%C3%A3o-do-corem-3r-com-a-secret%C3%A1ria-de-cultura-do-rs>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ABREU, Regina. A Cultura do Mecenato no Brasil: Uma Utopia Possível? NASCIMENTO JUNIOR José do (org.). **Economia de Museus**. Brasília: Minc/IBRAM, p.163-202, 2010.

AGÊNCIA SENADO. Criação da Abram prejudica os museus, diz professora. **Senado Notícias**, Brasília, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/28/criacao-da-abram-prejudica-os-museus-diz-professora>. Acesso em: 06 out. 2020.

ALMEIDA, Cicero Antônio de F. de. Plano Museológico – Marco de Regulação da Gestão Museal no Brasil. BARJA, Wagner (org.). **Gestão museológica: questão teórica e prática** / Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizada pelo Museu Nacional Conjunto Cultural da República. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, p.27 – 32, 2013.

ANJOS, Danielle Manczak dos. **Acervo e Sociedade – Museu da Cidade do Rio Grande – RS**. 170p. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2012. Disponível em: em <http://museucrg.com.br/wp-content/uploads/2019/06/ACERVO-E-SOCIEDADE-MUSEU-DA-CIDADE-DO-RIO-GRANDE-RS.pdf>. Acesso: em 19 mar 2022

ANJOS, Danielle Manczak dos. Porto e barra no acervo do museu histórico da cidade do Rio Grande: Uma introdução. **Biblos**, Rio Grande, 23 (1): 139-154, 2009 Disponível em: <http://museucrg.com.br/wp-content/uploads/2016/04/BIBLOS-2312009-porto-e-barra-no-acervo-do-museu-historico-da-cidade-do-rio-grande-uma-introducao-1.pdf>. Acesso em: 20 mar 2022

BACHETTINI. Andréa Lacerda. **As reservas técnicas em museus: um estudo sobre os espaços de guarda dos acervos**. TESE (DOUTORADO). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências

Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, p.513. 2017 Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6183>. Acesso em: 6 mar. 2022

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. KOLLERITZ, Fernando (trad.). São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das Políticas Públicas para Museus no Rio Grande do Sul – Um Estudo de sua Eficácia no Desenvolvimento das Instituições Museológicas Gaúchas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.163. 2007. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4745>. Acesso em: 13 mar. 2021

BERTOTTO, Márcia Regina. **Entre O Paralelo 20 E O 30 – Analisando e Propondo Políticas Públicas Para Museus no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, p.258. 2013. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/4980/1/Tese%20M%C3%A1rcia%20Bertotto.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

BITTENCOURT, José; FERNANDES, Lia Silvia. P.; TOSTES, Vera Lúcia B. Examinando a Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 27, p. 61-77, 1995.

BLOISE, Ana Silvia. O Desafio da Gestão dos Pequenos Museus. **Museus: o que são, para que servem?** Sistema Estadual de Museus - SISPEM SP (org.). Brodowski: ACAM Protinari; São Paulo: Secretária da Cultura de São Paulo, 2011.

BOYLAN. Patrick. Gestão de Pessoal. **Como gerir um museu: manual prático**. BOYLAN. Patrick (Org.) - Paris: ICOM, p. 160-174, 2004.

BOTTALLO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** - São Paulo, n.5, p.283-287, 1995.

BRASIL. **Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013**, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acesso em 01 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em 01 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984**, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7287.htm Acesso em: 26 abr. 2021

- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política nacional de museus**, 2003. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política nacional de museus**. NASCIMENTO JUNIOR José do. CHAGAS, Mário de Souza (org.). Brasília: MinC, 2007.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: vol.10-11, n.1, pp.79-103, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142003000100006>. Acesso em 08 mar 2021.
- BRULON SOARES, B. C.; SCHEINER, T. C. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa. FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.) E-book do **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. A responsabilidade social da ciência da Informação**. p. 2469-2489. João Pessoa: Idéia/Editora, 2009.
- BRUNO, Maria Cristina. Formas de Humanidade: Concepção e Desafios da Musealização. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.9. Centro de Estudos de sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 55-73, 1996.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Definição de Curadoria: Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, L.; BITTENCOURT, J.N. (Org.). **Caderno de Diretrizes Museológicas 2**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2008. Disponível em: http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2015/07/Unidad1Texto_Definicao-de-Curadoria.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 3., 2007. Salvador. Anais...Salvador: ENECULT, 2007. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/fcrb/451>. Acesso em: 20 jul 2020
- CALEBRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009 (E-book)
- CALGARO, Fernanda. 'Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?', diz Bolsonaro sobre incêndio no Museu Nacional. **G1**, Brasília, 4 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/04/ja-esta-feito-ja-pegou-fogo-quer-que-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-incendio-no-museu-nacional.ghtml>. Acesso em: 06 out. 2020.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. O Papel Do Planejamento Nos Pequenos Museus. **Revista Memória em Rede**. Pelotas: v.4, n.10, p. 1 – 10, Jan – Jun 2014a.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9436>. Acesso em 20 out. 2020

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Gestão de Museus: O Museu do Século XXI*. CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte [et al.]. VILELA, Sheila Elias (org.). PIRES, Márcia (dir.) **O Museu e seus saberes**. Goiânia: Se Goiânia; Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE), p.10-19, 2018.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**. Florianópolis: PCC, 2014b.

CARTA DE RIO GRANDE. **Revista Expressa Extensão**. Pelotas: v. 19, n. 2, p.169-172, Universidade de Pelotas, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, nov. – dez, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/4948>. Acesso em: 21 set. 2019

CARVALHO, Luciana Menezes de. **Em direção à Museologia latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro. 107 p. 2008.

CARNEIRO, R., MENICUCCI, TMG. *Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes*. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde** [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, vol.1, 135-194p., 2013. ISBN 978-85-8110-015-9. Disponível em <http://books.scielo.org/id/895sq/pdf/noronha-9788581100159-06.pdf>. Acesso em 25 jan. 2022.

CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro** Rio de Janeiro, RJ: MinC/IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**. V. 13 n.13, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tenologias, 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/30>. Acesso em: 07 out. 2020

CHAGAS, Mário. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CHAGAS, Mário de Souza. Um novo (velho) conceito de museu. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife: vol.1, n.2, p. 183-192, 1985. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/18>. Acesso em: 04 abr. 2021

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Ano 27, n. 41, p. 9-22, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>. Acesso em 04 abr. 2021

CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.) **Subsídios para a criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009. Disponível em: https://1drv.ms/b/s!AvEHCmDG11Hrgb0INhazJyd4doOQ_A?e=UyTbZH Acesso em: 15 jan. 2023

COSTA, M. P. RIBEIRO, D. L. "Estratigrafia do abandono": O caso do Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil.. **CADERNOS DO LEPAARQ (UFPEL)**, v. XVII, p. 209-235, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/18365>. Acesso em: 06 mar. 2022.

CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005

CUSTÓDIO, Maria Teresa Chaves. A revitalização do Museu Histórico Farroupilha como contribuição para o desenvolvimento local. **Revista Ciências e Letras** nº 31, jan/jun 2002;

DAVIES, Stuart. Plano Diretor. FERNANDES, Maria Luiza Pacheco(trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001.

DECLARAÇÃO. Mesa de Santiago de Chile. Publicações Ibermuseus. [S.l.], v. 1, 2013. Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/publicacoes/mesa-redonda-de-santiago-de-chile-1972-vol-1/> Acesso em: 15 jan. 2023.

DESVALLÉES, André. MAIRESSE, François. **Conceitos-Chave de Museologia**. BRULON SOARES, B. C. CURY, Marília Xavier (trad.). Florianópolis: FCC, 2014.

Diniz, Eli. BOSCHI, Renato. Estado e Sociedade no Brasil: uma revisão crítica. In. SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D'AVILA FILHO, Paulo (Organizadores). Estado e Sociedade no Brasil. a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. Disponível em http://inctpped.ie.ufrj.br/pdf/livro/Estado_e_Sociedade_no_Brasil.pdf. Acesso em: 03 jul. 2022

DUARTE, Rosani Hobold. **Museu e educação: experiências pedagógicas no Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - Malpi (Orleans, SC)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, p.147, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/135551793-Museu-e-educacao-experiencias-pedagogicas-no-museu-ao-ar-livre-princesa-isabel-malpi-orleans-sc.html>. Acesso em: 07 set. 2021.

EDSON, Gary. Gestão de Museus. **Como gerir um museu**: manual prático. BOYLAN. Patrick (Org.) - Paris: ICOM, p. 145-159, 2004.

FERREIRA, Tales Beier. BEAL. Marisa Gonçalves. Coleção histórica do Museu da Cidade do Rio Grande/RS: Arquitetura, patrimônio e museografia. 4º Seminário Museografia e Arquitetura de Museus: Museologia e Patrimônio Seminário. Lisboa, 2014. Disponível em:

https://arquimuseus.arq.br/seminario2014/transferencias/eixo01-arquitetura_e_patrimonio/e01-marisa_beal_goncalves-tales_beier_ferreira.pdf.

Acesso em: 6 mar. 2022

FOLHAEXPRESS. Cultura, sob Bolsonaro, vive volta da censura, perda de ministério e viés evangélico. **Folha de Pernambuco**, Recife, 30 dez. 2019.

Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/cultura-sob-bolsonaro-vive-volta-da-censura-perda-de-ministerio-e-vies/126397/>. Acesso em: 06 out. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FRAGA, Thais Gomes. Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul: a incessante construção de uma política museologia. **MUSAS: Revista Brasileira de Museus e Museologia** IPHAN/DEMU. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.107-120, 2004a.

FRAGA, Thais Gomes. **Os Subterrâneos Emergem: a institucionalização da cultura e a temporada dos museus no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, p.165, 2004b.

FRANCISCO, J. MORIGI, V. O olhar do outro a gestão de museus e a sustentabilidade na museologia. **Museologia & interdisciplinaridade**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UnB, maio-jun, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149035>. Acesso em: 25 ago. 2020

Frey, K. (2022). Políticas Públicas:: Um Debate Conceitual E Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. N. 21, 211-259p. jun. 2000 Disponível em:

www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89. Acesso em: 04 out. 2020

GAMA, Joel Santana da. **A Trajetória de Tarcísio Taborda e as Influências do Pensamento Museológico Sul-Riograndense**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2022. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/239146?show=full>. Acesso em: 30 dez. 2022

GARCIA, Augusto Duarte. Museu Histórico Farroupilha: Revitalização Expográfica de 2002 e Os Confrontos Entre a Memória Local e a Memória do Rio Grande do Sul. **Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional**. Vol I. p.387 – 397. Passo Fundo: PPGHPF, 2011. Disponível em:

<http://historiaregional.upf.br/index.php/anais-eletronicos/2010>. Acesso em: 10 mar 2021.

GARCIA, Augusto Duarte. Turismo cultural e associações de amigos de museus: a busca por um caminho para a sustentabilidade institucional. FIGUEIRA, Michel Constantino. PRETTO NETO, Dary (org.) **Turismo patrimonial: olhares multidisciplinares**. Pelotas: Editora Santa Cruz, p.91 – 104, 2019.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Algumas considerações sobre uma política cultural para o estado de São Paulo. BRUNO, Maria Cristina (org.) COUTINHO, Maria Inês Lopes. ARAUJO, Marcelo Mattos (col.). **Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretária de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro Internacional de Museus, p. 57-68, 2010.

GUIA DE MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Sistema Estadual de Museus RS, 3 ed., 2013.

HUYSEN, Andreas. Escapando da amnésia – o museu como cultura de massa. **Memórias do modernismo**. LAMEGO, Valéria (Trad.) Rio de Janeiro: UFRJ, p. 35-57, 1996.

IBRAM. **Museus e Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

IBRAM. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, 2016.

LADKIN, Nicola. Gestão do acervo. **Como gerir um museu**: manual prático. BOYLAN. Patrick (Org.) - Paris: ICOM, p. 17-32, 2004.

LAVINAS, Laís Villela. Aloísio Magalhães e a Ditadura: Desenvolvimento e Legitimação. In: XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 11., 2012, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/IH, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340064051_ARQUIVO_corrigido.pdf. Acesso em: 07 set. 2021

LEAL, Noris Mara Pacheco Matins. **Museu da Baronesa: acordos e conflitos na construção da narrativa de um museu municipal-1982 a 2004**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.102, 2011. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11148/000606748.pdf?sequence=1>. Acesso em: 6 mar. 2022

LIZOTT, Joana Soster. O Culto da Saudade no Sul do Brasil: A Influência do Pensamento de Gustavo Barroso nos Museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense. **Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional**. Vol II. p.1424 – 1441. Passo Fundo: PPGHPF, 2011. Disponível em: <http://historiaregional.upf.br/index.php/anais-eletronicos/2010>. Acesso em: 10 mar 2021.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. LOUREIRO, José Mauro Matheus. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **MIDAS [Online]**, n. 1, p. 1 -13, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/78>. Acesso em: 16 fev. 2021.

LOURENÇO, Maria Cecília França. Década de 50 e o Impulso aos Museus. **Museus Acolhem o Moderno**. In: _____. (org.) São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999. p. 19 - 25

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. VIDAL, Diana Gonçalves. 2. Ed, p. 145 – 158. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MAGALHÃES, Clarice Rego. Reflexões acerca das relações entre o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG) e a sociedade pelotense. **Revista Memória em Rede**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, v.6, n.11, dez. 2014. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/269>. Acesso em: 28 ago. 2020

MARTINS, Solismar Fraga. Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanização (1873-1990). Rio Grande: Ed. Da FURG, 2d. 2016

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, p.483, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010a.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IBRAM. **Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão 2003 – 2010** – Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2010B.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. DEMU. **Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006**. Brasília: MINC/IPHAN/DEMU, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. DEMU. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. NASCIMENTO, Sylvania Sousa do. Tolentino, Átila. CHAGAS, Mário (org.). Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2ª d. 2006.

MORAES, Nilson Alves de - Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. **Revista Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v II, nº 1, p. 54-69, jan/jun de 2009 Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/46/26>. Acesso em: 26 ago. 2020

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revistado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 1, n.2, p. 2022-238, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2165/1304/3644> Acesso em: 12 nov. 2022.

NASCIMENTO JUNIOR, José do. COLNAGO, Ena. Economia da Cultura. In: NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.) **Cultural Economia de museus** – Brasília: Minc/IBRAM, p. 203-234, 2010.

NASCIMENTO JUNIOR, José do. **De João a Luiz: 200 anos de Política Museal no Brasil**. UNIRIO/MAST. 2019. Tese. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2019. 252 f. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/jose_nascimento_junior.pdf Acesso em: 24 mar. 2021.

NASCIMENTO JUNIOR, José do. Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, n. 4, p.148-162, 2009.

NEDEL, Leticia Borges. Da coleção impossível ao espólio indesejado: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2 nº. 38, p. 11-31. Jul/dez, 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2265/1404> Acesso em: 08 mar. 2021

OLENDER, Marcos. Algumas considerações sobre as coleções como “lugar de memória” da modernidade. MAGALHÃES, Aline Montenegro. BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.) **Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas**. – Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 154 – 163, 2012.

OLIVEIRA, P. S. de; COSTA, P. M. S. A coleção malacológica do Museu Oceanográfico Prof. Eliézer de Carvalho Rios, RS, Brasil, como repositório da biodiversidade biológica. **Arquivos de Ciências do Mar**. Fortaleza: Repositório da Universidade Federal do Ceará, v. 49, Supl., p. 17-25, dez. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26701>. Acesso em: 11 mar. 2021

ORIÁ, Ricardo. A museologia no Brasil - novo marco regulatório. In. BARJA, Wagner (org). **Gestão Museológica: questões teóricas e práticas**. Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizado pelo Museu Nacional do Conjunto Cultural da República. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. pg.47-52

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: PCC, 2014.

PAULA, A. P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE-REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 36–49, 2005. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37>. Acesso em: 26 jun. 2022

PERASSOLO, João. Proposta de extinção da Casa de Rui Barbosa será arquivada, diz governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/07/proposta-de-extincao-da-casa-de-rui-barbosa-sera-arquivada-diz-governo.shtml>. Acesso em: 06 out. 2020

PEREIRA, Eráclito. COSTA, Luiza L. Bressan da. Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel: Patrimônio De Orleans -Sc. Uma Leitura Da Unidade Casa Do Colono A Partir De Pressupostos Da Teoria Do Imaginário. **Memória e Patrimônio Cultural na Sociedade Contemporânea: Diálogos Interdisciplinares**. BORCHARDT, Juliani. MARCHI, Darlan de Mamann. VITOR, Amilicar. Santos Ângelo: CEEINTER, p. 104-113, 2021 Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/220558/001125017.pdf?sequenc=1>. Acesso em: 07 set. 2021

LOUREIRO, k. Coleção. **Enciclopédia Einaudi – Memória-História**: Lisboa, Imprensa Oficial/Casa da Moeda, p. 51 – 86, 1984.

POSSAMAI, Zita Rossana. Coletar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925). **Varia História**. Belo Horizonte: vol. 30, nº 53, p. 365-389, mai/ago 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v30n53/04.pdf>. Acesso em: 03 mar 2021

PRIMO, Judite. A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. **MUSAS: Revista Brasileira de Museus e Museologia** IPHAN/DEMU. Rio de Janeiro, n.2 p. 87-93, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=9p-X_3esaNg%3d&tabid=3683&mid=5358. Acesso em: 24 jun. 2021

ROSA, Mana Marques. A Política De Acervos Como Gestão De Museus. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 5-26, nov. 2020. Link: <http://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/05.-Artigo-01-Mana-2020.pdf>. Acesso em: 15 dez 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008 Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1242/1/Antonio%20Albino%20Canelas%20Rubim3.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais e novos desafios. **Matrizes**, São Paulo, V. 2, n. 2, p. 93 - 115, 2009 disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38226>. Acesso em: 04 out. 2020

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Os museus e seus públicos invisíveis. **Anais do I Encontro Nacional da Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, p.97-114, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: vol. 19 nº. 55. p. 53-73, 2004. Link: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a04v1955.pdf>. Acesso em 26 ago. 2020

SANTOS, Myrian Sepulveda dos. Por uma sociologia dos museus. Cadernos do CEOM. Chapecó: Ano 27, n. 41, p. 47-70, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>. Acesso em: 04 abr. 2021

SCHEFFER, Marcelo Augusto Kich. FARIA, Ana Carolina Gelmini de. BERTOTTO, Márcia Regina. O Campo Museal no Rio Grande Do Sul: Agentes e Instituições em Diálogo. **Revista Sillogés**, Porto Alegre, v.3. n.1. jan./jun. 2020. Disponível em: <http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/64>. Acesso em: 26 jun. 2021

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. VIDAL, Diana Gonçalves. 2. Ed, p. 119 - 144. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

SCHWONKE, Raquel. **Leopoldo Gotuzzo e a constituição do Malg (1887-1986)**. Tese (Doutorado em educação). UFPel, Faculdade de Educação, Pelotas, p. 263, 2018 disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/4403>. Acesso em: 28 ago. 2020

SILVA, Carlos Henrique Gomes da. PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Políticas Públicas Para Museus No Brasil: Do IPHAN ao IBRAM. GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)**. Florianópolis. 2013 Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/2576?show=full>. Acesso em: 07 out. 2020

SILVA NERY, O. (2021). A musealização do patrimônio industrial no Museu da Cidade do Rio Grande/RS. **Historiæ**, 12(1), 171–192. Disponível em: <https://seer.furg.br/hist/article/view/12727>. Acesso em: 06 mar 2022

TOLENTINO, Átila. (2007). Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista CPC**. São Paulo: n.4, p. 72-86, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15607>. Acesso em: 31 ago. 2020.

TORRE, Tatiana de la. Prefeitura recebe inscrições para eventos do Dia do Patrimônio. **Pelotas.com.br**, Últimas notícias/ Cultura, Pelotas, 04 ago. 2022. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeitura-recebe-inscricoes-para-eventos-do-dia-do->

[patrimonio#:~:text=O%20Dia%20do%20Patrim%C3%B4nio%20%C3%A9,Dia%20Nacional%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural](#). Acesso em: 17 dez. 2022.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. HORTA, Maria de Lourdes Parreiras (trad.). Porto Alegre: Mediantiz, 2012.

YÚDICE, George. Museu Molecular e Desenvolvimento. In: NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.) **Cultural Economia de museus** – Brasília: Minc/IBRAM, 2010. p. 21-52 (Coleção Museu, memória e cidadania).

Documentos Administrativos e de Gestão dos Museus Pesquisados

Museu Municipal Parque da Baronesa

- Regimento Interno (Não Implementado)
- Plano Museológico 2017 – 2021 (nov/2016 – Não Implementado)
- Ato de Criação (Decreto Municipal nº 3.069 de 15 de Novembro de 1992)
- Estatuto da AMBAR (22 de Junho de 1995)
- Regimento Interno da AMBAR (25 de novembro de 2004)
- Relatórios da AMBAR de 1998
- Relatório da AMBAR 2004-2006

Museu Cidade do Rio Grande

- Regimento Interno
- Ato de Criação (Ata de Reunião da Fundação Cidade do Rio Grande)
- Política de Aquisição e Descarte (Nov/2015)

Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo

- Plano Museológico 2021-2022
- Regimento Interno do MALG (Resolução nº 23 de 24 de Julho de 2014 do Conselho Universitário – CONSUL/UFPel)
- Estatuto da SAMALG (26 de Junho de 2015)

Museu Histórico Farroupilha

- Ato de Criação (Decreto Estadual nº 3858 de 11 de Fevereiro de 1953)
- Estatuto da AAMHF (Junho de 2006)
- Regimento Interno do MHF
- Plano Museológico (Não Implementado)

Glossário

Acervo: Após ser identificado e investigado individualmente, o objeto museológico passa a compor uma determinada coleção. O objeto deve ser coerente com o seu conjunto já formado e representativo, de modo que atenda à finalidade específica a que se destina. As coleções constituídas e salvaguardadas no museu integram o patrimônio cultural da instituição, denominado acervo museológico (PADILHA, 2014, p. 20)

Acondicionamento: é o ato de guardar ou preparo para transporte do acervo observando as condições de segurança e preservação, minimizando ao máximo os danos objeto do acervo. Em local adequado, para não expor objetos a qualquer tipo de sinistro e infestação, utilizando mobiliário seguro e adequado e materiais de embalagem apropriados a cada tipo de acervo (DRUMOND, 2006)

Aquisição: é o ato de incorporar um objeto ao acervo do museu, que pode ser feito de várias formas, doação, compra, coleta, entre outras. Um derivado de **Incorporação** (PADILHA, 2014).

Ato de Criação: É o documento comprobatório da existência do museu feito no ato de sua criação, deve respeitar os artigos 7 e 8 da Lei 11.904/2009, o Estatuto dos Museus

Comissão de Acervo: É um colegiado interno do museu que trata de assuntos ligados ao acervo, entre eles, aquisição e descarte de itens e a Política de Acervo (ou de aquisição e descarte) (CÂNDIDO, 2014)

Conservador/Restaurador: Profissional formado em graduação ou pós-graduação em Conservação e Restauro de bens culturais, que trabalha na preservação e recuperação de bens culturais.

Estado de Conservação: é o estabelecimento através de parâmetros pré-determinados para o estado físico de um bem cultural.

Expografia: derivado do conceito de **exposição**, que pode significar a ação de expor, como o conjunto de coisas expostas e o lugar onde de expõem (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013)

Descarte: É o “(...) processos de dar baixa nos objetos que fazem parte do acervo do museu que, de alguma forma, não atendem mais aos objetivos da instituição ou porque se encontram em condições de deterioração irreparável, impossibilitando sua preservação” (PADILHA, 2014, p. 31)

Dissociação: É quando se perde o vínculo entre um objeto e sua documentação de registro. Ou seja, o objeto é dissociado de sua documentação.

Gestão de Acervo: é o desenvolvimento de um processo controle e administração integral do acervo museológico, se utilizando de técnicas de registro, conservação e difusão do mesmo, objetivando o acesso e a salvaguardas dos bens culturais museológicos (PADILHA, 2014)

Incorporação: é o ato de incluir um objeto ao acervo de um museu, um derivado de **aquisição**.

Livro Tombo: um documento criado pelo museu para registrar todos os objetos que fazem parte do seu acervo. Permite que a instituição tenha o controle do objeto que entra, sai, ou que, porventura, é perdido ou roubado (PADILHA, 2014, p. 39)

Modernistas: movimento artístico de vanguarda, que englobava artes plásticas, música, literatura, arquitetura entre outros. No Brasil teve início no da década de 1910 e início de 1920 (MORAES, 1988)

Museologia: É (...) o estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade, estudo no qual o museu, fenômeno determinado no tempo, constitui-se numa das materializações possíveis.” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.63)

Museologia Social: “A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo” (MONTINHO, 1993).

Museólogo(a): É o profissional formado na graduação ou pós-graduação de museologia e possui registro em conselho de classe.

Plano Museológico: É a formalização, através de documento público, do processo participativo e multidisciplinar de planejamento, sistemático e racional da gestão de um museu, estabelecendo estratégias e metas de médio e curto prazo (IBRAM, 2016)

Plano Anual: É o planejamento anual de cada museu, previsto no artigo 14 do Estatuto dos Museus.

Política de Acervo: “Trata-se de uma política registrada, que estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo” (PADILHA, 2014, p. 26)

Processos Museológicos: É a reconstituição através da representação de um período histórico, mítico, artístico, científico, se utilizando do patrimônio cultural material ou imaterial que possa ser utilizado como referência.

Regimento Interno: É o dispositivo legal, interno, que regulamenta o funcionamento do museu, sendo previsto no artigo 18 do Estatuto de Museus

ANEXOS

Anexo A – Organograma do MCRG

